PROTOCOLO GERAL NUP: 64045.001316/2024-63		PR ELETR SRP Nº 04/2024 - 7º BEC

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA - 2º Gpt E
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

SEÇÃO DE AQUISIÇÃO, LICITAÇÕES E CONTRATOS - SALC

VOLUME IV

INTERESSADO: Aprovisionamento do 7° BEC

MODALIDADE: Pregão Eletrônico SRP

OBJETO DA LICITAÇÃO: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios.

Pregoeiro Designado: 3º Sgt Bruno Ribeiro, designado na letra "a", do nº 2, da 3ª Parte, do Boletim Interno Nr 4, de 05 de janeiro de 2024.

ANEXOS: Todas as documentações constantes no índice deste processo.

MOVIMENTO DO PROCESSO

DESTINO	DATA			DESTINO	DATA		
1.				4.			
2.				5.			
3.				6.			

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 4

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 601

EMPRESA	BONI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA
CNPJ	[redacted]7
NOME DO SÓCIO MAJORITÁRIO	CHARLEI BONI
CPF DO SÓCIO MAJORITÁRIO	[redacted]
E-MAIL PRINCIPAL	DISTRIBUIDORABONI901@OUTLOOK.COM.BR
FONE PRINCIPAL	[redacted]

Proposta final	
SICAF	[redacted]
Receita Federal	
FGTS	
Receita Estadual	
Receita Municipal	
Consolidada TCU/CNJ/CEIS/CNEP	
CNDT / CNPJ	
CNDT/CPF	
TCU/CPF	
CNJ/CPF	
CEIS/CPF	
Contrato Social	
Balanço Patrimonial	
Índices de Liquidez	
Falência e Concordata	
ACT - SV CONTÍNUOS	
PCC (50%) - Mat e Sv	
Declaração de Sust. Ambiental	

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 9
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 609

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

[redacted] DUNS®: 918229999

Razão Social:	BONI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA
Nome Fantasia:	BONI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA E EMBALAGENS
Situação do Fornecedor:	Credenciado — Data de Vencimento do Cadastro: 10/12/2024
Natureza Jurídica:	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
MEI:	Não
Porte da Empresa:	Empresa de Pequeno

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	Consta
Impedimento de Licitar:	Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas:	Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público":	Nada Consta

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	17/02/2025	Automática
FGTS	Validade:	26/09/2024	Automática
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	04/03/2025	Automática

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	28/12/2024
Receita Municipal	Validade:	01/12/2024

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2025

[redacted]

ON COSTA NICODEMO

BONI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA
Rua: João Olczevski, nº381, Atlântico - Erechim/RS
CEP: 99.705-550
Telefone: (54)9 9901 3682
CNPJ: 28.719.518/0001-07 IE: 039/0177636 IM: 1021.30
Email: distribuidoraboni901@outlook.com.br

Ao Órgão 160001 - 7 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO-MEXAC. Pregão Eletrônico Nº 900042024. Apresentamos nossa proposta de preços.

Item	Descrição	Unidade	[redacted]	R$ Un	[redacted]
202	CAFE EM GRÃOS TRADICIONAL GRÃOS PACOTE 1,01 T[redacted] VACUO, ESPECIAL PARA USO EM MAQUINAS DE CAFE E XPRESSO. **MARCA:** TRES CORAÇOES **MODELO/VERSÃO:** TRES CORAÇOES	[redacted]	[redacted]	[redacted]	[redacted]

Valor total da proposta: R$8.134,80

O valor total dessa proposta é de R$8.134,80 (oito mil e cento e trinta e quatro reais e oitenta centavos).

Dados Comerciais:

Declaro que nos preços acima estão inclusos todos os insumos que compõem, inclusive as despesas com impostos, taxas, fretes, embalagens, seguros, cargas e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento desta licitação.

Informações Bancárias:
Banco: BANCO DO BRASIL
Agência: 4251-X Conta: 35657-5

Banco: COOPERATIVA SICREDI 748
Agência: 0217 Conta C/C: 51694-0

Condições Comerciais:
Validade da proposta: 60 DIAS
Prazo de entrega: 15 DIAS
Prazo para pagamento: 30 DIAS
Prazo de garantia: mesma que do fabricante

Informamos os dados para assinatura da Ata de Registro de Preços:
Nome: CHARLEI BONI
Endereço: RUA JOÃO OLCZEVSKI
CEP: 99705-550 Cidade: ERECHIM UF: RS
CPF/MF: 031.021.890-08 Cargo/Função: PROPRIETÁRIO
RG nº: 6097567634 Expedido por: SJS/DI
Naturalidade: ITATIBA DO SUL Nacionalidade: BRASILEIRO

Observações:

Erechim, 25 de Julho de 2024

Representante Legal

CHARLEI BONI
RG:6097567634 CPF:031.021.890-08

1/1

ICP Brasil

DADOS DE ASSINATURA

O documento acima foi assinado digitalmente e está em conformidade com a Resolução CG ICP-Brasil nº 392 de 16 de [illegible]
Para verificar a assinatura, visite o site https://verificador.iti.gov.br e faça upload deste arquivo.

Obs: certificado(s) não(s) validado(s) por (expirado, em 25/07/2024 13:09:39 (Brasília))

Nome: CHARLEI BONI
CPF: 031.021.890-08
Data: 25/07/2024 13:09:39

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 3

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 603



[redacted]

Origem	[redacted]
Processamento	[redacted]
Bebida	[redacted]
Safra	[redacted]
Doçura	[redacted]
Aroma	Intenso
Acidez	Média
[redacted]	Média
Cor_Padrão SCA	25
[redacted]	Fino
[redacted]	6

[redacted]

Café 3 Corações Tradicional leva a mesa aos consumidores, o prazer do sabor equilibrado, forte, com aroma intenso e que promove a cada amanhecer, experiências apaixonantes ao lado de quem mais amamos. Um clássico trazendo de suas nuzes o gosto perfeito a cada xícara.

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 4
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 604

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 18/09/2024 12:40:32

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **CHARLEI BONI**
CNPJ: [redacted]

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Constam Registros**
Suspensão (16/08/2025) - Prefeitura Municipal de Capitão (RS)

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 7
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 605

FILTROS APLICADOS:

Busca livre: 28.719.518/0001-07

Cadastro: CEIS

LIMPAR

Data da consulta: 18/09/2024 12:42:47

Data da última atualização: 09/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 09/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 09/2024 (Diário Oficial da União - CEAF) , 09/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 09/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									



FILTROS APLICADOS:

Busca livre. 031.021.890-08

Cadastro: CEIS

LIMPAR

Data da consulta: 18/09/2024 12:52:10

Data da última atualização: 09/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 09/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 09/2024 (Diário Oficial da União - CEAF) , 09/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 09/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 607

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls.

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO 78 Fls. 8
BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO 78 Fls. 609

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: BONI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: [redacted]
Certidão nº: [redacted]
Expedição: 18/09/2024, às 12:45:27
Validade: 17/03/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **BONI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n[redacted] **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 9

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 609

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CHARLEI BONI
CPF: [redacted]
Certidão nº: [redacted]
Expedição: 18/09/2024, às 12:46:51
Validade: 17/03/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CHARLEI BONI**, inscrito(a) no CPF sob o nº **031.021.890-08, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO 79 Fls. 10
BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO 79 Fls. 610

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (18/09/2024 às 12:51) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 031.021.890-08.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 66EA.F712.2729.3706 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls 11

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 611

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **CHARLEI BONI**

CPF/CNPJ [redacted]

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei [redacted] (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 12:51:10 do dia 18/09/2024, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5

Código de controle da certidão [redacted]

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

SISTEMA THEMIS

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DOCUMENTO ASSINADO POR
RIO GRANDE DO SUL PODER JUDICIARIO

DATA
01/07/2024 13:02:32

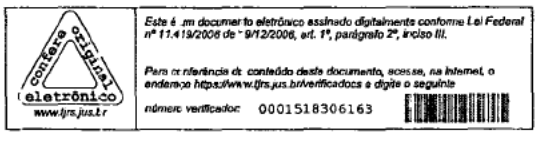
BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 12

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 612

CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL NEGATIVA

À vista dos registros constantes nos sistemas de Informática do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul é expedida a presente certidão por não constar distribuição de ação falimentar, concordatária, recuperação judicial e extrajudicial em tramitação contra a seguinte parte interessada:
BONI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA **********
CNPJ:28.719.518/0001-07**********

Porto Alegre, 01 de julho de 2024, às 13h32min



Este é um documento eletrônico assinado digitalmente conforme Lei Federal nº 11.419/2006 de 19/12/2006, art. 1º, parágrafo 2º, inciso III.

Para conferência do conteúdo deste documento, acesse, na Internet, o endereço https://www.tjrs.jus.br/verificadocs e digite o seguinte

número verificador: 0001518306163

BONI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA
Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

FLS. 12
Fls. 613

BONI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA

BALANÇO PATRIMONIAL DE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em Reais)

[redacted]

ATIVO	Notas	2023	2022
CIRCULANTE		[redacted]	[redacted]
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Contas a Receber			
Estoques			
Outros Créditos			
Total do Ativo Circulante			
NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado			
Intangível			
Total do Ativo Não Circulante			
TOTAL DO ATIVO			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BONI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA — Página 0003

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores em Reais ou Mil Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	[redacted]
CIRCULANTE	
Fornecedores	
Empréstimos e Financiamentos	
Obrigações Fiscais	
Obrigações Sociais e Trabalhistas	
Total do Passivo Circulante	
NÃO CIRCULANTE	
Empréstimos e Financiamentos	
Outras Obrigações	
Total do Passivo Não Circulante	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Capital Social	
Lucros Acumulados	
Total do Patrimônio Líquido	
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BONI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA — Página 0004

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores em Reais)

	Notas	[redacted]
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		
CUSTOS DAS VENDAS		
LUCRO BRUTO		
DESPESAS OPERACIONAIS		
Vendas		
Gerais e Administrativas		
Tributárias		
Outras Receitas		
RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO ANTES DAS RETENÇÕES		
[redacted]		
Despesas Financeiras		
[redacted]		
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BOM D DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA

Página: 0005

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores Expressos em Reais)

[redacted]

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Resultado Abrangente

RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BOM DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E

(Valores expressos em Reais)

[redacted]

Total

[redacted]

FIS. 614

Página: 0006

BOM DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA

CNPJ [redacted]

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A empresa Bom Distribuidora de Produtos de Limpeza Ltda iniciou seu contrato constitutivo em 22.08.2011 registrado na JM Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, sob nº. 43102491730 e última alteração contratual de transformação em Ltda sob o nº. 43208492702 em 29.03.2011, tendo como objetivo social o comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza conservação domiciliar, artigos de escritório, de papelaria, produtos alimentícios, suprimentos para informática, perfumes de higiene pessoal, cosméticos e produtos de perfumaria, embalagens, comércio varejista de pequena parte artigos diversos típicos, de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal, artigos de papelaria, artigos de uso pessoal e doméstico, atacadista de equipamentos e suprimentos de informática, comércio atacadista de instrumentos, produtos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios.

A sede da empresa está localizada na Rua João Dicanelli, n. 361 – Bairro Aldenora - Erechim/RS.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Das bases de Confecção Base

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e estão identificadas as disposições contidas no ITG 1.000 R1 aprovado em 09/12/2009.

2.2 Base de Mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

3. PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações contábeis, resultaram:

3.1 Apuração do Resultado

a) As receitas, despesas e os provisionamentos são reconhecidos pelo regime de competência.

b) O regime de tributação adotado pela empresa nos anos de 2023 e 2022 foi o SIMPLES NACIONAL conforme Lei Complementar nº. 123/2006.

3.2 Caixa e Equivalentes a Caixa

Compreendem os saldos de caixa, os depósitos bancários à vista com risco insignificante de mudança de valor, e as aplicações financeiras demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício.

	[redacted]	
Caixa	[redacted]	30.457,44
Bancos	[redacted]	[redacted]
Aplicação Financeira	[redacted]	[redacted]

3.3 Contas a Receber

Referem-se às vendas a prazo de valores efetivamente liberados. São reconhecidos pelo valor da transação, obedecendo ao regime de competência.

3.4 Estoques

Os estoques estão avaliados pelo custo médio de aquisição, os quais não superam os valores de mercado vigentes na data do balanço geral. O estoque é composto basicamente por mercadorias para revenda.

BOM DIST DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA

Página: 0007

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em Reais)

[redacted]

I Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

Lucro do Exercício

Ajustes para reconciliar o Lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:

Depreciações

Alienação de Bens do Ativo Imobilizado

Baixa Total

Variações nos Ativos Operacionais

Contas a Receber

Estoques

Outros Créditos

Variações nos Passivos Operacionais

Fornecedores

Obrigações Sociais e Trabalhistas

Obrigações Fiscais

Outras Obrigações

Caixa Líquido Gerado Pelas Atividades Operacionais

II Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

Ativo Imobilizado

Investimentos Temporários em Caixa Capital

Créditos não Circulantes

Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos

III Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos

Variação Patrimônio Líquido

Lucros Pagos aos Sócios

Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamentos

IV Variação/Aumento Líquido no Saldo de Caixa e Equivalentes Caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício

Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3.5 Outros Créditos

Compreende as seguintes contas que, para conhecimento e análise, foram classificadas no ativo não circulante:

Crédito com funcionários	[redacted]
Adiantamento a fornecedores	
Impostos a Recuperar	

3.6 Investimento

Representa a participação no capital junto ao Sicredi.

3.7 Imobilizado

O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição e ajustado pela depreciação acumulada. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais definidas pela Receita Federal, levando em consideração o tempo de vida útil estimado para cada item.

Movimentação do Imobilizado:

Descrição	[redacted]
Saldo em 31/12/2021	
Aquisição	
Baixa	
Depreciação	
Saldo em 31/12/2022	
Aquisição	
Depreciação	
Saldo em 31/12/2023	

As taxas médias de depreciação aplicadas para cada grupo de bens foram as seguintes:

Equipamentos de Informática	[redacted]
Móveis	
Máquinas e Utensílios	
Instalações	

3.8 Fornecedores

Estão demonstrados pelos valores originais de acordo com os documentos fiscais emitidos pelos fornecedores, referentes à compra de mercadorias e serviços.

3.9 Empréstimos e Financiamentos

São registrados pelos valores originais de captação, atualizados com base em taxas pré-fixadas pelas instituições financeiras, acrescidos de juros pró-rata dia até a data do balanço.

É composto dos seguintes empréstimos:

		Circulante		Não Circulante	
Modalidade Empréstimo	Taxa Média	2023	2022	2023	2022
Capital de Giro	1,24% a.m	211.840,65	(2) 544,82	135.174,17	237.751,34

3.10 Obrigações

Compreende as constantes contribuições junto ao Banco do Brasil.

3.11 Obrigações Tributárias e Previdenciárias

Estão demonstradas pelos valores reconhecidos e/ou calculados, segundo as disposições da legislação aplicável, não havendo atrasos ou encargos incididos.

3.12 Instrumentos Financeiros

A empresa possui apenas os seguintes instrumentos financeiros não derivativos:

Os ativos e passivos financeiros estão assim classificados, não havendo outros instrumentos financeiros [illegible] que devam ser divulgadas nas demonstrações.

[redacted]	
Fins comerciais	379.005,76

Risco de Liquidez

O risco de que a empresa não possua recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar o liquidez do caixa, a administração planeja o caixa levando em consideração os eventos futuros.

A seguir estão demonstrados os passivos financeiros por vencimentos anuais, incluindo pagamentos de juros estimados em 31 de dezembro de 2023:

	2024	2025	2026
Fornecedores	83.793,47	-	-
Capital de Giro	154.397,18	106.465,93	48.708,84
	238.191,65	106.465,93	48.708,84

Risco de Crédito

A política de vendas da empresa considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A averiguação de idoneidade de novos clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e a ação individual de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

3.13 Redução ao Valor Recuperável (Impairment)

Para a data do balanço, foi efetuada análise sobre a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo, com o objetivo de verificar a existência de indícios de que um ativo possa ter sofrido desvalorização significativa. Como resultado da referida análise, não foram identificadas situações que indiquem que os ativos estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

3.14 Ajuste a Valor Presente

A NBC TG 1.000 (R1) – Seção 11 – diz que os ativos e passivos de longo prazo, devem ser ajustados pelo seu valor presente. Os demais saldos devem ser ajustados ao seu valor presente, apenas quando houver efeito relevante nas demonstrações financeiras. Na elaboração do referido balanço os empresários de curto ou longo prazo da empresa não são passíveis de ajuste a valor presente.

3.15 Demonstração do Fluxo de Caixa

As demonstrações de fluxos de caixa foram elaboradas pelo método indireto, preparadas de acordo com a NBC TG 1.000 – Seção 7.

4. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

4.1 Capital Social

O capital social da empresa é de R$ 200.000,00 e está totalmente integralizado.

4.2 Lucros Acumulados

Compreende os lucros acumulados até o exercício de 2023, deduzidos os lucros distribuídos.

5. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Demonstrado a análise da receita operacional líquida, conforme abaixo:

	2023	2021
Vendas de produtos internos		
Mercadoria	1.515.511,78	2.011.511,11
Deduções e a Receita Bruta		
- Impostos sobre vendas	(45.165,20)	(105.451,12)
- Devoluções de vendas	(15.521,17)	(20.351,11)
Receita líquida	1.453.825,61	1.885.511,87

6. RESULTADO FINANCEIRO

As receitas e despesas financeiras estão compostas conforme abaixo:

Descontos Obtidos	[redacted]
Juros recebidos	
Juros s/ Capital	
Rendimento s/ Aplicação Financeira	
Receitas financeiras	
Descontos Concedidos	
Juros de empréstimos e financiamentos	
Despesas bancárias	
Despesas c/ operação Empréstimo	
Juros Pagos	
Juros s/ Uso e s/ Limite	
Taxa Adesão/ operação Cheque	
Despesas financeiras	

7. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

A entidade não auferiu resultado para o período com itens de receita e despesa reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Todas as itens de receita e despesa reconhecidas no período são provenientes de resultados líquidos e a demonstração do resultado é suficiente.

8. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data da autorização para divulgação dessas demonstrações contábeis não há eventos relevantes que afetem as mesmas.

9. AUTORIZAÇÃO E DATA PARA A CONCLUSÃO DA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 22 de abril de 2024, a Administração concedeu autorização para a conclusão das demonstrações financeiras da empresa BONI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA.

Charlet Boni
Administrador
CPF: 031.021.890-08

[redacted]

BONI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA
CNPJ: 28.919.5 [illegible]/0001-07

ÍNDICES DE CAPACIDADE FINANCEIRA
Balanço Encerrado em 31.12.2023

ÍNDICES DE CAPACIDADE DE FINANCEIRA

LIQUIDEZ CORRENTE

LC = Ativo Circulante / Passivo Circulante

LC = 305.180,53 / 222.480,53

LC = 1,63

LIQUIDEZ GERAL

LG = (Ativo Circulante + Realizável a LP) / (Passivo Circulante + Exigível a LP)

LG = 305.180,53 / 305.473,26

LG = 1,02

SOLVÊNCIA GERAL

SG = Ativo Total / (Passivo Circulante + Exigível a LP)

SG = 423.938,48 / 305.473,26

SG = 1,23

GRAU DE ENDIVIDAMENTO

GE = (Passivo Circulante + Exigível a LP) / Patrimônio Líquido

GE = 305.473,26 / 118.465,22

GE = 4,27

Charlet Boni
Administrador
CPF: 031.021.890-08

[redacted]

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
FLS. 615
ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped — Versão 10.2.0

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ
43208948592	28.719.518/0001-07

NOME EMPRESARIAL
BONI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	01/01/2023 a 31/12/2023
NATUREZA DO LIVRO	NÚMERO DO LIVRO
LIVRO DIÁRIO	8

IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)
4D.0B.A7.89.CF.81.E3.7A.F5.39.6F.E8.3D.F7.91.2F.64.FE.9B.43-5

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATÁRIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	28719518000107	BONI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA:28719518000107	83E8A1607006826440 9	22/08/2023 a 22/08/2024	Sim
Contas x	011620730200	FABIO JUNIOR BOCCA:01162073020	74E7E9803019926945 9	20/11/2023 a 19/11/2026	Não

NÚMERO DO RECIBO:
4D.0B.A7.89.CF.81.E3.7A.F5.39.6F.E8.
3D.F7.91.2F.64.FE.9B.43-5

Escrituração recebida via Internet pelo Agente Receptor SERPRO
em 07/05/2024 às 16:40:27

F8.FB.F5.1D.48.E0.A9.8C
65.D2.34.F0.D3.E0.75.BA

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: BONI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA
Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023 — CNPJ: 28.719.518/0001-07
Número de Ordem do Livro: 8
Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Descrição	Nível	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R$ 755.126,63	
ATIVO CIRCULANTE			
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
BENS NUMERÁRIOS			
DEPÓSITOS BANCÁRIOS À VISTA			
APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA			
CRÉDITOS			
DUPLICATAS A RECEBER			
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES E TERCEIROS			
CRÉDITOS DE FUNCIONÁRIOS			
IMPOSTOS A RECUPERAR			
ESTOQUES			
ESTOQUES DIVERSOS			
ATIVO NÃO-CIRCULANTE			
INVESTIMENTOS			
PARTICIPAÇÕES PERMANENTES EM OUTRAS SOCIEDADES			
IMOBILIZADO			
IMOBILIZADO AQUISIÇÕES - MAIO/2004			
(-) DEPRECIAMORT.ACUMUL. - MAIO/2004			
PASSIVO			
PASSIVO CIRCULANTE			
OBRIGAÇÕES DIVERSAS			
FORNECEDORES			
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS			
OBRIGAÇÕES FISCAIS			
OBRIGAÇÕES SOCIAIS			
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS			
PROVISÕES			
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE			
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS			
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS			
OUTRAS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO			
CONSÓRCIOS			
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CAPITAL SOCIAL			
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO			
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS			
LUCROS ACUMULADOS			

[redacted]

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação s
4D.0B.A7.89.CF.81.E3.7A.F5.39.6F.E8.3D.F7.91.2F.64.FE.9B.43-5, n

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: BONI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA — CNPJ: 28.719.518/0001-07
Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023
Número de Ordem do Livro: 8
Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Descrição	Nota
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	
RECEITA LÍQUIDA	
(-) CUSTO OPERACIONAIS	
(-) CUSTO DAS MERCADORIAS REVENDIDAS	
LUCRO BRUTO	
(-) DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS	
(+) DESPESAS DE VENDAS	
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS	
(-) DESPESAS TRIBUTÁRIAS	
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	
[redacted]	
LUCRO OPERACIONAL ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	
(-) RESULTADO FINANCEIRO	
(-) DESPESAS FINANCEIRAS	
RECEITAS FINANCEIRAS	
RESULTADO ANTES DO IR E DA CSLL	
(=) RESULTADO DO EXERCÍCIO	

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 4D.0B.A7.89.CF.81.E3.7A.F5.39.6F.E8.3D.F7.91.2F.64.FE.9B.43-5, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.0 do Visualizador

Página 1 de 1

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade: BONI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA
Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023 — CNPJ: 28.719.518/0001-07
Número de Ordem do Livro: 8
Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	BONI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA
NIRE	43208948592
CNPJ	28.719.518/0001-07
Número de Ordem	8
Natureza do Livro	LIVRO DIÁRIO
Município	Erechim
Data do arquivamento dos atos constitutivos	22/09/2017
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2023
Quantidade total de linhas do arquivo digital	3868

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	BONI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA
Natureza do Livro	LIVRO DIÁRIO
Número de ordem	8
Quantidade total de linhas do arquivo digital	3868
Data de início	01/01/2023
Data de término	31/12/2023

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 4D.0B.A7.89.CF.81.E3.7A.F5.39.6F.E8.3D.F7.91.2F.64.FE.9B.43-5, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.0 do Visualizador

Página 1 de 1

SITUAÇÃO DO ARQUIVO DA ESCRITURAÇÃO

Nome Empresarial:	BONI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA
CNPJ:	26.719.518/0001-07 Nire: 43.208.441.82 Sca:
Período da Escrituração:	01/01/2023 a 31/12/2023
Forma de Escrituração Contábil:	Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)
Natureza do Livro:	LIVRO DIÁRIO
Identificação do arquivo(hash):	40.4B.A7.89.CF.81.E3.74.F5.39.6F.E3.5D.F7.91.2F.8.UF.E3.43-

Consulta Realizada em: 07/05/2024 13:46:40

Resultado da Verificação

A escrituração visualizada é a mesma que se encontra na base de dados do SPED.

Situação Atual

Escrituração com NIRE AUTENTICADA

A escrituração encontra-se na base de dados do Sped e considera-se autenticada, nos termos do Decreto nº 1.800/1996 com a alteração dada pelo Decreto nº 8.683/2016. O recibo de entrega constitui a comprovação da autenticação, nos termos do art. 39-B da Lei nº 8.934/1994, sendo dispensada qualquer outra autenticação (art.39-A da Lei nº 8.934/1994).

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO 7º
Fls. 11

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO 7º
Fls. 617

BONI DISTRIBUIDORA

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 12

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 618

DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL

A(o) pregoeira(o) e equipe de apoio
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA CONSTRUÇÃO - AC
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2024

Pelo presente instrumento, a empresa BONI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ nº28.719.518/0001-07, com sede na Rua João Olczevski, 381, Atlântico, Erechim-RS, 99705-550, através de seu representante legal infra-assinado, que:

DECLARA expressamente que:

Atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socio-ambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, em conformidade com a INC 1/2010-SLTIe a Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

ERECHIM, 25 DE JULHO DE 2024.

[redacted]

BONI DISTRIBUIDORA

BONI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA
CNPJ: 28.719.518/0001-07
ENDEREÇO: RUA JOÃO OLCZEVSKI, 381, ATLÂNTICO, ERECHIM-RS.
TELEFONE: (54)9 9901.3682
E-MAIL: [redacted]

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo

DOE PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
43208948592	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Nome: BONI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

RSP2300386230

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		851	1	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
		2244	1	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)
		2015	1	ALTERACAO DE OBJETO SOCIAL

ERECHIM
Local

16 de outubro 2023
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM _____ ☐ SIM _____

☐ NÃO __/__/__ _____ Data Responsável ☐ NÃO __/__/__ _____ Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão
__/__/__
Data
_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

__/__/__ Data _____ Responsável

DECISÃO COLEGIADA

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

__/__/__ Data _____ Vogal _____ Vogal _____ Vogal

Presidente(a) _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 9303890 em 24/10/2023 da Empresa BONI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ 28719518000107 e protocolo 23382146 - 20/10/2023. Autenticação: 7132DED82A50587D8E464E1189381C41D6D256D2. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://juclaris.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 23.382.146-5 e o código de segurança GDF0 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/10/2023 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL
Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/382.146-5	RSP2300386230	16/10/2023

Identificação do(a) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
031.021.890-08	CHARLEI BONI	16/10/2023

Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 9303890 em 24/10/2023 da Empresa BONI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ 28719518000107 e protocolo 23382146 - 20/10/2023. Autenticação: 7132DED82A50587D8E464E1189381C41D6D256D2. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://juclaris.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 23.382.146-5 e o código de segurança GDF0 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/10/2023 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

2ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
CNPJ: 28.719.518/0001-07
NIRE: 43208948592

CHARLEI BONI, nacionalidade BRASILEIRO, empresário, solteiro, maior, capaz, nascido em 20/04/1993, nº do CPF 031.021.890-08, documento de identidade 6097597634, SJS/RS, com domicílio / residência na Rua Henrique Dias, número 691, bairro /distrito Centro município ERECHIM - RS, CEP 99700-262.

A parte acima qualificada, na condição de único sócio da sociedade empresária ***"BONI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA"***, estabelecida na Rua Joao Olczevski, nº 381, Bairro Atlântico, 99705-550 na cidade de Erechim/RS, com contrato constitutivo de arquivado na MM Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, sob n.º 43109491730, em 22 de setembro de 2017 NIRE Transformação em LTDA sob nº 43208948592 em 23 de março de 2021 e última alteração contratual arquivada sob o nº 7988076 em 30 de novembro de 2021, empresa inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob nº 28.719.518/0001-07 resolvem de comum e perfeito acordo, alterar o contrato constitutivo, com base nas seguintes cláusulas:

I -

A partir desta data, a sociedade passa a ter os seguintes objetos sociais:

a) Comercio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar. (4649-4/08)
b) Comercio atacadista de artigos de escritório e de papelaria. (4647-8/01)
c) Comercio atacadista de produtos alimentícios. (4639-7/01)
d) Comercio atacadista de suprimentos para informática. (4651-6/02)
e) Comercio atacadista de produtos de higiene pessoal. (4646-0/02)
f) Comercio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria. (4646-0/01)
g) Comercio atacadista de embalagens. (4686-9/02)
h) Comercio varejista de produtos saneantes domissanitários. (4789-0/05)
i) Comercio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal. (4772-5/00)
j) Comercio varejista de artigos de papelaria. (4761-0/03)
k) Comercio varejista de artigos de uso pessoal e doméstico. (4759-8/99)
l) Comercio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática. (4751-2/01)
m) Comércio atacadista de instrumentos, produtos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios. (4645-1/01)
n) Comercio varejista de material elétrico. (4742-3/00)
o) Comércio varejista de materiais de construção. (4744-0/05)
p) Comércio varejista de ferragens e ferramentas. (4744-0/01)
q) Comércio varejista de artigos de iluminação. (4754-7/03)
r) Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho (EPI). (4642-7/02)
s) Serviço de montagem e instalação de sistemas de iluminação e de sinalização em vias públicas, rodovias, ferrovias, portos e aeroportos. (4329-1/04)
t) Comércio varejista de postes vigas e vigotas pré-moldadas de concreto. (4744-0/99)
u) Comércio atacadista de placas de sinalização viária, ferroviária. (4669-9/99)

-II-

Pela vontade soberana do sócio, resolve este ***CONSOLIDAR*** as cláusulas do contrato social, passando a sociedade a ser regida pelas cláusulas e condições seguintes:
Cláusula Primeira - A sociedade adotará o nome empresarial de ***BONI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA.***

Cláusula Segunda - O objeto social será:

a) Comercio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar. (4649-4/08)
b) Comercio atacadista de artigos de escritório e de papelaria. (4647-8/01)
c) Comercio atacadista de produtos alimentícios. (4639-7/01)
d) Comercio atacadista de suprimentos para informática. (4651-6/02)
e) Comercio atacadista de produtos de higiene pessoal. (4646-0/02)
f) Comercio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria. (4646-0/01)
g) Comercio atacadista de embalagens. (4686-9/02)
h) Comercio varejista de produtos saneantes domissanitários. (4789-0/05)
i) Comercio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal. (4772-5/00)
j) Comercio varejista de artigos de papelaria. (4761-0/03)
k) Comercio varejista de artigos de uso pessoal e doméstico. (4759-8/99)
l) Comercio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática. (4751-2/01)
m) Comércio atacadista de instrumentos, produtos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios. (4645-1/01)
n) Comércio varejista de material elétrico. (4742-3/00)
o) Comércio varejista de materiais de construção. (4744-0/05)
p) Comércio varejista de ferragens e ferramentas. (4744-0/01)
q) Comércio varejista de artigos de iluminação. (4754-7/03)
r) Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho (EPI). (4642-7/02)
s) Serviço de montagem e instalação de sistemas de iluminação e de sinalização em vias públicas, rodovias, ferrovias, portos e aeroportos. (4329-1/04)
t) Comércio varejista de postes vigas e vigotas pré-moldadas de concreto. (4744-0/99)
u) Comércio atacadista de placas de sinalização viária, ferroviária. (4669-9/99)

Cláusula Terceira - A sede da sociedade será na Rua Joao Olczevski, nº 381, Bairro Atlântico, 99705-550, na cidade de Erechim/RS.

Cláusula Quarta - A sociedade iniciou suas atividades em 05/09/2017 e seu prazo de duração é indeterminado.

Cláusula Quinta - O capital social é R$ 20.000,00 (Vinte mil reais) dividido em 20.000 quotas no valor nominal R$ 1,00 (UM real), integralizadas, neste ato em moeda corrente do País, pelo sócio:

NOME	Nº QUOTAS	VALOR – R$
CHARLEI BONI	20.000	20.000,00
TOTAL	20.000	20.000,00

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 9303890 em 24/10/2023 da Empresa BONI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ 28719518000107 e protocolo 23382146 - 20/10/2023. Autenticação: 7132DED82A50587D8E464E1189381C41D6D256D2. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://juclaris.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 23/382.146-5 e o código de segurança GDF0 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/10/2023 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 9303890 em 24/10/2023 da Empresa BONI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ 28719518000107 e protocolo 23382146 - 20/10/2023. Autenticação: 7132DED82A50587D8E464E1189381C41D6D256D2. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://juclaris.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 23/382.146-5 e o código de segurança GDF0 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/10/2023 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

Cláusula Sexta - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Cláusula Sétima - A administração da sociedade caberá ao administrador/sócio ***CHARLEI BONI,*** o qual fica investido de todos os poderes de representação ativa e passiva da sociedade, em juízo e fora dele, bem como em todos os demais atos previstos em Lei e relacionados com a empresa.
Parágrafo Primeiro: O administrador responde perante a sociedade pelos atos praticados no desempenho de seu mandato.
Parágrafo Segundo: É expressamente proibido e serão nulos de pleno direito, quaisquer atos praticados pelo administrador, gerente ou procuradores da sociedade, que sejam estranhos aos objetivos sociais ou aos negócios da sociedade, e a prestação de avais, fianças, endossos ou outras garantias de favor.
Parágrafo Terceiro: A sociedade poderá ser administrada por um administrador não sócio, mediante a aprovação de sócios que representem no mínimo dois terços do capital social. Este poderá ser destituído do cargo a qualquer tempo, por deliberação dos sócios, independente de justificativa.

Cláusula Oitava - Os instrumentos de procurações, outorgadas pelo administrador da sociedade, deverão especificar os atos e operações que os mandatários poderão praticar, e a duração do mandato não poderá ser superior a um ano, salvo no caso de mandato com poderes gerais de foro, que poderá ser por prazo indeterminado.

Cláusula Nona - Os administradores poderão perceber mensalmente, a título de "pró-labore", a importância que for convencionada entre os sócios, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Cláusula Décima - O exercício social coincidirá com o ano civil. Desta forma, terá início em 1º de janeiro e encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, quando será apurado o inventário físico dos bens, direitos e obrigações e as respectivas demonstrações financeiras em conformidade com os Princípio e Normas contábeis geralmente aceitos. Os sócios participam dos lucros e perdas na proporção de suas quotas.
Parágrafo Primeiro: Em reunião anual, até 30 de abril do ano seguinte, será decidido o destino dos lucros acumulados, se forem transferidos para reservas de lucros, bem como a sua reversão.
Parágrafo Segundo: Caso os sócios decidam distribuir os lucros, ou levados para aumento de capital, será realizado na proporção da quota de capital dos sócios.
Parágrafo Terceiro: Caso ocorra prejuízo em determinado exercício este permanecerá em prejuízos acumulados para futura amortização, ou suportado pelos sócios na mesma proporção antes informada.
Parágrafo Quarto: A sociedade poderá distribuir antecipadamente lucros em qualquer mês do ano calendário em conformidade com a Legislação Tributária.

Cláusula Décima Primeira - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, através de reunião dos sócios, regularmente convocada, deliberarão sobre as contas, a destinação dos resultados e designarão administrador(es) quando for o caso.

Cláusula Décima Segunda - As quotas sociais não poderão ser cedidas ou transferidas, total ou parcialmente, sem que o alienante, previamente as ofereça à sociedade e, posteriormente, aos outros quotistas, cabendo a estes, se for o caso – na proporção da participação de cada um no capital social – o direito de preferência na aquisição das quotas oferecidas.
Parágrafo Único: O quotista que desejar alienar sua participação societária deverá, por ocasião da oferta, determinar, expressamente, o preço e as condições de pagamento que pretende pelas quotas ofertadas.

Cláusula Décima Terceira - O direito de preferência previsto na cláusula anterior deverá ser exercido, tanto pela sociedade como pelos quotistas, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias do oferecimento e, não havendo manifestação positiva, o cedente restará livre para negociar com quem desejar, porém, neste caso, o preço e as condições de pagamento não poderão ser mais vantajosas do que as anteriormente ofertadas à sociedade e ao outro quotista.

Cláusula Décima Quarta - A sociedade não entrará em dissolução e, consequentemente, em liquidação, por retirada, morte, falência ou incapacidade de qualquer dos sócios, podendo o sócio remanescente queira o seu prosseguimento. Os valores do sócio que falecer ou desejar retirar-se ser-lhe-ão pagos, ou a seus herdeiros, em caso de não desejarem permanecer na sociedade, com base em balanço especialmente levantado para esse fim, em moeda corrente nacional, em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, iguais e sucessivas, corrigidas monetariamente, tendo como termo inicial o mês de encerramento do já referido balanço especial.
Parágrafo Primeiro: Mediante comum acordo entre as partes, poderá ser estabelecida outra forma de pagamento aos sócios retirantes, dos valores previstos nesta cláusula, desde que não afetem a situação econômico-financeira e o funcionamento normal da sociedade.
Parágrafo Segundo: O balanço especial referido no "caput" desta cláusula, que será utilizado para determinar o valor da quota reembolsável, tomará por base não somente o valor real dos bens, direitos e obrigações, mas também aqueles valores não escrituráveis, como a marca, tecnologia, clientela, perspectivas do negócio, e outros, bem como obrigações ainda não definidas e/ou quantificadas, tudo a ser aferido através de arbitragem, nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1.996, na qual serão considerados, preponderantemente, os princípios gerais de direito, os usos e costumes e, se for o caso, as regras internacionais de comércio.

Cláusula Décima Quinta - As deliberações dos sócios serão tomadas em conformidade com as determinações da Legislação Vigente.

Cláusula Décima Sexta - O administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula Décima Sétima - A regência supletiva da sociedade limitada dar-se-á pelas normas regimentais da Sociedade Anônima, Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações.
Parágrafo Único - A sociedade limitada, não será obrigada a publicação das suas demonstrações contábeis.

Cláusula Décima Oitava - Fica eleito o foro de ERECHIM/RS para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em via única assinada digitalmente para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Erechim/RS, 13 de outubro de 2023.

CHARLEI BONI
CPF n.º 031.021.890-08

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 9303890 em 24/10/2023 da Empresa BONI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ 29719518000107 e protocolo 233821465 - 20/10/2023. Autenticação 7132EDE0B2A5087D8646411189381C41D6D25602. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://juclsra.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 23/382.146-5 e o código de segurança GDF0 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/10/2023 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 9303890 em 24/10/2023 da Empresa BONI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ 29719518000107 e protocolo 233821465 - 20/10/2023. Autenticação 7132EDE0B2A5087D8646411189381C41D6D25602. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://juclsra.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 23/382.146-5 e o código de segurança GDF0 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/10/2023 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL
Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/382.146-5	RSP23003866/30	16/10/2023

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
031.021.890-08	CHARLEI BONI	20/10/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br		

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 9303890 em 24/10/2023 da Empresa BONI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ 29719518000107 e protocolo 233821465 - 20/10/2023. Autenticação 7132EDE0B2A5087D8646411189381C41D6D25602. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://juclsra.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 23/382.146-5 e o código de segurança GDF0 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/10/2023 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado do Rio Grande Do Sul
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo
Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa BONI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA, de CNPJ 29.7 9.518/0001-07 e protocolado sob o número 23/382.146-5 em 20/10/2023, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 9303890, em 24/10/2023. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Gisele Carla Weishaupt.
Certifica o registro, o Secretário-Geral, José Tadeu Jacoby. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços > Validar Documentos (https://portalservicos.jucisrs.rs.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
031.021.890-08	CHARLEI BONI	20/10/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
031.021.890-08	CHARLEI BONI	20/10/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br		

Data de início dos efeitos do registro (art. 35, Lei 8.934, 1994): 13/10/2023

Documento assinado eletronicamente por Gisele Carla Weishaupt, Servidor(a) Público(s), em 24/10/2023, às 09:12

A autenticidade deste documento pode ser conferida no portal de serviços.jucisrs informando o número do protocolo 23/382.146-5.

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 9303890 em 24/10/2023 da Empresa BONI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ 29719518000107 e protocolo 233821465 - 20/10/2023. Autenticação 7132EDE0B2A5087D8646411189381C41D6D25602. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://juclsra.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 23/382.146-5 e o código de segurança GDF0 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/10/2023 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL
Registro Digital

O ato foi assinado digitalmente por

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
054.714.500-87	JOSE TADEU JACOBY

Porto Alegre terça-feira, 24 de outubro de 2023

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 9303890 em 24/10/2023 da Empresa BONI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ 29719518000107 e protocolo 233821485 - 20/10/2023. Autenticação: 713D0E0932A53670B64941116B3B1C4D8502567 32. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucisrs.rs.gov.br/validacao e informe nº do pro cesso 23382,148 5 e o código de segurança GDF0 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/10/2023 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 24
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 621

Classificação: 055.12

DIEx Simplificado Nº 65-SALC/7 BEC
EB: 64045.005935/2024-24

Rio Branco, AC, 16 de setembro de 2024.

Do Chefe da Salc
Ao Sr Chefe do Setor de Aprovisionamento

Assunto: PE SRP 90004/2024 - Análise de propostas.

Anexos:
1) 9.02 - Apêndice A do TR.pdf
2) 9.01 - Anexo I - Termo de Referência retificado.pdf
3) 100 - Mapa de controle das empresas (version 1).xlsb.xlsx

1. Informo-lhe que 32 itens restantes do pregão eletrônico 90004/2024 - Aquisição de gêneros alimentícios, estão em condições de análise. Lembro que quando um item for recusado, deve-se especificar o motivo pelo qual está sendo feita esta recusa, para fazer a análise o STR deve entrar no seguinte endereço:

Link de direcionamento ao PNCP

2. Lembro que os anexos geralmente estão no primeiro item de cada fornecedor melhor colocado, para isso, segue também uma pasta de trabalho contendo 3 planilhas de controle dos fornecedores, elaborada pelo pregoeiro e que poderá auxiliar na análise de cada item. A planilha com o nome "ABA COMPLEMENTAR" já está filtrada com os 32 itens restantes, aqueles que se acontram na situação de "ACEITO", não precisam de parecer.

3. Segue também em anexo o termo de referência da licitação, juntamento com seu apêndice A contendo as especificações de cada item.

Luiz Antônio Ribeiro Júnior - Maj
Chefe da Salc

"80 ANOS DO INÍCIO DAS OPERAÇÕES DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA NO TEATRO DE OPERAÇÕES EUROPEU"

Documento **assinado eletronicamente**, por meio de **assinatura simples**, pelo(a) **Maj Luiz Antônio Ribeiro Júnior**, em 16/09/2024, às 12:32 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543 de 13/11/2020 da Presidência da República.

oPnn-uPNC-IU82-a082

Classificação: 03

DIEx Simplificado Nº 67-Grupo Aprov/CCAp-Pel Log/CCAp
EB: 64045.006040/2024-15

Rio Branco, AC, 19 de setembro de 202

Do Chefe do Setor de Aprovisionamento
Ao Sr Chefe da Salc

Assunto: resultado_de_análise_das_propostas_do_PE_SRP_04/2024

Anexos:
1) 100_-_Mapa_de_controle_das_empresas__version_1_.xlsb.xlsx

Segue em anexo respostas das análises das propstas do PE SRP 04/2024.

Pedro Almeida Buso - 1º Ten
Chefe do Setor de Aprovisionamento

"80 ANOS DO INÍCIO DAS OPERAÇÕES DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA NO TEATRO DE OPERAÇÕES EUROPEU"

Documento **assinado eletronicamente**, por meio de **assinatura simples**, pelo(a) **1º Ten Pedro Almeida Buso**, em 19/09/2024, às 12:28 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543 de 13/11/2020 da Presidência da República.

---

pzzC-UvHZ-X9Or-4+xX

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 624

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 624

EMPRESA	BOTELHO CONSULTORIA E LICITACOES LTDA
CNPJ	[redacted]
NOME DO SÓCIO MAJORITÁRIO	[redacted]IEL BOTELHO DA SILVA
CPF DO SÓCIO MAJORITÁRIO	[redacted]
E-MAIL PRINCIPAL	[redacted]
FONE PRINCIPAL	[redacted]
Proposta final	[redacted]
SICAF	[redacted]
Receita Federal	[redacted]
FGTS	[redacted]
Receita Estadual	[redacted]
Receita Municipal	[redacted]
Consolicada TCU/CNJ/CEIS/CNEP	[redacted]
CNDT / CNPJ	[redacted]
CNDT/CPF	[redacted]
TCU/CPF	[redacted]
CNJ/CPF	[redacted]
CEIS/CPF	[redacted]
Contrato Social	[redacted]
Balanço Patrimonial	[redacted]
Índices de Liquidez	[redacted]
Falência e Concordata	[redacted]
ACT - SV CONTÍNUOS	[redacted]
PCC (50%) - Mat e Sv	[redacted]
Declaração de Sust. Ambiental	[redacted]

Ao 7° Batalhão de Engenharia de Construção – 7° BEC

Ao Ilustríssimo Sr. Agente de Contratação – Pregão Eletrônico 90004/2023 – UASG 160001

Assunto: Proposta de Preço

Proposta de Preço

Objeto: Aquisição de Gêneros alimentícios e materiais de acondicionamento e embalagem, para atender as necessidades do 7° Batalhão de Engenharia de Construção.

PROPOSTA:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
4	Gordura Vegetal, Tipo Margarina, Composição Com Sal, Com No Mínimo 80% Lipídeos. Embalagem De 1 Kg. Marca: DELICIA	Embalagem 15kg	30	[redacted]	
11	LEGUME IN NATURA, tipo batata inglesa, espécie rosada, branca, 1ª qualidade, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação Marca: Regional	Kg	700		
52	AZEITE DE OLIVA, tipo: extra virgem puro, unidade de fornecimento: lata com 500 ml Marca: GOMES DA COSTA	Embalagem 500ml	350		
122	DOCE DE LEITE, ingredientes leite/açúcar, tipo em pasta, em embalagem com no mínimo 400 gramas Marca: ITALAC	Lata 400g	500		
TOTAL: R$ 31.207,50 (Trinta e um mil, duzentos e sete reais e cinquenta centavos)					

DECLARAMOS AINDA QUE:

a) A presente proposta é válida pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

b) Prazo de entrega: 15 (quinze) dias, contados da data do recebimento da Nota de empenho.

c) Local da entrega dos materiais e horário(s): Setor de Aprovisionamento do 7° Batalhão de Engenharia de Construção – 7° BEC: Avenida Nações Unidas, n° 2100, Bairro 7° BEC, Rio Branco –AC, CEP: 69.918-093, de segunda feira a quinta feira, das 09:00 às 11:30 horas e das 14:00 às 16:30 horas e nas sextas-feiras das 07:30 às 11:30 horas.

Rua Frei Caneca nº 1680 – Doca Furtado – Rio Branco-AC – CEP 69918-120
Fone: 68 - 98104 – 6828
botelhoconsultoriaelicitacoes@gmail.com

d) No valor proposto está incluso todos os custos operacionais, inclusive de possíveis fretes, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços ou no fornecimento do produto.

e) Os materiais serão entregues em acordo com as especificações constantes do Termo de Referência e respectivas normas técnicas vigentes.

f) Caso nos seja homologado o objeto da presente licitação nos comprometemos a receber a nota de empenho no prazo determinado no Edital, e indico o Sr GABRIEL BOTELHO DA SILVA, Carteira de identidade nº 19361692 PC/MG, CPF nº 121.074.386-84, RepresentanteLegal, como responsável legal desta empresa.

DADOS DA EMPRESA:

Representante Legal: Gabriel Botelho da Silva
CPF/MF: 121.074.386-84
RG: MG 19361692 PC MG
Empresa: Botelho Consultoria e Licitações
Endereço: Rua Frei Caneca, 1680, Doca Furtado, Rio Branco – AC, CEP: 69918-120
CNPJ: 48.981.509/0001-99

DADOS BANCÁRIOS:

Empresa: Botelho Consultoria e Licitações
CNPJ: 48.981.509/0001-99
Banco: 077 - Inter
Agência: 0001
C/C: 26969625-3

Finalizando, declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no edital.

Rio Branco – AC, 13 de setembro de 2024.

BOTELHO CONSULTORIA E LICITACOES LTDA

GABRIEL BOTELHO DA SILVA
CPF: 121.074.386-84
Sócio Administrador

Rua Frei Caneca nº 1680 – Doca Furtado – Rio Branco-AC – CEP 69918-120
Fone: 68 - 98104 – 6828
botelhoconsultoriaelicitacoes@gmail.com

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 635

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 636

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 26
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 626

Sistema de Cadastramento Unificado de Forniecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornece [redacted]

CNPJ: [redacted]

[redacted] de Vencimento do Cadastro: **28/12/2024**

Natureza Jurídica: **SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**

MEI: **Não**

Porte da Empresa: **Micro Empresa**

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: **Nada Consta**

Impedimento de Licitar: **Nada Consta**

Ocorrências Impeditivas indiretas: **Nada Consta**

Vínculo com "Serviço Público": **Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**30/12/2024**	**Automática**
FGTS	Validade:	**22/09/2024**	**Automática**
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**11/03/2025**	**Automática**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**10/11/2024**
Receita Municipal	Validade:	**01/10/2024**

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **31/05/2025**

CPF: 131.XXXXXX-30 Nome: MARLLON COSTA NICODEMO

Ass: _____

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 201

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 621

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 17/09/2024 10:48:49

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **BOTELHO CONSULTORIA E LICITACOES LTDA**
CNPJ: [redacted]

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO 7ª Fls. 28

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO 7ª Fls. 629

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: BOTELHO CONSULTORIA E LICITACOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: [redacted]
Certidão nº: 64075370/2024
Expedição: 17/09/2024, às 10:49:28
Validade: 16/03/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **BOTELHO CONSULTORIA E LICITACOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº [redacted] **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

1º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 629

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: GABRIEL BOTELHO DA SILVA
CPF: [redacted]
Certidão nº: 64075531/2024
Expedição: 17/09/2024, às 10:50:02
Validade: 16/03/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **GABRIEL BOTELHO DA SILVA**, inscrito(a) no CPF sob o nº [redacted], **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 30

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 1630

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **GABRIEL BOTELHO DA SILVA**

CPF/CNPJ: [redacted]

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 10:50:39 do dia 17/09/2024, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5

Código de controle da certidão: 6C9A170924105039

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO 7º Fls. 34

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO 7º Fls. 631

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (17/09/2024 às 10:51) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº [redacted]

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 66E9.8952.29E1.A074 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

EMPRESA	CARNE & CIA LTDA
CNPJ	[redacted]
NOME DO SÓCIO MAJORITÁRIO	JOHN LENON ARAUJO GOMES
CPF DO SÓCIO MAJORITÁRIO	[redacted]
E-MAIL PRINCIPAL	[redacted]
FONE PRINCIPAL	[redacted]
Proposta final	[redacted]
SICAF	
Receita Federal	
FGTS	
Receita Estadual	
Receita Municipal	
Consolidada TCU/CNJ/CEIS/CNEP	
CNDT / CNPJ	
CNDT/CPF	
TCU/CPF	
CNJ/CPF	
CEIS/CPF	
Contrato Social	
Balanço Patrimonial	
Índices de Liquidez	
Falência e Concordata	
ACT - SV CONTINUOS	
PCC (50%) - Mat e Sv	
Declaração de Sust. Ambiental	

9º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 34
9º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 634

ITEM	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DOS PRODUTOS	MARCA	UNID	QUANT.	VALOR UNIT (R$)	VALOR TOTAL (R$)
8	Carne In Natura, Tipo Contra filé, Bovina, Com Sif (Ministério Da Agricultura), Embalagem Hermética, Por Kg, Congelada,Com Descrição De Validade, Lote E Fabricação, Registro No Ministério Da Agricultura E Informações Do Abatedouro. ComDescrição De Informações Nutricionais E ModoDeRefrigeração.Prazo De Validade Superior A 90 Dias, Apresentação EmbalagemPlástica, Contendo Especificações, Embalagens E Observações E Legislação, Deverá Conter Registro No Ministério Da Agricultura. Com Dados Do Fabricante, Identificação Do Produto, Marca Do Fabricante, Data De Fabricação E Data De Validade (SuperiorA90Dias),Peso Líquido E De Acordo Com As Normas E/Ou Resoluções Vigentes Da Anvisa/Ministério Da Agricultura.	FRICARNES	Kg	1.700	[redacted]	
9	Carne In Natura,Tipo Miolo Ou Coração Alcatra, Bovina, Com Sif (Ministério Da Agricultura), Embalagem Hermética, Por Kg, Congelada, ComDescrição De Validade, Lote E Fabricação, Registro No Ministério Da Agricultura E Informações Do Abatedouro.Com Descrição De Informações Nutricionais E Modo De Refrigeração.Prazo De Validade Superior A90 Dias, Apresentação Embalagem Plástica, Contendo Especificações, Embalagens E Observações E Legislação, Deverá Conter Registro No Ministério Da Agricultura. Com Dados Do Fabricante, Identificação Do Produto, MarcaDo Fabricante, DataDe Fabricação E Data De Validade (Superior A90Dias), Peso Líquido E De Acordo Com As Normas E/Ou Resoluções Vigentes Da Anvisa/Ministerio Da Agricultura.	FRICARNES		2.000		

CARNE CIA LTDA

CNPJ 4 [redacted] **8**

RUA BAIXA VERDE, Nº 239, CIDADE NOVA – RIO BRANCO/AC

CARTA PROPOSTA E PLANILHA DE PREÇOS

Ao Sr. Pregoeiro do 7º Batalhão de Engenharia de Construção - 7º BEC

Referente: Pregão Eletrônico SRP nº 004/2024 - 7º BEC

Apresentamos a V.S., nossa Proposta para a Aquisição de Gêneros Alimentícios, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas nos termos do Edital e seus anexos.

Declaro que concordamos em manter a validade desta proposta por um período de 90 (noventa) dias, contado a partir da data final prevista para sua entrega.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bemcomo aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parteda prestação dos serviços, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguro, taxas, ouquaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativainflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Declaro, sob as penas da lei, que os preços são plenamente exequíveis e que serão cumpridos conforme as disposições do edital

Declaro ainda que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas, tributos e encargos de qualquer natureza incidentes sobre o objeto deste Pregão.

Razão Social: **CARNE & CIA LTDA**

CPF/CNPJ: **48.718.206/0001-88**

Endereço completo: Rua Baixa Verde, nº 239, Cidade Nova, Rio Branco/AC, CEP 69.905 414.

Representante Legal: John Lenon Araujo Gomes, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de Identidade RG nº 10034900 SSP/AC, portadora do CPF: 983.268.722-53, Data de Nascimento: 25/01/1989, Fone: (68) 8419-6911 - e-mail: gerencia@fricarnesbr.com

Endereço: Rua Euclides da Cunha, nº 277, Bairro Conjunto Esperança, CEP 69.915-168, em Rio Branco – Acre.

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 0195

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 0195

CARNE CIA LTDA

CNPJ [redacted]

RUA BAIXA VERDE, Nº 239, CIDADE NOVA – RIO BRANCO/AC

288	Carne In Natura,Tipo Patinho, Bovina, ComSif (Ministério Da Agricultura), Embalagem Hermética,PorKg, Congelada, Com Descrição De Validade, Lote E Fabricação, Registro No Ministério Da Agricultura E Informações Do Abatedouro. Com Descrição De Informações Nutricionais E Modo De Refrigeração. Prazo De Validade Superior A 90 Dias, Apresentação Embalagem ª Plástica, Contendo Especificações, Embalagens E Observações E Legislação. Deverá Conter Registro No Ministério Do Agricultura. Com Dados Do Fabricante, Identificação Do Produto, Marca Do Fabricante, Data De Fabricação E Data De Validade (SuperiorA90Dias),Peso Líquido E De Acordo Com As Normas E/Ou Resoluções Vigentes Da Anvisa/Ministério Da Agricultura	FRICARNES		2.000	[redacted]	
294	Carne Processada, Tipo Hambúrguer Congelado, Bovina, Sabor: Picanha, Tipo Preparação: Condimentos Naturais, Sem Pimenta , Estado De Conservação: Congelado(A), Congelada, Com Descrição De Validade, Lote E Fabricação, Registro No Ministério Da Agricultura E Informações Do Abatedouro. ComDescrição De Informações Nutricionais E Modo De Refrigeração. Prazo De Validade Superior A 90 Dias, Embalagem Contendo Especificações, Observações E Legislação. Deverá Conter Registro No Ministério Da Agricultura. Com Dados Do Fabricante, IdentificaçaoDoProduto, Marca Do Fabricante, Data De Fabricação E Data De Validade (SuperiorA90Dias),Peso Líquido E De Acordo Com As Normas E/Ou Resoluções	FRICARNES		2.000		
295	Carne Processada Variedade: Hamburguer , Tipo: Bovino , Sabor: Temperado , Estado De Conservação: Congelado(A). Embalagem 56g.	FRICARNES		25.000		
	Valor Global da Proposta					

Valor Global da Proposta: R$ 271.900,00 (Duzentos e setenta e um mil e novece[redacted]

Banco: Santader, Agência: 3270, Conta Corrente: 130054100.

Rio Branco-AC, 25 de julho de 2024

[redacted]

John Lenon Araújo Gomes
RG nº 10034900 SSP/AC
CPF: 983.268.722-53
Proprietário

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 36

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 36

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	48.718.206/0001-88
Razão Social:	CARNE & CIA LTDA
Nome Fantasia:	CARNE & CIA
Situação do Fornecedor:	Credenciado — Data de Vencimento do Cadastro: 24/12/2024
Natureza Jurídica:	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
MEI:	Não
Porte da Empresa:	Micro Empresa

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	Consta
Impedimento de Licitar:	Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas:	Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público":	Nada Consta

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com *** está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	29/10/2024	Automática
FGTS	Validade:	05/10/2024	Automática
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	03/11/2024	Automática

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Validade:	24/08/2024 (*)	
Receita Municipal	Validade:	02/09/2024 (*)	

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2025

[redacted]

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

ANEXO
Impedimentos de Licitar

Dados do Fornecedor

CNPJ:	48.718.206/0001-88
Razão Social:	CARNE & CIA LTDA
Nome Fantasia:	CARNE & CIA
Situação do Fornecedor:	Credenciado

Impedimento de Licitar no Âmbito:

FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE / 154044-FUNDACAO UNIVERSIDADE

Emitido em: 17/09/2024 10:54

CPF: 131.XXX.XXX-30 Nome: MARLLON COSTA NICODEMO

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 627

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 627

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 28
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 1635

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Ativas

Dados do Fornecedor

CNPJ:	48.718.206/0001-88
Razão Social:	CARNE & CIA LTDA
Nome Fantasia	CARNE & CIA
Situação do Fornecedor:	Credenciado

Ocorrência 1:

Tipo Ocorrência:	Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I		
UASG Sancionadora:	154044 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL/AC		
Data Aplicação	06/12/2023		
Número do Processo:	23107019788202330	Número do Contrato:	30/2023
Descrição/Justificativa:	Não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais		

Ocorrência 2:

Tipo Ocorrência:	Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II		
Motivo:	Inexecução total ou parcial do contrato		
UASG Sancionadora:	154044 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL/AC		
Data Aplicação	14/12/2023	Valor da Multa:	R$ 1.539,26
Número do Processo:	23107034429202311	Número do Contrato:	ARP 30/2023
Descrição/Justificativa:	Em função de falhas nas entregas ftacionadas bem como a não entrega de produtos, descumprindo o consta no Termo de Referência		

[redacted]

EMO

Relatório de Ocorrências Ativas

Ocorrência 3:

Tipo Ocorrência:	Suspensão Temporária - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. III		
Motivo:	Inexecução total ou parcial do contrato		
UASG Sancionadora:	154044 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL/AC		
Âmbito da Sanção:	Órgão Sancionador		
Prazo:	Determinado		
Prazo Inicial:	14/12/2023	Prazo Final:	14/12/2025
Número do Processo:	23107034429202311	Número do Contrato:	ARP 30/2023
Descrição/Justificativa:	Não fornecimento de gêneros alimentícios para o Restaurante Universitário do Campus Rio Branco; considerando a gravidade dos fatos ocorridos de forma recorrente, a indisponibilidade da Empresa em regularizar o cumprimento das obrigações pactuadas; considerando os riscos à saúde da coletividade de usuários do Restaurante Universitário, em função das entregas em embalagens inacequadas e transporte de gêneros perecíveis em temperatura não adequada, que pode comprometer sua carga microbiológica; e considerando, por fim, os prejuízos já ocasionados e os prejuízos que ainda serão suportados a partir da necessidade de cancelamento.		

[redacted]

STA NICODEMO

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 39

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 639

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 17/09/2024 11:35:09

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **CARNE & CIA LTDA**
CNPJ: [redacted]

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Constam Registros**
Suspensão (14/12/2025) - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

	GOVERNO DO ESTADO DO ACRE **SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA** **Diretoria de Administração Tributária**	**Data Emissão:** 28/08/2024 **Hora Emissão:** 10:37
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO		**Número:** 840128

Ressalvado o direito da Fazenda Pública de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do interessado abaixo qualificado, que vierem a ser apuradas, certifico que, não consta até esta data, nesta Unidade Fazendária, nenhum crédito fiscal relativo a tributos estaduais.

(Arts. 123 a 126 da LC 413/2022)

** Excetuados os créditos inscritos em Dívida Ativa*

Nome/Razão Social:
CARNE & CIA LTDA

Inscrição Estadual:
01.083.081/001-09

Identidade:

CNPJ:
48.718.206/0001-88

CPF:

Endereço:
RUA BAIXA VERDE
BAIRRO: CIDADE NOVA , CEP: 69905414

Município:
RIO BRANCO

Data da Impressão:
Terça-feira, 17 de Setembro de 2024 , 09:16

Finalidade:
DESTINA-SE A TODOS OS FINS.

Data de Validade: 26/10/2024

Outras Informações:

OBSERVAÇÕES

* A aceitação desta certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade na internet, no endereço: **www.sefaznet.ac.gov.br**

* Código de Autenticidade:**8f66e753ac690b44**

* Esta certidão não se destina a atestar débitos do imposto sobre transmissão "causa mortis" e doação, de quaisquer bens ou direitos (ITCMD)

* Qualquer rasura ou emenda inválida este documento.

* Emitido pelo Portal Sefaz Online

CONSELHO DE ENGENHARIA DE COMUNICAÇÃO Fls. 40

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 41
BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls 641

MUNICÍPIO DE RIO BRANCO
UBI TE PATRIA MEMOR
ESTADO DO ACRE

PREFEITURA DE RIO BRANCO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS N° 50487/2024

CNPJ: 4 [redacted]

Nome: CARNE & CIA LTDA

Endereço: BAIXA VERDE, 239

Bairro: CIDADE NOVA

Cidade: RIO BRANCO UF: AC

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria Municipal de Finanças (SEFIN) e a inscrições em Dívida Ativa junto a Divisão de Dívida Ativa da Procuradoria Geral do Município (PROJURI).

Esta certidão se refere à situação da pessoa jurídica identificada como sujeito passivo no âmbito da Prefeitura Municipal de Rio Branco, amparada legalmente pela Lei Complementar 1.508/2003, Art. 303.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no Portal do Cidadão, no endereço http://portalcidadao.riobranco.ac.gov.br/autenticidade-de-documentos/.

Emitida em 05/09/2024 07:40:51 horário do Acre.

Válida até 04/11/2024.

Código de autenticidade da certidão: **B631.A340.0D12.F916.B7B5.20C3.6150.86AB.**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Observação:

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 42
BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 642

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: JOHN LENON ARAUJO GOMES
CPF: [redacted]
Certidão nº: 64389441/2024
Expedição: 18/09/2024, às 13:21:32
Validade: 17/03/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **JOHN LENON ARAUJO GOMES**, inscrito(a) no CPF sob o nº **983.268.722-53**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 13
BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 643

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CARNE & CIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: [redacted]
Certidão nº: 6[redacted]
Expedição: 18/09/2024, às 13:20:49
Validade: 17/03/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CARNE & CIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº [redacted]**88, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 644

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 644

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **JOHN LENON ARAUJO GOMES**

CPF/CNPJ: [redacted]

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 13:22:08 do dia 18/09/2024, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5

Código de controle da certidão: 3WUL180924132208

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 645

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (18/09/2024 às 13:25) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº [redacted]

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 66EA.FEDC.924D.A700 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 646

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Serventia de Registro de Distribuição da Comarca de Rio Branco

CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO
FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL/EXTRAJUDICIAL

Em pesquisa realizada nos registros de distribuição de feitos do Sistema de Automação da Justiça (SAJ) anteriores a data de 17/09/2024, CERTIFICAMOS que:

NADA CONSTA nas Comarcas informatizadas do Estado do Acre contra **Carne E Cia Ltda**, ou vinculado ao **CNPJ** [redacted]8.

Observações:

a). A presente certidão abrange somente os feitos de Falência e Recuperação Judicial/Extrajudicial.
b) Certidão expedida gratuitamente pela internet, com validade de 30 dias.
c) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página eletrônica do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (http://www.tjac.jus.br/), no item "Conferência de Certidão".

Rio Branco (AC), 18 de setembro de 2024.

CERTIDÃO Nº: *002371520*
PEDIDO Nº: *0002371520*

FOLHA: 1/1

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 647

CARNE & CIA LTDA

CNPJ [redacted]

RUA BAIXA VERDE, Nº 239, CIDADE NOVA – RIO BRANCO/AC

DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL

Referente: Pregão Eletrônico SRP nº 004/2024-7º BEC

A empresa **Carne & Cia**, CNPJ n[redacted] localizada na Rua Baixa Verde nº 239 (Térreo), Bairro Cidade Nova, CEP 69.905-[redacted], RG nº 10034900 SSP/AC, **DECLARA**, para os fins de habilitação no Pregão Eletrônico SRP nº 04/2024 – 7ºBEC, DECLARA expressamente que:

Atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade sócio-ambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, em conformidade com a IN01/2010-SLTIe a Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Rio Branco-AC, 25 de julho de 2024.

[redacted]

EMPRESA	P. A. COSTA FERNANDES
CNPJ	[redacted]
NOME DO SÓCIO MAJORITÁRIO	PITAGORAS AUGUSTO COSTA
CPF DO SÓCIO MAJORITÁRIO	5[redacted]3
E-MAIL PRINCIPAL	pitagoras.fernandes@live.com
FONE PRINCIPAL	[redacted]
Proposta final	[redacted]
SICAF	
Receita Federal	
FGTS	
Receita Estadual	
Receita Municipal	
Consolidada TCU/CNJ/CEIS/CNEP	
CNDT / CNPJ	
CNDT/CPF	
TCU/CPF	
CNJ/CPF	
CEIS/CPF	
Contrato Social	
Balanço Patrimonial	
Índices de Liquidez	
Falência e Concordata	
ACT - SV CONTÍNUOS	
PCC (50%) - Mat e Sv	
Declaração de Sust. Ambiental	

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 48
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 648

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 649
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 649

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor [redacted]

DUNS®: 834154292

Razão Social: P. A. COSTA FERNANDES
Nome Fantasia: PLANETAAMAZONIA.COM
Situação do Fornecedor: **Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **03/11/2024**
Natureza Jurídica: EMPRESÁRIO (INDIVIDUAL)
MEI: **Não**
Porte da Empresa: **Micro Empresa**

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: **Nada Consta**
Impedimento de Licitar: **Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas: **Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público": **Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).
Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.
Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	05/02/2025	Automática
FGTS	Validade:	26/09/2024	Automática
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	17/02/2025	Automática

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Validade:	14/10/2024
Receita Municipal	Validade:	12/09/2024 (*)

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2025

[redacted]

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 50
BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 650

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 17/09/2024 11:56:09

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **P. A. COSTA FERNANDES**
CNPJ: [redacted]

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

Fls. 51
1º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 631
1º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO

MUNICÍPIO DE RIO BRANCO
UE DUE PATRIA MEMOR
ESTADO DO ACRE

PREFEITURA DE RIO BRANCO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS Nº 51546/2024

CNPJ: 24.102.935/0001-47

Nome: P. A. COSTA FERNANDES

Endereço: XAPURI, 22

Bairro: CONJUNTO PROCON

Cidade: RIO BRANCO UF: AC

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria Municipal de Finanças (SEFIN) e a inscrições em Dívida Ativa junto a Divisão de Dívida Ativa da Procuradoria Geral do Município (PROJURI).

Esta certidão se refere à situação da pessoa jurídica identificada como sujeito passivo no âmbito da Prefeitura Municipal de Rio Branco, amparada legalmente pela Lei Complementar 1.508/2003, Art. 303.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no Portal do Cidadão, no endereço http://portalcidadao.riobranco.ac.gov.br/autenticidade-de-documentos/.

Emitida em 11/09/2024 09:00:45 horário do Acre.

Válida até 10/11/2024.

Código de autenticidade da certidão: **DFDB.9494.B12E.7D43.DC3F.4225.8000.AE31.**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Observação:

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 52

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 652

Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (17/09/2024 às 11:59) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº [redacted]

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 66E9.9936.B4FC.2142 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 52
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 653

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: P. A. COSTA FERNANDES (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: [redacted]7
Certidão nº: [redacted]
Expedição: 17/09/2024, às 11:56:52
Validade: 16/03/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **P. A. COSTA FERNANDES (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **24.102.935/0001-47, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls: 634

PODER JUDICIARIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: PITAGORAS AUGUSTO COSTA FERNANDES
CPF: [redacted]
Certidão nº: 64094613/2024
Expedição: 17/09/2024, às 11:57:41
Validade: 16/03/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **PITAGORAS AUGUSTO COSTA FERNANDES**, inscrito(a) no CPF sob o nº **571.666.682-53, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 56
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 655

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **PITAGORAS AUGUSTO COSTA FERNANDES**

CPF/CNPJ: [redacted]

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 11:58:24 do dia 17/09/2024, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5

Código de controle da certidão: 5Y3U170924115824

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

FILTROS APLICADOS:

Busca livre: 57166668253

Cadastro: CEIS

LIMPAR

Data da consulta: 17/09/2024 11:59:15

Data da última atualização: 09/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 09/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 09/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 09/2024 (Diário Oficial da União - CEAF) , 09/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 56

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 56

7	ADOÇANTE LIQUIDO ARTIFICIAL A BASE DE CICLAMATO E SACARINA, EMBALAGEM COM 200ML	ADOCYL	UND	10	[redacted]
14	TORRADA DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A BAUDUCCO, INTEGRAL, TRADICIONAL E MULTIGRÃOS DE APROXIMADAMENTE 150G	BAUDUCCO	UND	360	
21	LEITE EM PÓ INTEGRAL DE 1ª QUALIDADE COM 380G, DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A NESTLÉ	NINHO/NESTLÉ	UND	40	
24	GUARDANAPO DE PAPEL BRANCO, FOLHA SIMPLES GOFRADA, MEDINDO 30X30CM COM 50 UNIDADES	AMAZÔNIA	PCT	360	
27	PALITOS DE DENTE CONFECCIONADO EM BAMBU NATURAL. DIMENSÕES 6,5CM X 0,2CM. 100PALITOS POR CAIXA	NATURAL	CX	20	
33	GARFO DESCARTAVEL, EM ACRILICO, TAMANHO MÉDIO. PACOTE COM 50UNIDADES	PROPACK	PCT	30	
37	PAPEL TOALHA, BRANCO, FOLHA DUPLA PICOTADA, SUPER MACIO, TAMANHO 22CM X 20CM, PACOTE COM 02 ROLOS	MILI	PCT	360	
38	COPO PLÁSTICO DESCÁRTAVEL DE 50ML, COM PADRÃO DE QUALIDADE INMETRO NORMATIZADO NA COR BRANCA, PACOTE COM 100UNIDADES	MINAPLAST	PCT	500	
50	BALDE DE PLÁSTICO, TIPO PEDREIRO, CAPACIDADE PARA 12 LITROS, CONFECCIONADO EM MATERIAL PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA E ALÇA METÁLICA, COM DIÂMETRO DE 30CM.	PLASNEW	UND	5	
52	LIMPADOR MULTIUSO DOMÉSTICO - LÍQUIDO, COMPOSIÇÃO: AQUIL BENZENO SULFONATO DE SÓDIO, SOLVENTE COADJUVANTES, TENSO ATIVO ANIÔNICO, SOLVENTE COADJUVANTES, SEQUESTRANTE,FRAGANCIA E AGUA, EM EMBALAGEM APROPRIADA DE 500 ML. LEGISLAÇÃO VIGENTE DE ACORDO COM REGISTRO VIGENTE DE ACORDO COM REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE OU ANVISA. IGUAL OU SUPERIOR A MARCA VEJA.	VEJA	UND	20	
55	ESPONJA DUPLA FACE PARA LAVAR LOUÇA.	JEITOSA	UND	12	
56	FLANELA DE ALGODÃO AMARELA, SUPER MACIA, MEDINDO 28 X 38CM.	SANTA MARGARIDA	UND	100	

Valor da Proposta: R$ 34.954,30

Validade da proposta: *Conforme o Edital*

Prazo e local de entrega: *Conforme o Edital*

Condições de pagamento: *Conforme o Edital*

PITAGORAS AUGUSTO COSTA FERNANDES:57166668253

Assinado de forma digital por PITAGORAS AUGUSTO COSTA FERNANDES:57166668253
Dados: 2024.06.04 10:05:56 -05'00'

P.A. COSTA FERNANDES-ME CNPJ:24.102.935/0001-47
TRAVESSA XAPURI, 22 CONJUNTO PROCON - CEP: 69918-666
Tel./Fax: 68-98425-1267 - E-mail: pa costafernandes.ac@gmail.com

P.A. COSTA FERNANDES-ME

PROPOSTADE PREÇOS

Prezados Senhores,

OBJETO: Registro de preços para aquisição de material de consumo copa e conservação, sob demanda, para atender à demanda do Órgão Gerenciador do Registro de Preços, em conformidade com este edital e seus anexos.

Pelo preço quantidade institucional de **R$ 34.954,30** (Trinta e quatro mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e trinta centavos), nos termos do Edital e seus Anexos.

O prazo de validade de nossa Proposta é de 60 (Sessenta) dias.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Declaramos a obrigatoriedade em realizar a entrega dos bens/serviços licitados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento, expedida e devidamente autorizada pelo setor de compras do SEBRAE/AC e que os mesmos serão entregues conforme solicitado, com responsabilidade de substituição.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte da prestação dos serviços, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguro, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos. Caso nos seja adjudicado o objeto, da licitação, comprometemos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

[redacted]

ESPECIFICAÇÕES DOS OBJETOS

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	BOMBOM DE CHOCOLATE, EMBALAGEM COM 1KG, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A OURO BRANCO OU SONHO DE VALSA.	OURO BRANCO/LACTA	PCT	[redacted]		

P.A. COSTA FERNANDES-ME CNPJ:24.102.935/0001-47
TRAVESSA XAPURI, 22 CONJUNTO PROCON - CEP: 69918-666
Tel./Fax: 68-98425-1267 - E-mail: pa.costafernandes.ac@gmail.com

1º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 57

EMPRESA	COMSABOR COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
CNPJ	[redacted]
NOME DO SÓCIO MAJORITÁRIO	FRANCIANE PAGNONCELLI FARIAS
CPF DO SÓCIO MAJORITÁRIO	[redacted]
E-MAIL PRINCIPAL	[redacted]nail.corn
FONE PRINCIPAL	[redacted]
Proposta final	
SICAF	
Receita Federal	
FGTS	
Receita Estadual	
Receita Municipal	
Consolidada TCU/CNJ/CEIS/CNEP	
CNDT / CNPJ	
CNDT/CPF	
TCU/CPF	
CNJ/CPF	
CEIS/CPF	
Contrato Social	
Balanço Patrimonial	
Índices de Liquidez	
Falência e Concordata	
ACT - SV CONTÍNUOS	
PCC (50%) - Man e Sv	
Declaração de Sust. Ambiental	

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 657
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 658

	MARCAS DE REFERÊNCIA: LEÃO.					
140	REFRIGERANTE PET, INGREDIENTES: ÁGUA GASEIFICADA, AÇÚCAR, SUCOS CONCENTRADOS DE UVA, VITAMINA C, REGULADORES DE ACIDEZ ÁCIDO CÍTRICO E CITRATO DE SÓDIO, AROMA SINTÉTICO IDÊNTICO AO NATURAL, SEQUESTRANTES HEXAMETAFOSFATO DE SÓDIO E EDTA CÁLCIO DISSÓDICO, CONSERVADORES BENZOATO DE SÓDIO E SORBATO DE POTÁSSIO EDULCORANTES SUCRALOSE (4,2MG) E ACESULFAME DE POTÁSSIO (3,2MG) POR 100ML, CORANTE ARTIFICIAL AMARELO CREPÚSCULO FCF. SABOR UVA 1ª QUALIDADE, SUPERIOR OU SIMILAR A MARCA "FANTA OU SUKITA", EMBALAGEM DE FORNECIMENTO: EMBALAGEM COM 2L. MARCAS DE REFERÊNCIA: FANTA / SUKITA.	Embal. 2 L	Fanta / Sukita	500	[redacted]
141	CHÁ PARA ALIMENTAÇÃO, SABOR MAÇÃ, USO ALIMENTÍCIO, EMBALAGEM COM 10 UNIDADES EM SACHÊS INDIVIDUAIS. MARCAS DE REFERÊNCIA: LEÃO.	Caixa 10 Und	Chileno	100	[redacted]
143	CHÁ VERDE PARA ALIMENTAÇÃO, USO ALIMENTÍCIO, EMBALAGEM COM 10 UNIDADES EM SACHÊS INDIVIDUAIS. MARCAS DE REFERÊNCIA: LEAO	Caixa 10 Und	Chileno	100	
154	REFRIGERANTE EM LATA DE 350 ML, INGREDIENTES: ÁGUA GASEIFICADA, AÇÚCAR, EXTRATO DE NOZ DE COLA, CAFEÍNA, CORANTE CARAMELO IV, ACIDULANTE ÁCIDO FOSFÓRICO E AROMA NATURAL, SABOR COLA, 1ª QUALIDADE, SUPERIOR OU SIMILAR A MARCA "COCACOLA OU PEPSI" MARCAS DE REFERÊNCIA: COCA-COLA / PEPSI.	Lata 350 Ml	It / Refriko	500	
158	SUCO NÉCTAR DE GOIABA EM CAIXA, APRESENTAÇÃO: LÍQUIDO, PRONTO PARA BEBER, COMPOSIÇÃO: ÁGUA, SUCO CONCENTRADO DE GOIABA, SUCO CONCENTRADO DE MAÇÃ, VITAMINA C, REGULADOR DE ACIDEZ ÁCIDO CÍTRICO E AROMATIZANTE NATURAL.UNIDADE DE FORNECIMENTO: CAIXA C/ 1 LITRO TIPO LONGA VIDA. MARCAS DE REFERÊNCIA: SIMILAR OU SUPERIOR A MARCA DEL VALLE / MAGUARY / MARATÁ / QUALITÁ / DA FRUTA.	Embal. 1 L	Frutaaki	1000	
159	SUCO NÉCTAR DE LARANJA EM CAIXA, APRESENTAÇÃO: LÍQUIDO, PRONTO PARA BEBER, COMPOSIÇÃO: ÁGUA, SUCO CONCENTRADO DE LARANJA, SUCO CONCENTRADO DE MAÇÃ, VITAMINA C, REGULADOR DE ACIDEZ ÁCIDO CÍTRICO E AROMATIZANTE NATURAL. UNIDADE DE FORNECIMENTO: CAIXA C/ 1 LITRO TIPO	Embal. 1 L	Frutaaki	1000	

COM SABOR COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.
RUA: ROD. BR 158, Nº 12174, BAIRRO: PLANALTO, SALA 01
CEP: 85.502-970, PATO BRANCO - PR

	TRITURADO				
77	COCO, TIPO: RALADO, UNIDADE DE FORNECIMENTO: EMBALAGEM COM 100 GRAMAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS DESENGORDURADO E SEM GLÚTEN, APRESENTAÇÃO DESIDRATADO E TRITURADO	Embal. 100 G	Pramesa	500	[redacted]
87	DOCE EM TABLETE, TIPO BANANADA / MARIOLA, EMBALAGEM 900G, COM 50 UNIDADES.	Embal. 900 G	Saborita	600	
91	DOCE MASSA, GOIABADA, PRAZO DE VALIDADE DE 12 MESES, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 500 GRAMAS QUALIDADE SUPERIOR OU SIMILAR A "SÓ FRUTA".	Embal. 500 G	Amore / Zaine	500	
92	FLOCOS DE CEREAIS, TIPO CORN-FLAKES CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM AÇÚCAR.	Embal. 1 Kg	Alcafoods	400	
94	BARRA CEREAL, INGREDIENTES AVEIA EM FLOCOS, CEREAIS TOSTADOS, AÇÚCAR E FRUTAS, PRAZO MÍNIMO VALIDADE 180 DIAS, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 25 GRAMAS. SABORES VARIADOS. EMBALAGEM COM 24 UNIDADES.	Embal. 24 Und	Naturale / Tropes	300	
95	GRANOLA-TRADICIONAL, COMPOSTO DE CEREAIS COMBINADOS OBTIDOS A PARTIR DA MISTURA DE AVEIA EM FLOCOS, NATURAL TRIGO, ARROZ, MILHO, CEVADA, GÉRMEN DE TRIGO E AÇÚCAR MASCAVO. PACOTE 1 KG, COM VALIDADE MÍNIMA DE 180 DIAS.	Embal. 1 Kg	Cerélus	300	
96	MISTURA PARA BOLO EMBALAGEM 400G. SABORES VARIADOS. COCO, CHOCOLATE, FESTA, BAUNILHA, ABACAXI, CENOURA. MARCAS DE REFERÊNCIA: APTI / ITALAC / DONA BENTA / RENATA	Embal. 400 G	Apti / Itaiquara	600	
116	SARDINHA EM MOLHO DE TOMATE COMESTÍVEL, EMBALAGEM DE FORNECIMENTO. LTA C/ PESO DRENADO: 125 G DRENADO, PRAZO DE VALIDADE NO MÍNIMO 60 DIAS DA DATA DE ENTREGA	Embal 125 G	Somag / Solare	400	[redacted]
136	CHÁ PARA ALIMENTAÇÃO, SABOR CAMOMILA, USO ALIMENTÍCIO, EMBALAGEM COM 10 UNIDADES EM SACHÊS INDIVIDUAIS. MARCAS DE REFERÊNCIA: LEÃO.	Caixa 10 Und	Chileno	100	
137	CHÁ PARA ALIMENTAÇÃO, SABOR ERVA DOCE, USO ALIMENTÍCIO, EMBALAGEM COM 10 UNIDADES EM SACHÊS INDIVIDUAIS. MARCAS DE REFERÊNCIA: LEÃO.	Caixa 10 Und	Chileno	100	
138	CHÁ PARA ALIMENTAÇÃO, SABOR HORTELÃ, USO ALIMENTÍCIO, EMBALAGEM COM 10 UNIDADES EM SACHÊS INDIVIDUAIS. MARCAS DE REFERÊNCIA: LEÃO	Caixa 10 Und	Chileno	100	
139	CHÁ PARA ALIMENTAÇÃO, SABOR MATE ORIGINAL, USO ALIMENTÍCIO, EMBALAGEM COM 10 UNIDADES EM SACHÊS INDIVIDUAIS.	Caixa 10 Und	Chileno	100	

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO FIS. 459
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO FIS. 459

	CONSERVADOR ÁCIDO SÓRBICO, ESTABILIZANTE GOMA XANTANA, ACIDULANTE ÁCIDO FOSFÓRICO, SEQUESTRANTE EDTA CÁLCIO DISSÓDICO, CORANTE NATURAL PÁPRICA, AROMA NATURAL E ANTIOXIDANTES BHA, BHT E ÁCIDO CÍTRICO. UNIDADE DE FORNECIMENTO:.EMBALAGEM COM.200G. DEVE APRESENTAR CREMOSIDADE ELEVADA SENDO SUPERIOR OU SIMILAR À MARCA HELLMANN'S.					
179	MAIONESE TRADICIONAL COR BRANCA, CONTENDO OS SEGUINTES INGREDIENTES: ÁGUA, ÓLEO VEGETAL, OVO PASTEURIZADO, AMIDO MODIFICADO, VINAGRE, AÇÚCAR, SAL, CLORETO DE POTÁSSIO, SUCO DE LIMÃO, CONSERVADOR ÁCIDO SÓRBICO, ESTABILIZANTE GOMA XANTANA, ACIDULANTE ÁCIDO FOSFÓRICO, SEQUESTRANTE EDTA CÁLCIO DISSÓDICO, CORANTE NATURAL PÁPRICA, AROMA NATURAL E ANTIOXIDANTES BHA, BHT E ÁCIDO CÍTRICO. UNIDADE DE FORNECIMENTO: EMBALAGEM COM 1KG. DEVE APRESENTAR CREMOSIDADE ELEVADA SENDO SUPERIOR OU SIMILAR À MARCA HELLMANN'S.	Embal. 1 Kg	Dusul / Ruah	200		
180	CATCHUP, TIPO MOLHO DE TOMATE, CONTENDO 6 INGREDIENTES NATURAIS: TOMATE, AÇÚCAR, VINAGRE, SAL, CEBOLA E AROMA NATURAL. EMBALAGEM 390G SIMILAR OU SUPERIOR À MARCA BONARE. MARCA DE REFERÊNCIA: BONARE	Embal. 390 G	Dusul / Ruah	900		
181	CATCHUP, TIPO MOLHO DE TOMATE, CONTENDO 6 INGREDIENTES NATURAIS: TOMATE, AÇÚCAR, VINAGRE, SAL, CEBOLA E AROMA NATURAL. EMBALAGEM 1,033 KG SIMILAR OU SUPERIOR À MARCA HEINZ. MARCA DE REFERÊNCIA: HEINZ.	Embal. 1,033 Kg	Dusul / Ruah	200		
183	MOSTARDA, INGREDIENTES: VINAGRE, ÁGUA, SAL, MOSTARDA, AMIDO MODIFICADO, CÚRCUMA, PÁPRICA DOCE, PIMENTA-VERMELHA, CRAVO, ALECRIM, LOURO, GENGIBRE, CONSERVADOR BENZOATO DE SÓDIO. SIMILAR OU SUPERIOR A HELLMANS. EMBALAGEM DE FORNECIMENTO COM 200 GRAMAS. MARCA DE REFERÊNCIA: HELLMAN'S.	Embal. 200 G	Dusul / Ruah	1000		
184	MOSTARDA, INGREDIENTES: VINAGRE, ÁGUA, SAL, MOSTARDA, AMIDO MODIFICADO, CÚRCUMA, PÁPRICA DOCE, PIMENTA-VERMELHA, CRAVO, ALECRIM, LOURO, GENGIBRE, CONSERVADOR BENZOATO DE SÓDIO. SIMILAR OU SUPERIOR À MARCA HEINZ. EMBALAGEM DE FORNECIMENTO COM 200 GRAMAS.	Embal. 2 Kg	Dusul / Ruah	300		

COM SABOR COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.
RUA. ROD. BR 158, Nº 12174, BAIRRO: PLANALTO, SALA 01
CEP: 85.502-970, PATO BRANCO - PR

	LONGA VIDA. MARCAS DE REFERÊNCIA: SIMILAR OU SUPERIOR A MARCA DEL VALLE / MAGUARY / MARATÁ / QUALITÁ / DA FRUTA.					
160	SUCO NÉCTAR DE MARACUJÁ EM CAIXA, APRESENTAÇÃO: LÍQUIDO, PRONTO PARA BEBER, COMPOSIÇÃO:ÁGUA, SUCO CONCENTRADO,DE MARACUJÁ, SUCO CONCENTRADO DE MAÇÃ, VITAMINA C, REGULADOR DE ACIDEZ ÁCIDO CÍTRICO E AROMATIZANTE NATURAL. UNIDADE DE FORNECIMENTO: CAIXA C/ 1 LITRO TIPO LONGA VIDA. MARCAS DE REFERÊNCIA: SIMILAR OU SUPERIOR A MARCA DEL VALLE / MAGUARY / MARATÁ / QUALITÁ / DA FRUTA	Embal 1 L	Frutaaki	1000		
162	SUCO NÉCTAR DE SABORES VARIADOS EM CAIXA, APRESENTAÇÃO: LÍQUIDO, PRONTO PARA BEBER, COMPOSIÇÃO: ÁGUA, SUCO CONCENTRADO DE MAÇÃ, VITAMINA C, REGULADOR DE ACIDEZ ÁCIDO CÍTRICO E AROMATIZANTE NATURAL, SABOR: VARIADO, UNIDADE DE FORNECIMENTO: CAIXA C/ 1 LITRO TIPO LONGA VIDA. MARCAS DE REFERÊNCIA: SIMILAR OU SUPERIOR A MARCA DEL VALLE / MAGUARY / MARATÁ / QUALITÁ / DA FRUTA.	Embal. 1 L	Frutaaki	1000		
163	SUCO EM PÓ CONTENDO. RENDIMENTO: 10 LITROS. IGREDIENTE: AÇÚCAR.VITAMINA C. ÁCIDO ASCÓRBICO. ACIDULANTE (ÁCIDO CÍTRICO). REGULADOR DE ACIDEZ (CITRATO DE SÓDIO). AROMATIZANTE. SABORES: LARANJA, MORANGO, UVA, LIMÃO, ABACAXI. EMBALAGEM DE 1KG	Embal. 1 Kg	Celli / Refeisucos	2500		
164	SUCO NÉCTAR DE UVA EM CAIXA, APRESENTAÇÃO: LÍQUIDO, PRONTO PARA BEBER, COMPOSIÇÃO: ÁGUA, SUCO CONCENTRADO DE MARACUJÁ, SUCO CONCENTRADO DE MAÇÃ, VITAMINA C, REGULADOR DE ACIDEZ ÁCIDO CÍTRICO E AROMATIZANTE NATURAL. UNIDADE DE FORNECIMENTO: CAIXA C/ 1 LITRO TIPO LONGA VIDA. MARCAS DE REFERÊNCIA: SIMILAR OU SUPERIOR A MARCA DEL VALLE / MAGUARY / MARATÁ / QUALITÁ / DA FRUTA.	Embal. 1 L	Frutaaki	100		
170	ALHO GRANULADO DESIDRATADO. EMBALAGEM 1KG	Und	Bonibom	400		
172	CRAVO-DA-ÍNDIA EMBALAGEM 40G	Und	Bonibom	200		
176	PIMENTA DO REINO, APRESENTAÇÃO MOÍDA, TIPO PRETA. EMBALAGEM 1KG	Und	Bonibom	300		
177	MAIONESE TRADICIONAL COR BRANCA, CONTENDO OS SEGUINTES INGREDIENTES: ÁGUA, ÓLEO VEGETAL, OVO PASTEURIZADO, AMIDO MODIFICADO, VINAGRE, AÇÚCAR, SAL, CLORETO DE POTÁSSIO, SUCO DE LIMÃO,	Embal. 200 G	Dusul / Ruah	1000		

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 1040
BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 63

212	CHOCOLATE GRANULADO. Ingredientes: açúcar, cacau em pó, amido de milho, gordura vegetal hidrogenada, estabilizante lecitina de soja e mono e diglicerídeos de ácidos graxos. sal, anti umectante talco, com conservantes sorbato de potássio e aromatizante. Embalagem 1 Kg	Embal. 1 Kg	Bonibom	100	[redacted]
213	COBERTURA PARA SORVETES E SOBREMESAS. SABORES VARIADOS. Ingredientes: base de xarope de glicose, açúcar invertida, água, cacau em pó, conservador e aroma e sabores diversos. Embalagem com1,3Kg	Und	Celli	70	
214	COLORÍFICO. Corante alimentício natural, a base de urucum, sem sabor, sem aditivos, Apresentação: Pó vermelho em embalagem de 1kg	Und	Incas	200	
215	CREME DE CEBOLA. Creme de cebola, sopa desidratada usada como base para sopas ou como ingrediente culinário. Ingredientes: sal, amido de milho, açúcar, cebola, realçador de sabor glutamato monossódico, gordura vegetal, corante de caramelo, pimenta do reino e especiarias Pacote 1Kg.	Embal. 1 Kg	Temperabe m	150	
217	ESSÊNCIA DE BAUNILHA. Para aplicação em bolos, tortas e doces. Ingredientes: álcool etílico, água e aroma artificial. Não contém glúten. Embalagem 960ml	Und	Sweet Premium	15	
221	AMENDOIM JAPONÊS. Amendoim salgado tipo japonês. Ingredientes: amendoim, farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, açúcar, sal refinado, molho de soja, amido de milho e realçador de sabor glutamato monossódico. Pacote 40 gramas.	Und	Amendex	1000	
222	GELATINA SEM SABOR INCOLOR, apresentação pó, ingredientes: açúcar, sem aroma de fruta, sal refinado, gelatina, citrato de sódio, acidulante, sem corante e sem sabor. Pacote 1kg	Embal. 1 Kg	Celli	40	
223	GELATINA, apresentação pó, ingredientes: açúcar, aroma natural de fruta, sal refinado, gelatina, citrato de sódio, acidulante e corantes, DIVERSOS SABORES. Pacote 1 Kg	Embal. 1 Kg	Celli / Nutrare	600	
224	Massa para o preparo de LASANHA, crespa, SECA, com sêmola e ovos Enriquecida com ferro e ácido fólico, corantes naturais e cúrcuma. Contém Glúten. Embalagem de 500g.	Embal. 500 G	Galo	400	
228	MOLHO ALIMENTÍCIO. Tipo BARBECUE, para churrasco. Ingredientes: Água, polpa de tomate, vinagre, açúcar, sal, glicose, mostarda escura, especiarias, pimenta do reino, espessantes INS406 e INS415, aroma idêntico ao natural de barbecue, aroma natural de fumaça, corante caramelo INS150 de conservador INS202. NÃO CONTÉM GLÚTEN. Embalagem 1 Kg	Und	Dusul	300	
230	MOLHO PARA SALADA. Molho alimentício para salada, ITALIANO. Ingredientes: Água, Óleo Vegetal, Vinagre, Açúcar, Sal, Queijo Parmesão, Pimentão, Alho, Suco De Limão, Cebola, Orégano, Cenoura, Mostarda, Pimenta-do-reino, Salsa, Manjericão, Aipo, Realçador De Sabor Glutamato Monossódico,	Und	Campo Belo	1500	

COM SABOR COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.
RUA: ROD. BR 158, Nº 12174, BAIRRO: PLANALTO, SALA 01
CEP: 85.502-970, PATO BRANCO - PR

	MARCA DE REFERÊNCIA: HEINZ.				
185	MOLHO ALIMENTÍCIO, COMPOSIÇÃO BÁSICA MOLHO INGLÊS CONDIMENTO ASPECTO FÍSICO PASTOSA, EMBALAGEM COM 180ML	Embal. 150 Ml	Ruah / Campo Belo	700	[redacted]
186	MOLHO ALIMENTÍCIO, COMPOSIÇÃO BÁSICA MOLHO INGLÊS CONDIMENTO ASPECTO FÍSICO PASTOSA, EMBALAGEM COM 900ML.	Embal. 900 Ml	Ruah / Campo Belo	300	
189	SAL, TIPO REFINADO, APLICAÇÃO ALIMENTÍCIA, TEOR MÍNIMO DE SÓDIO 98,5%, ADITIVOS IODO/PRUSSIATO AMARELO, SODA, ACIDEZ 720PH.Embalagem com 1 KG.	Embal. 1 Kg	Apolo / Salsul	1000	
190	SAL , TIPO GROSSO, APLICAÇÃO ALIMENTÍCIA, TEOR MÍNIMO DE SÓDIO 98,5%, ADITIVOS IODO/PRUSSIATO AMARELO/SODA. ACIDEZ 720PH. Embalagem com 1 KG.	Embal. 1 Kg	Diana / Salsul	200	
195	ÁGUA COCO, MATERIAL ÁGUA CÔCO VERDE, PRAZO VALIDADE 3 (ABERTO) DIAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS EMBALAGEM TIPO LONGAVIDA.CAIXA 200 ML	Und	Frutaaki	300	
196	Bebida isotônico, tipo repositor energético, similar a marca "Gatorade". Sabores diversos. Garrafa 500 ml	Embal. 500 Ml	Nitrix	1500	
198	BISCOITO RECHEADO, apresentaçao REDONDO, SABORES DIVERSOS, classificação doce, características adicionais com RECHEIO. Pacote com 140 g.	Embal. 140 G	Todeschini	1500	
200	BISCOITO RECHEADO, tipo WAFER, SABORES DIVERSOS, ingredientes: açúcar, gordura vegetal, farinha de trigo, amido, xarope de glicose, sal, aromatizante, corante e fermento químico. Pacote 140 g.	Embal 140 G	Todeschini	1500	
205	CATCHUP molho à base de polpa de tomate, ingredientes: polpa de tomate, vinagre, pimenta vermelha, sal, amido, cebola em pó, canela, acidulante cítrico e conservante. Embalagem3,2 Kg.	Embal. 3,2 Kg	Dusul / Ruah	200	
207	CHAMPIGNON, cogumelo INTEIRO, comestível em conserva, tipo champignon. Pote com 1kg (drenado)	Und	Bom Jesus / Chef da Casa	150	
209	CHOCOLATE AO LEITE. Bombom recheado com creme de avelã. Embalagem 825g	Und	Amor Carioca	200	
210	CHOCOLATE AO LEITE. Ingredientes: açúcar, leite em pó integral, leite em pó desnatado, manteiga de cacau, gordura vegetal, lactose, emulsificante, lecitina de soja e poliglicerol polirricinoleato, e aromatizante. Barra com 1Kg.	Embal. 1 Kg	Roma	200	
211	CHOCOLATE BRANCO. Ingredientes: açúcar,leite em pó integral, leite em pó desnatado, manteiga de cacau, gordura vegetal, lactose, emulsificante, lecitina de soja e poliglicerol polirricinoleato, e aromatizante. Barra com 1Kg.	Embal. 1 Kg	Roma	120	

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
FOLHA 1

	estranhos, embalagem primária pacote plástico, atóxico e lacrado. Pacote 10g.					
253	DOCE EM TABLETE, TIPO PAÇOCA DE AMENDOIM, PESO 20 G, INGREDIENTES AMENDOIM, AÇUCAR, SAL, APRESENTAÇÃO FORMATO ROLHA EMBALAGEM INDIVIDUAL. EMBALAGEM COM, NO MÍNIMO 50 UNIDADES DE 16G CADA	Embal. 1 Kg	Lazari / Saborita	500		
254	TEMPERO, TIPO COMPLETO SEM PIMENTA, APRESENTAÇÃO PASTA, APLICAÇÃO USO CULINÁRIO. BASE DE TEMPERO ALHO, SAL, PREPARADO DE CEBOLA, ACIDULANTE ACÍDO CÍTRICO antioxidante metabissulfito de sódio, sequestrante EDTA cálcio dissódico), pimenta-de-cheiro, cebolinha, salsa, manjericão, pimenta-preta, realçador de sabor glutamato de sódio e aromatizante	Embal. 1 Kg	Saladão / Beck	250		
255	CAPUCCINO EM PÓ – Ingredientes: Leite em pó integral, açúcar, maltodextrina, café solúvel, cacau em pó, regulador de acidez bicarbonato de sódio, antiumectante fosfato tricálcico, aromatizante e espessante CMC. NÃO CONTÉM GLÚTEM. ALÉRGICOS: CONTÉM LEITE. Embalagem 200g	Und	Três Corações	100		
257	Farinha De Mandioca, Grupo: Seca, Subgrupo: Amarela, Classe: Fina, Aspecto Físico: Tipo 1, Acidez: Baixa Acidez	Embal. 1 Kg	Monsil / Amafil	500		
258	Farinha De Mandioca, Grupo: Seca, Subgrupo: Branca, Classe: Fina, Aspecto Físico: Tipo 1, Acidez: Baixa Acidez	Embal. 1 Kg	Monsil / Amafil	500		
259	Achocolatado, Apresentação: Pó, Sabor: Tradicional, Prazo Validade Mínimo: 18 Meses, Característica Adicional: Enriquecido Com Vitaminas. Embalagem 1,010kg.	Und	Choco Vip	600		
262	BARRA CEREAL, INGREDIENTES AVEIA EM FLOCOS, CEREAIS TOSTADOS, AÇÚCAR E FRUTAS, PRAZO MÍNIMO VALIDADE 180 DIAS, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 25 GRAMAS. SABORES VARIADOS. Embalagem 24 Unidades	Embal. 24 Und	Naturale / Tropes	200		
265	ORÉGANO EM FLOCOS. PACOTE 1KG	Und	Bonibom	100		
266	PIMENTA DO REINO, APRESENTAÇÃO MOÍDA, TIPO PRETA. EMBALAGEM 20G	Und	Bonibom	2000		
267	MOSTARDA, INGREDIENTES: VINAGRE, ÁGUA, SAL, MOSTARDA, AMIDO MODIFICADO, CÚRCUMA, PÁPRICA DOCE, PIMENTA VERMELHA, CRAVO, ALECRIM, LOURO, GENGIBRE, CONSERVADOR BENZOATO DE SÓDIO. SIMILAR OU SUPERIOR À MARCA HEINZ. EMBALAGEM DE FORNECIMENTO COM 200 GRAMAS. MARCA DE REFERÊNCIA: HEINZ.	Embal. 3,2 Kg	Dusul / Ruah	150		
269	BISCOITO DE MAIZENA. Ingredientes: Farinha de trigo enriquecida de ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal, açúcar invertido, sal, amido, soro do leite em pó, lecitina de soja, fermentos químicos, aromatizantes, melhorador, contém Glúten. Pacote com	Embal. 400 G	Naga / Todeschini	1000		

	Acidulante Ácido Lático, Espessante Goma Xantana, Conservador Sorbato De Potásssio, Sequestrante Edta E Antioxidantes Bht E Bha. Não contém glúten.Embalagem 234 ml.					
233	PANETONE DE CHOCOLATE (CHOCOTONE). Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal, gostas de chocolate, ovo líquido integral, gema de ovo, extrato de malte, sal, aromatizantes, conservantes: propionato de cálcio (INS 282) e ácido sórbico (INS 200) e emulsificantes: mono e diglicerídeos de ácidos graxos (INS 471). Contém Glúten. Peso 400 gramas.	Und	Casa Doro / La Diore	120		
237	POLVILHO AZEDO. Apresentação: Pó branco. O polvilho azedo é um derivado da fécula de mandioca. É considerado um amido modificado por oxidação. Graças a esta modificação, adquire a propriedade de expansão que outros amidos nativos não têm. Essa expansão permite seu uso na fabricação de biscoitos de polvilho e pão de queijo. Embalagem 1kg	Embal 1 Kg	Prata	600		
241	REFRIGERANTE "LIGHT" ou "ZERO" sabor COLA ingredientes: água gaseificada, açúcar, extrato de noz de cola, cafeína, corante caramelo IV, acidulante INS 338 e aroma natural. Garrafa 2 Litros. Referência: Coca Cola Zero, Pepsi light ou similar	Embal. 2 Kg	Pepsi	450		
243	SUCO, pronto para beber, apresentação líquido, caixa tipo tetra Pack, SABORES DIVERSOS, ingredientes. água, açúcar, acidulante, ácido cítrico e antioxidante. Caixa 200 ml.	Embal. 200 Ml	Frutãaki	2000		
244	TEMPERO CULINÁRIO, sabor CARNE, apresentação pó. Ingredientes: Sal, amido, açúcar, extrato de levedura, gordura vegetal, alho, aipo, carne bovina, salsa, condimentos preparados de cebola, realçador de sabor glutamato monossódico e inosinato dissódico, aromatizantes, corante de caramelo IV. Embalagem 1kg	Embal. 1 Kg	Temperabe m	600		
245	TEMPERO CULINÁRIO, sabor GALINHA, apresentação pó. Ingredientes: Sal, Gordura Vegetal Hidrogenada, Extrato de Levedura, Amido, Carne de Galinha, Açúcar, Cebola, Alho, Salsa, Pimenta do Reino, Noz Moscada, Cravo, Condimentos, Aromatizantes, Realçadores de Sabor Glutamato Monossódico e Inosinato e Guanilato Dissódico, Corante Cúrcuma e Caramelo.	Embal. 1 Kg	Temperabe m	600		
246	UVA PASSAS. Uva passas BRANCA, fruta seca. Sem Glúten.	Embal. 1 Kg	Bonibom	15		
247	UVA PASSAS. Uva passas ESCURA, fruta seca. Sem Glúten	Embal. 1 Kg	Bonibom	15		
248	Biscoito apresentação retangular, classificação salgado, tipo club social, aplicação alimentação humana, em pacotes fechados, sendo o pacote total com 144 gramas, divididos em 6 pacotes de 24 gramas. Sabor salgado variados.	Embal. 144 G	Pit Stop	1000		
252	NOZ MOSCADA, EM PÓ: obtida de sementes do espécime genuíno moída, com cor e sabor próprio, isenta de sujidades e outros materiais	Und	Bonibom	100		

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 1467

R$ 380.785,20 (TREZENTOS E OITENTA MIL SETECENTOS E OITENTA E CINCO REAIS E VINTE CENTAVOS.)

b) Declaro que nos preços cotados estão inclusos todos os custos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, embalagens, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na aquisição e entrega dos materiais cotados, bem como transporte, custos, estocagem até a entrega total do objeto, carga e descarga, testes, leis sociais e tributos.

c) O prazo de entrega do material é conforme o edital da licitação.

d) Os itens serão entregues, de acordo com as especificações exigidas e quantidades solicitadas, conforme termo de referência do Edital Pregão nº **90024/2024.**

e) O prazo de validade da proposta é de **90 (NOVENTA) DIAS** a contar da data de sua apresentação;

f) Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos receber a nota de empenho, indicado para esse fim a Sra. FRANCIANE PAGNONCELLI FARIAS, Carteira de identidade nº 75706758 SSP-PR, CPF nº 029.519.929-63, como responsável legal desta empresa.

g) Dados bancários: Banco ITAÚ, Agência 1235 e Conta-Corrente 56406-7, Praça de Pagamento: Pato Branco – PR.

h) Endereço Atualizado: Cidade: Pato Branco – PR, Rua: Rod BR 158, Nº 12174, Bairro: Planalto, CEP: 85501-970, Caixa Postal: 1010, Sala: 03, Fone: (0xx46)3122-7500 ou (0xx46) 3225-7510, E-Mail: comsabor_pr@hotmail.com. CNPJ: 18.472.579/0001-50

I) Finalizando, declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no edital e seus anexos para o fornecimento de gêneros alimentícios para o **7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO.**

PATO BRANCO – PR.
16/09/2024

[redacted]

COM SABOR COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.
RUA: ROD. BR 158, Nº 12174, BAIRRO: PLANALTO, SALA 01
CEP: 85.502-970, PATO BRANCO - PR

	400 g					
272	AZEITONA, TIPO PRETA, APRESENTACÃO COM CAROÇO, TAMANHO GRANDE, BALDE DE 1,8 KG CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM RECHEIO.	Und	Bom Jesus / Chef da Casa	120	[redacted]	
274	SELETA DE LEGUMES EM CONSERVA. UNIDADE DE FORNECIMENTO: EMBALAGEM COM 170G, INGREDIENTES GRÃOS DE MILHO VERDE COZIDOS PRAZO DE VALIDADE SUPERIOR A 365 DIAS, APLICAÇÃO EM ALIMENTAÇÃO DE PESSOAL.	Embal. 170 G	Ramy / Predilecta	1200		
277	Aveia em flocos grossos. Isenta de impurezas, mofos e umidade. Embalagem plástica, atóxica, transparente e acondicionada em caixa padrão, contendo dados do produto: identificação, procedência, ingredientes, informações nutricionais, lote, gramatura, datas de fabricação e vencimento. Validade mínima de 6 (seis) meses a contar da data de entrega do produto. Pacote com 1kg.	Und	Cerélus	150		
278	Aveia em flocos finos. Aveia em flocos finos. Isenta de impurezas, mofos e umidade. Embalagem plástica, atóxica, transparente e acondicionada em caixa padrão, contendo dados do produto: identificação, procedência, ingredientes, informações nutricionais, lote, gramatura, datas de fabricação e vencimento. Validade mínima de 6 (seis) meses a contar da data de entrega do produto. Pacote com 1kg.	Und	Cerélus	150		
284	MOLHO PARA SALADA. Molho alimentício para salada, MOSTARDA E MEL. Ingredientes: Água, xarope de glicose, vinagre, açúcar, mel, amido modificado, mostarda, sal, cebola, alho, pimenta-preta, acidulante ácido cítrico, realçador de sabor glutamato monossódico, aromatizantes, conservadores sorbato de potássio e benzoato de sódio e corante caramelo. NÃO CONTÉM GLÚTEN. Embalagem 234 ml	Und	Campo Belo	1500		
290	MOLHO ROSÊ: Água. óleo vegetal, vinagre, tomate, sal, amido modificado, mostarda, alho, páprica picante, pimenta-do-reino preta, cebola, estabilizante goma xantana, acidulante ácido lático e ácido cítrico, corante inorgânico, dióxido de titânio, conservador sorbato de potássio, antioxidante BHA e BHT. Não contém glúten. Embalagem 234 ml.	Und	Campo Belo	1500		
303	FARINHA DE TRIGO DE 1ª QUALIDADE, APLICAÇÃO: ESPECIAL PARA PANIFICAÇÃO, UNIDADE DE FORNECIMENTO: EMBALAGEM COM 25 KG. INGREDIENTES: Farinha de Trigo, ferro, ácido fólico e melhoradores de farinha: ácido ascórbico e peróxido de benzoíla e azodicarbonamida SIMILAR OU SUPERIOR A PREDILETA.	Embal. 25 Kg	Dona Hilda	200	[redacted]	
312	CREME CHANTILLY. Preparo para creme tipo Chantilly. Sabor Baunilha. Embalagem 1 litro. MARCA DE REFERÊNCIA: AMÉLIA OU SIMILAR	Und	Montamix	20[redacted]		

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 1613

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 619

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	18.472.579/0001-50	DUNS®:	903674582
Razão Social:	COMSABOR COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA		
Nome Fantasia:	COMSABOR		
Situação do Fornecedor:	Credenciado	Data de Vencimento do Cadastro:	11/06/2025
Natureza Jurídica:	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA		
MEI:	Não		
Porte da Empresa:	Empresa de Pequeno		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	Consta
Impedimento de Licitar:	Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas:	Nada Consta
Vinculo com "Serviço Público":	Nada Consta

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	04/03/2025	Automática
FGTS	Validade:	22/09/2024	Automática
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	04/03/2025	Automática

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	03/01/2025
Receita Municipal	Validade:	20/10/2024

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 30/06/2025

[redacted]

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls 104

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls 105

43	SELETA DE LEGUMES EM CONSERVA, UNIDADE DE FORNECIMENTO: EMBALAGEM COM 2 KG DRENADO, INGREDIENTES GRÃOS DE MILHO VERDE COZIDOS PRAZO DE VALIDADE SUPERIOR A 365 DIAS, APLICAÇÃO EM ALIMENTAÇÃO DE PESSOAL. EMBALAGEM 1,7KG.	Und	Ramy / Predilecta	200	[redacted]
44	TOMATE SECO EM CONSERVA DRENADO, EMBALAGEM 1,4KG	Und	Bom Jesus / Chef da Casa	60	
45	EXTRATO DE TOMATE CONTENDO OS SEGUINTES INGREDIENTES: TOMATE, AÇÚCAR E SAL. EMBALAGEM DE 310G SIMILAR OU SUPERIOR A MARCA ELEFANTE	Und	Zaine / Ramy	60	
46	EXTRATO DE TOMATE CONTENDO OS SEGUINTES INGREDIENTES: TOMATE, AÇÚCAR E SAL. EMBALAGEM DE 2KG	Embal. 2 Kg	Sófruta	600	
47	EXTRATO DE TOMATE CONTENDO OS SEGUINTES INGREDIENTES: TOMATE, AÇÚCAR E SAL. EMBALAGEM DE 4KG	Embal. 4 Kg	Licy	100	
48	MOLHO DE TOMATE COM OS SEGUINTES INGREDIENTE: TOMATE, CEBOLA, AÇÚCAR, AMIDO MODIFICADO, SAL, SALSA, ALHO, EXTRATO DE LEVEDURA, MANJERICÃO, ORÉGANO, SÁLVIA E REALÇADOR DE SABOR GLUTAMATO MONOSSÓDICO. SIMILAR OU SUPERIOR A HEINZ.	Embal. 300 G	Bonatelli / Ruah	700	
49	MOLHO DE TOMATE COM OS SEGUINTES INGREDIENTE: TOMATE, CEBOLA, AÇÚCAR, AMIDO MODIFICADO, SAL, SALSA, ALHO, EXTRATO DE LEVEDURA, MANJERICÃO, OREGANO, SÁLVIA E REALÇADOR DE SABOR GLUTAMATO MONOSSÓDICO.	Embal. 2 Kg	Bonatelli / Ruah	200	
63	FRUTA EM CALDA, TIPO FRUTA ABACAXI, INGREDIENTES ÁGUA E AÇÚCAR, PRAZO VALIDADE 2 ANOS, EMBALAGEM COM 400 GRAMAS.	Lata 400 G	Mariza	200	
64	FRUTA EM CALDA, TIPO FRUTA AMEIXA COZIDO, INGREDIENTES ÁGUA E AÇÚCAR, PRAZO DE VALIDADE 3 ANOS, EMBALAGEM COM 400 GRAMAS.	Lata 400 G	Citral	100	
65	FRUTA EM CALDA, TIPO FRUTA PÊSSEGO COZIDO, INGREDIENTES ÁGUA E AÇUCAR, PRAZO DE VALIDADE 3 ANOS, EMBALAGEM COM 400 GRAMAS.	Lata 400 G	Citral	200	
75	LEITE CÔCO, TIPO INTEGRAL, INGREDIENTES LEITE DE CÔCO/BENZOATO SÓDIO/ CABOXIMETILCELULOSE, E, PRAZO VALIDADE 1 ANO. GARRAFA 500ML	Embal. 500 Ml	Granville	400	
76	COCO, TIPO: RALADO, UNIDADE DE FORNECIMENTO: EMBALAGEM COM 1 KG, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS DESENGORDURADO E SEM GLÚTEN, APRESENTAÇÃO DESIDRATADO E	Embal. 1 Kg	Bonibom	90	

COM SABOR COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.
RUA: ROD. BR 158, Nº 12174, BAIRRO: PLANALTO, SALA 01
CEP: 85.502-970, PATO BRANCO - PR

COMSABOR COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA.

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

Pregão Eletrônico Nº 90004/2024(SRP)

a) Preços:

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA DO ITEM	UNI	MARCA	QTD	PREÇO UNIT.	VALOR TOTAL
6	Café Intensidade: Média, Empacotamento: Vácuo, Tipo: Gourmet, Apresentação: Torrado Moído. Marcas de Referência: Pilão / Melita / 3 Corações / Santa Clara.	Embal. 500 G	Maratá / Odebrecht	500	[redacted]	
35	AZEITONA, TIPO VERDE, APRESENTAÇÃO COM CAROÇO, TAMANHO GRANDE, BALDE DE 1,8 KG CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM RECHEIO.	Und	Bom Jesus / Chef da Casa	50		
36	AZEITONA, TIPO VERDE, APRESENTAÇÃO SEM CAROÇO, TAMANHO GRANDE, BALDE DE NO MÍNIMO 1,8KG CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM RECHEIO.	Und	Bom Jesus / Chef da Casa	50		
37	COGUMELO CHAMPIGNON, EM CONSERVA, FATIADO, TAMANHO GRANDE, INGREDIENTES COGUMELOS PRÉ COZIDOS/ÁGUA/SAL E DIÓXIDO DE ENXOFRE, PESO DRENADO 1 KG, BALDE DE NO MÍNIMO 2 KG	Und	Bom Jesus / Chef da Casa	80		
38	ERVILHA EM CONSERVA, EM EMBALAGEM COM PESO DRENADO DE NO MÍNIMO 200 GRAMAS	Embal. 200 G	Citral	500		
39	ERVILHA EM CONSERVA, EM EMBALAGEM COM PESO DRENADO DE NO MÍNIMO 2KG	Embal 2Kg	Pramesa	150		
40	MILHO VERDE EM CONSERVA, TIPO: ENLATADO, UNIDADE DE FORNECIMENTO: EMBALAGEM COM 200G DRENADO, INGREDIENTES GRÃOS DE MILHO VERDE COZIDOS PRAZO DE VALIDADE 2 ANOS, APLICAÇÃO EM ALIMENTAÇÃO DE PESSOAL.	Embal. 200 G	Ramy / Sófruta	900		
41	MILHO VERDE EM CONSERVA, TIPO: ENLATADO, UNIDADE DE FORNECIMENTO: EMBALAGEM COM 2 KG DRENADO, INGREDIENTES GRÃOS DE MILHO VERDE COZIDOS PRAZO DE VALIDADE 2 ANOS, APLICAÇÃO EM ALIMENTAÇÃO DE PESSOAL.	Embal. 2 Kg	Ramy / Sófruta	100		
42	PALMITO PICADO EM CONSERVA EMBALAGEM: VIDRO. EMBALAGEM 1,8KG DRENADO	Und	Pertutti	60		[redacted]

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 1165

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 17/09/2024 12:10:06

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **COMSABOR COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA**
CNPJ: **18.472.579/0001-50**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO FIS. 106

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: COMSABOR COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 18.472.579/0001-50
Certidão nº: 64097805/2024
Expedição: 17/09/2024, às 12:10:37
Validade: 16/03/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **COMSABOR COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **18.472.579/0001-50, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Válida em todo o território nacional.

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 149
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 149

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: FRANCIANE PAGNONCELLI FARIAS
CPF: 029.519.929-63
Certidão nº: 64097932/2024
Expedição: 17/09/2024, às 12:11:23
Validade: 16/03/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FRANCIANE PAGNONCELLI FARIAS**, inscrito(a) no CPF sob o nº **029.519.929-63, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Dúvidas e sugestões: certidao@tst.jus.br

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls 108

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls 109

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **FRANCIANE PAGNONCELLI FARIAS**

CPF/CNPJ: **029.519.929-63**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 12:11:55 do dia 17/09/2024, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5

Código de controle da certidão: 8IB9170924121155

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (17/09/2024 às 12:12) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº [redacted]3.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 66E9.9C60.C745.D952 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 610

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 610



FILTROS APLICADOS:

Busca livre: 029.519.929-63

Cadastro: CEIS

LIMPAR

Data da consulta: 17/09/2024 12:13:55

Data da última atualização: 09/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 09/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 09/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 09/2024 (Diário Oficial da União - CEAF) , 09/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE

Nenhum registro encontrado

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE PATO BRANCO

OFICIO DO DISTRIBUIDOR E ANEXOS
Rua Maria Bueno, nº 284 - Trevo da Guarany
cartoriodistribuidorpb@gmail.com
PATO BRANCO/PR - 85501-560

TITULAR
DIRSO ANTONIO VERONESE
JURAMENTADOS
DILMAR ALUIZIO VERONESE
JULIANO VERONESE

Certidão Negativa

Certifico, a pedido de parte interessada, que revendo os livros e arquivos de distribuição de FALÊNCIA E CONCORDATA, sob minha guarda neste cartório, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro em andamento contra:

COMSABOR COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

CNPJ 18.472.579/0001-50, no período compreendido desde 14/12/1960, data de instalação deste cartório, até a presente data.

PATO BRANCO/PR, 16 de Abril de 2024

DILMAR ALUIZIO VERONESE

Certificação

Custas = R$ 42,95
Página 0001/0001

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 116

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 118
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 0119

EMPRESA	M. R. DIAS PAIAO LTDA
CNPJ	[redacted]
NOME DO SÓCIO MAJORITÁRIO	[redacted]
CPF DO SÓCIO MAJORITÁRIO	326.551.182-00
E-MAIL PRINCIPAL	[redacted]
FONE PRINCIPAL	[redacted]5751
Proposta final	
SICAF	[redacted]
Receita Federal	
FGTS	
Receita Estadual	
Receita Municipal	
Consolidada TCU/CNJ/CEIS/CNEP	
CNDT / CNPJ	
CNDT/CPF	
TCU/CPF	
CNJ/CPF	
CEIS/CPF	
Contrato Social	
Balanço Patrimonial	
Índices de Liquidez	
Falência e Concordata	
ACT - S/ CONTÍNUOS	
PCC (50%) - Mat e Sv	
Declaração de Sust. Ambienta	

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 74

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 1674

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**29.331.151/0001-04**	DUNS®:	**917705471**
Razão Social:	**M. R. DIAS PAIAO LTDA**		
Nome Fantasia:	**FRILOG**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**25/01/2025**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Empresa de Pequeno**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**06/01/2025**	**Automática**
FGTS	Validade:	**26/09/2024**	**Automática**
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**07/01/2025**	**Automática**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**02/12/2024**
Receita Municipal	Validade:	**01/10/2024**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **31/05/2025**

[redacted]

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 175

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 17/09/2024 12:29:41

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **M. R. DIAS PAIAO LTDA**
CNPJ: **29.331.151/0001-04**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 776
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 676

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: M. R. DIAS PAIAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 29.331.151/0001-04
Certidão nº: 64101095/2024
Expedição: 17/09/2024, às 12:30:12
Validade: 16/03/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **M. R. DIAS PAIAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **29.331.151/0001-04, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 677

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: M. R. DIAS PAIAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 29.331.151/0001-04
Certidão nº: 64101552/2024
Expedição: 17/09/2024, às 12:32:35
Validade: 16/03/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **M. R. DIAS PAIAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **29.331.151/0001-04, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 678

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **MARIA RAQUEL DIAS PAIAO**

CPF/CNPJ: **326.551.182-00**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 12:35:13 do dia 17/09/2024, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5

Código de controle da certidão: UUZ9170924123513

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 111

Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 679

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (17/09/2024 às 12:35) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 326.551.182-00.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 66E9.A1DC.5D3B.0356 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

FILTROS APLICADOS:

Busca livre: 32655118200

Cadastro: CEIS

LIMPAR

Data da consulta: 17/09/2024 12:37:18

Data da última atualização: 09/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 09/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 09/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 09/2024 (Diário Oficial da União - CEAF) , 09/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 68

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 91
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 681

ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Certidão Negativa

Ações judiciais de Falências e Recuperações Judiciais (1º grau)

O Poder Judiciário do Estado de Rondônia **CERTIFICA** que, revendo os seus registros nos Sistemas SAP e PJE, quanto à distribuição de ações referentes a **ações judiciais de falências e recuperações judiciais (1º grau)**, no âmbito do 1º Grau de Jurisdição, até a presente data, contra **M. R. DIAS PAIAO LTDA**, CNPJ nº 29331151000104, **NADA CONSTA**.

Válida por **90** dia(s).

Observações:

a) A informação dos dados pessoais constantes neste documento é de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;

b) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no website do TJRO, Menu Principal 'Validação de Certidão' - (https://www.tjro.jus.br/certidao-unificada/), informando o **NÚMERO DE CONTROLE: 2024-JT11-FGAG-XBPP-HJ25**;

c) A autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 3 (três) meses após a sua emissão.

Observações:
Critérios:PARTICIPAÇÃO ATIVO, PASSIVO, SOMENTE PROCESSOS ATIVOS, NÃO HAVENDO EXCLUSÃO LÓGICA CLASSES: 118,120,129.

Emitida em: 17/09/2024 11:56:06. Válida por 90 dias.
Validação da Certidão : https://www.tjro.jus.br/certidao-unificada/certidaoValidar?numeroControleParam=2024-JT11-FGAG-XBPP-HJ25

EMPRESA	OLIVIA RIBEIRO DA SILVA NETA
CNPJ	37.334.256/0001-45
NOME DO SÓCIO MAJORITÁRIO	OLIVIA RIBEIRO DA SILVA NETA
CPF DO SÓCIO MAJORITÁRIO	061.145.075-50
E-MAIL PRINCIPAL	CHEFCNCBR@GMAIL.COM
FONE PRINCIPAL	(11) 5198-4280
Proposta final	
SICAF	
Receita Federal	
FGTS	
Receita Estadual	
Receita Municipal	
Consolidada TCU/CNJ/CEIS/CNEP	
CNDT / CNPJ	
CNDT/CPF	
TCU/CPF	
CNJ/CPF	
CEIS/CPF	
Contrato Social	
Balanço Patrimonial	
Índices de Liquidez	
Falência e Concordata	
ACT - SV CONTINUOS	
PCC (50%) - Mat e Sv	
Declaração de Sust. Ambiental	

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 52
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 6 8 2

King Comercial
CNPJ:37 334.256/0001-45
IE: 129.035.434.117
Telefone: 11- 5198.4280
chefcncltr@gmail.com

Data: 25/07/2024
N. Propo sta: 202566

PROPOSTA DE PREÇOS

ORGÃO LICITANTE:
7º Batalhão de Engenharia de Construção

PROPOSTA/MODALIDADE:
Pregão Eletrôni o Nº 90004/2024 - UASG 160001 | **MENOR PREÇO POR ITEM**

OBJETO:
Aquisição de gêneros alimentícios conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1. Propomos: fornecer ao 7º BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO-MEX/AC pelos preços a seguir indicados, os produtos abaixo, conforme especificações constantes do Edital do Pregão Eletrônico supracitado dessa Unidade Gestora:

SUB	ITEM	CÓD SIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	UNID.	QUANTIDADE	MARCA OFERTADA	VALOR UNIT ÁRIO	VALOR TOTAL
	51		AZEITE DE DENDÊ,UNIDADE DE FORNECIMENTO: EMBALAGEN COM 500 ML.	Est b 500 M.	150,000	Kidendê	23,30	3.345,00
						VALOR TOTAL		R$ 3.345,00

Proposta valor: Três Mil e Trezentos e Quarenta e Cinco Reais

2. Os preços unitários e totais foram expressos com duas casas décimais, em moeda corrente nacional, expresso em algarismos e com o total por extenso, prevalecendo este último, em caso de discordância.

4. Estão computados nos preços todos os tributos incidentes sobre os produtos a serem fornecidos, bem como os custos referentes à utilização de materiais, remuneração de empregados e todos os tributos em vigências, correndo tais ônus por conta, risco e responsabilidade da licitante vencedora.

5. Prazo de garantia do produto conforme Edital e seus anexos.

6. Prazo de validade da proposta, contados da abertura da sessão pública: [redacted] Dias

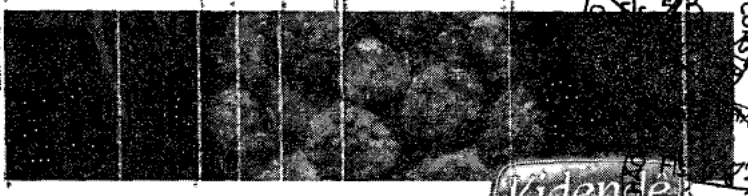
7. Declaramos que o prazo de entrega do material ofertado a mesma será contados a partir do recebimento da respectiva Nota de Empenho/Fornecimento. Prazo de Entrega: [redacted] Dias

Razão Social: OLIVIA RIBEIRO DA SILVA NETA
Nome Fantasia: King Comercial
Micro Empresa Individual
Optante pelo Simples Nacional desde 05/06/2020
CNPJ: 37.334.256/0001-45
Rua: Gelasio Pimenta , 84 Vila Antonina -SP
CEP: 03412.000
Tel: (11) 5198-4280
E-mail: chefcncltr@gmail.com

Representante da empresa para a assinatura da ata de registro de preços:
Nome: Olivia Ribeiro da Silva Neta
Nacionalidade: Brasileira
Carteira de Id: 56.111.187-X Órgão Expedidor: SSP/SP
CPF: 061.145.075-50
Cargo: Proprietária e Representante

[redacted]

Dados Bancários:
Beneficiário: OLIVIA RIBEIRO DA SILVA NETA
Banco: Banco do Brasil
Agência: 4305-2
C/C: 119.603-0
CNPJ: 37.334.256/0001-45



Azeite de Dendê Integral 500ml

O óleo de palma, como também é conhecido o azeite de dendê, é extraído de frutos do dendezeiro, uma palma originária do continente africano. É amplamente consumido por baianas de acarajé, restaurantes e consumidores em geral.
Conhecido como azeite integral, esse óleo mantém as características integrais do produto. **O azeite Kidendê integral** é embalado seguindo os procedimentos de boas práticas, buscando sempre a conservação do produto e as condições ideais para o consumo, com um sabor característico.
É bastante indicado para moquecas e cozidos.

COMPOSIÇÃO:
Óleo de palma (Azeite de dendê) | 00% Natural
Não contém glúten
ATENÇÃO:
*Em caso de solidificação do produto por baixa temperatura, aquecer em banho-maria por alguns minutos e agite antes de usar.

INFORMAÇÃO NUTRICIONAL		
Porção de 15ml (1 colher de sopa)		
QUANTIDADE POR PORÇÃO		% VD(*)
Valor energético	137kcal = 491 kJ	8%
Carboidratos	0g	0%
Proteínas	0g	0%
Gorduras totais	15g	24%
Gorduras saturadas	6g	27%
Gorduras trans	0g	0%
Fibra alimentar	0g	0%
Sódio	0mg	0%

0% GLÚTEN · 0% FIBRA DIETÉTICA · 0% LACTOSE · 27% GORDURA SATURADA

MANUSEIO E ARMAZENAMENTO:
O transporte deve apresentar condições de limpeza, livre de contaminações. Mantenha local seco e arejado.

INFORMAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

DETERMINAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO
ASPECTO	Característico
COR	Vermelho (característico)
ODOR	Característico, livre de rancidez e odores estranhos
SABOR	Característico, livre de rancidez e sabores estranhos

CÓDIGO DE BARRA: EMBALAGEM
EMBALAGEM
ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL (EMBALAGEM)
CÓDIGO DE BARRA (PACOTE COM 12 UN)
PESO LÍQUIDO UNITÁRIO / PACOTE

PALETIZAÇÃO 154 PACOTES
ALTURA: 170cm | LARGURA: 1,05m
PESO BRUTO: 951KG



10

King Comercial
CNPJ:37.334.256/0001-45
IE: 129.035.434.117
Telefone: 11-5198.4280

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL

A empresa OLIVIA RIBEIRO DA SILVA NETA, inscrita no CNPJ sob o nº 37.334.256/0001-45 sediada na Rua: Gelasio Pimenta, 84 Bairro Vila Antonina São Paulo/SP CEP: 03412.000, por sua representante legal a Sra. Olivia Ribeiro da Silva Neta cuja função/cargo é sócia administradora, infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade nº 56.111.187-X e do CPF/MF nº 061.145.075-50, para os fins de habilitação no Pregão Eletrônico SRP nº 04/2024 – 7ºBEC, DECLARA expressamente que:

Atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade sócio-ambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, em conformidade com a IN01/2010-SLTI e a Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

[redacted]

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	37.334.256/0001-45	DUNS®:	928650453
Razão Social:	OLIVIA RIBEIRO DA SILVA NETA		
Nome Fantasia:	KING COMERCIAL		
Situação do Fornecedor:	Credenciado	Data de Vencimento do Cadastro:	11/01/2025
Natureza Jurídica:	EMPRESÁRIO (INDIVIDUAL)		
MEI:	Não		
Porte da Empresa:	Micro Empresa		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	Nada Consta
Impedimento de Licitar:	Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas:	Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público":	Nada Consta

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	03/03/2025	Automática
FGTS	Validade:	04/10/2024	Automática
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	11/03/2025	Automática

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	12/10/2024
Receita Municipal	Validade:	05/01/2025

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/12/2024

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 84
BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 1684

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 17/09/2024 13:01:39

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **OLIVIA RIBEIRO DA SILVA NETA**
CNPJ: **37.334.256/0001-45**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO 7º Fls. 685

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 86
BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 6886

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: OLIVIA RIBEIRO DA SILVA NETA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 37.334.256/0001-45
Certidão nº: 64107202/2024
Expedição: 17/09/2024, às 13:03:03
Validade: 16/03/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **OLIVIA RIBEIRO DA SILVA NETA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **37.334.256/0001-45, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 627
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 628

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: OLIVIA RIBEIRO DA SILVA NETA
CPF: 061.145.075-50
Certidão nº: 64107277/2024
Expedição: 17/09/2024, às 13:03:43
Validade: 16/03/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **OLIVIA RIBEIRO DA SILVA NETA,** inscrito(a) no CPF sob o nº **061.145.075-50, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 681

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **OLIVIA RIBEIRO DA SILVA NETA**

CPF/CNPJ: **061.145.075-50**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

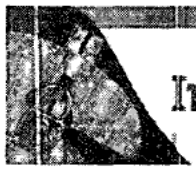
Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 13:04:09 do dia 17/09/2024, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5

Código de controle da certidão: CGJF170924130409

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 690
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 689

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (17/09/2024 às 13:04) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 061.145.075-50.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 66E9.A8AB.6A6A.C099 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

FILTROS APLICADOS:

Busca livre: 061.145.075-50

Cadastro: CEIS

LIMPAR

Data da consulta: 17/09/2024 13:05:15

Data da última atualização: 09/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 09/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 09/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 09/2024 (Diário Oficial da União - CEAF) , 09/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 69

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 70

JUCESP SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

Requerimento Capa

SEQ. DOC
01
01

Protocolo Redesim

SPP2330115937

DADOS CADASTRAIS

ATO(S)
Consolidação da matriz, Inclusão/Alteração de empresário, Alteração de Atividades/Objeto

NOME EMPRESARIAL
OLIVIA RIBEIRO DA SILVA NETA

LOGRADOURO
12A RUA GELASIO PIMENTA

COMPLEMENTO | BAIRRO/DISTRITO
VILA ANTONINA

MUNICÍPIO
SÃO PAULO

E-MAIL
chefcncbr@gmail.com

NÚMERO EXIGÊNCIA (S) | CNPJ - SEDE
2ª Exigência | **37334256000145**

IDENTIFICAÇÃO DO SIGNATÁRIO/ASSINANTE DO REQUERIMENTO CAPA

NOME: **OLIVIA RIBEIRO DA SILVA NETA - Empresário**

DATA ASSINATURA:

ASSINATURA:

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)

CARIMBO PROTOCOLO | OBSERVAÇÕES:

DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA EM ATENDIMENTO À DISPONIBILIDADE LEGAL ESTABELECIDA NO ART. 37, §3º, DECRETO 1.800/96

JUCESP Certifico o registro sob o nº 1.018.878/23-0 em 10/02/2023 da empresa OLIVIA RIBEIRO DA SILVA NETA, NIRE nº 35140854931, protocolado sob o nº SPP2330115937. Autenticação: validar a autenticidade do registro em http://www.jucesp.sp.gov.br/ com o número do mesmo. GISELA SIMIEMA CESCHIN - Secretária Geral. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/02/2023 por GISELA SIMIEMA CESCHIN – Secretária Geral. Autenticação: 103662652. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

JUCESP Junta Comercial do Estado de São Paulo

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

DOCUMENTO EMITIDO PELA INTERNET

DADOS DA EMPRESA

NOME EMPRESARIAL		TIPO JURÍDICO	
OLIVIA RIBEIRO DA SILVA NETA		EMPRESÁRIO (M.E.)	
NIRE	**CNPJ**	**NÚMERO DO ARQUIVAMENTO**	**DATA DO ARQUIVAMENTO**
35140854931	37.334.256/0001-45	1.018.878/23-0	10/02/2023

DADOS DA CERTIDÃO

DATA DE EXPEDIÇÃO	HORA DE EXPEDIÇÃO	CÓDIGO DE CONTROLE
10/02/2023	12:12:52	193662652

A AUTENTICIDADE DO PRESENTE DOCUMENTO, BEM COMO O ARQUIVO NA FORMA ELETRÔNICA PODEM SER VERIFICADOS NO ENDEREÇO WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR

ESTA CÓPIA FOI AUTENTICADA DIGITALMENTE E ASSINADA EM 10/02/2023 PELA SECRETÁRIA GERAL DA JUCESP – GISELA SIMIEMA CESCHIN, CONFORME ART. 1º DA MP2200-2 DE 24/08/2001, QUE INSTITUI A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRAS – ICP BRASIL, EM VIGOR CONSOANTE E.C Nº32 DE 11/09/2001 M- ART.2º.

ART 1º, FICA INSTITUÍDA A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA – ICP BRASIL, PARA GARANTIR AUTENTICIDADE, INTEGRIDADE E VALIDADE JURÍDICA DE DOCUMENTOS EM FORMA ELETRÔNICA, DAS APLICAÇÕES DE SUPORTE E DAS APLICAÇÕES HABILITADAS QUE UTILIZEM CERTIFICADOS DIGITAIS, BEM COMO A REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES ELETRÔNICAS SEGURAS.

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO PARA EMPRESA SUPRACITADA:

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls 19

JUCESP Certifico o registro sob o nº 1.018.878/23-0 em 10/02/2023 da empresa OLIVIA RIBEIRO DA SILVA NETA, NIRE nº 35140854931, protocolado sob o nº SPP2330115937. Autenticação: validar a autenticidade do registro em http://www.jucesp.sp.gov.br/ com o número do mesmo. GISELA SIMIEMA CESCHIN - Secretária Geral. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/02/2023 por GISELA SIMIEMA CESCHIN – Secretária Geral. Autenticação: 193662652. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

4542-1/01 - Representantes comerciais e agentes do comércio de motocicletas e motonetas, peças e acessórios
4623-1/09 - Comércio atacadista de alimentos para animais
4637-1/99 - Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente
4639-7/01 - Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral
4641-9/01 - Comércio atacadista de tecidos
4641-9/02 - Comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho
4642-7/01 - Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança
4642-7/02 - Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho
4643-5/01 - Comércio atacadista de calçados
4644-3/01 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano
4645-1/01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios
4645-1/03 - Comércio atacadista de produtos odontológicos
4647-8/01 - Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria
4647-8/02 - Comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações
4649-4/01 - Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico
4649-4/02 - Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico
4649-4/04 - Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria
4649-4/08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar
4651-6/01 - Comércio atacadista de equipamentos de informática
4651-6/02 - Comércio atacadista de suprimentos para informática
4652-4/00 - Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação
4662-1/00 - Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças
4663-0/00 - Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças
4664-8/00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças
4669-9/99 - Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças
4672-9/00 - Comércio atacadista de ferragens e ferramentas
4679-6/99 - Comércio atacadista de materiais de construção em geral
4691-5/00 - Comercio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios
4744-0/01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas
4744-0/05 - Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente
4752-1/00 - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação
4753-9/00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo
4755-5/01 - Comércio varejista de tecidos
4755-5/02 - Comercio varejista de artigos de armarinho

JUCESP
Certifico o registro sob o nº 1.016.878/23-0 em 10/02/2023 da empresa OLIVIA RIBEIRO DA SILVA NETA, NIRE nº 35140854931, protocolado sob o nº SPP2330115937. Autenticação: validar a autenticidade do registro em http://www.jucesp.sp.gov.br/ com o número do mesmo. GISELA SIMIEMA CESCHIN - Secretária Geral. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/02/2023 por GISELA SIMIEMA CESCHIN – Secretária Geral. Autenticação: 193662652. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL - OBJETO SOCIAL

CHEF CNC
CNPJ: 37.334.256/0001-45

ALTERAÇÃO CONTRATUAL
Alteração de Atividades/Objeto | SPP2330115937

Eu, Olívia Ribeiro da Silva Neta, Brasileira, Naturalidade: Remanso-BA, Divorciada, Data de Nascimento: 26/07/1993, profissão: Empresária, CPF: 061.145.075-50, RG: 56.111.187-X SSP/SP, Estabelecida na Rua: Gelásio Pimenta, 84 Bairro: Vila Antonina-SP Cep: 03417-000.

Única sócia da Empresa Olívia Ribeiro da Silva Neta, com sede na Rua: Gelásio Pimenta, 84 bairro: Vila Antonina Município: São Paulo- SP, CEP: 03412-000 registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob o NIRE 35140854931 e inscrita no CNPJ sob o nº 37.334-256/0001-45 resolvem, promover alteração do contrato social, nos seguintes termos:

Cláusula 1ª O objeto social passará a ser:
INDUSTRIA, DISTRIBUICAO, COMERCIO, SERVICOS E PARTICIPACAO EM LICITACOES PUBLICAS. INDUSTRIALIZACOES A PARTIR DE POLIPROPILENO, POLICARBONATO, MDF, MDP ENTRE OUTROS. PRODUTOS LUMINARIAS, ABAJURES, UTENSILIOS DOMESTICOS, ARTEFATOS DE DECORACAO ENTRE OUTROS. ATENDIMENTO DE LICITACOES PUBLICAS EM MATERIAIS ELETRICOS, VESTUARIO, EPI DE SEGURANCA, ELETRONICOS, MAQUINARIOS, ENTRE OUTROS.

Cláusula 2ª CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL:
4789-0/99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente

Cláusula 3ª CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS:

1813-0/01 - Impressão de material para uso publicitário
1813-0/99 - Impressão de material para outros usos
2229-3/99 - Fabricação de artefatos de material plástico para outros usos não especificados anteriormente
4761-0/03 - Comércio varejista de artigos de papelaria
4762-8/00 - Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas
4771-7/01 - Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas
4781-4/00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios
4772-5/00 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal
1413-4/01 - Confecção de roupas profissionais, exceto sob medida
1413-4/02 - Confecção, sob medida, de roupas profissionais
4511-1/03 - Comércio por atacado de automóveis, camionetas e utilitários novos e usados
4530-7/01 - Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores
4530-7/03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores
4541-2/06 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para motocicletas e motonetas

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 692

JUCESP
Certifico o registro sob o nº 1.016.878/23-0 em 10/02/2023 da empresa OLIVIA RIBEIRO DA SILVA NETA, NIRE nº 35140854931, protocolado sob o nº SPP2330115937. Autenticação: validar a autenticidade do registro em http://www.jucesp.sp.gov.br/ com o número do mesmo. GISELA SIMIEMA CESCHIN - Secretária Geral. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/02/2023 por GISELA SIMIEMA CESCHIN – Secretária Geral. Autenticação: 193662652. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

JUCESP SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

DECLARAÇÃO

Eu, OLIVIA RIBEIRO DA SILVA NETA, portador do Documento de Identificação nº 56111187X, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob nº 06114507550, na qualidade de titular, sócio ou responsável legal da empresa **OLIVIA RIBEIRO DA SILVA NETA, DECLARO** estar ciente que o **ESTABELECIMENTO** situado no(a) 12A RUA GELASIO PIMENTA, 84 - Bairro: VILA ANTONINA, São Paulo - SP CEP 03412000, **NÃO PODERÁ EXERCER** suas atividades sem que obtenha o parecer municipal sobre a viabilidade de sua instalação e funcionamento no local indicado, conforme diretrizes estabelecidas na legislação de uso e ocupação do solo, posturas municipais e restrições das áreas de proteção ambiental, nos termos do art. 24, §2 do Decreto Estadual nº 55.660/2010 e sem que tenha um **CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO INTEGRADO VÁLIDO**, obtido pelo sistema Via Rápida Empresa - Módulo de Licenciamento Estadual.

Declaro ainda estar ciente que qualquer alteração no endereço do estabelecimento, em sua atividade ou grupo de atividades, ou em qualquer outra das condições determinantes à expedição do Certificado de Licenciamento Integrado, implica na perda de sua validade, assumindo, desde o momento da alteração, a obrigação de renová-lo.

Por fim, declaro estar ciente que a emissão do Certificado de Licenciamento Integrado poderá ser solicitada por representante legal devidamente habilitado, presencialmente e no ato da retirada das certidões relativas ao registro empresarial na Prefeitura, ou pelo titular, sócio, ou contabilista vinculado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) diretamente no site da Jucesp, através do módulo de licenciamento, mediante uso da respectiva certificação digital.

[redacted]

JUCESP Certifico o registro sob o nº 1.019.878/23-0 em 10/02/2023 da empresa OLIVIA RIBEIRO DA SILVA NETA, NIRE nº 35140854931, protocolado sob o nº SPP2330115937. Autenticação: validar a autenticidade do registro em http://www.jucesp.sp.gov.br/ com o número do mesmo. GISELA SIMIEMA CESCHIN - Secretária Geral. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/02/2023 por GISELA SIMIEMA CESCHIN – Secretária Geral. Autenticação: 193662652. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br

4757-1/00 - Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação
4759-8/99 - Comércio varejista de outros artigos de uso doméstico não especificados anteriormente
4763-6/04 - Comércio varejista de artigos de caça, pesca e camping
4774-1/00 - Comércio varejista de artigos de óptica
4782-2/01 - Comércio varejista de calçados
4783-1/02 - Comércio varejista de artigos de relojoaria
4789-0/05 - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários
5620-1/02 - Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê
6201-5/01 - Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda
9521-5/00 - Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico
4635-4/01 - Comércio atacadista de água mineral
4742-3/00 - Comércio varejista de material elétrico
4613-3/00 - Representantes comerciais e agentes do comércio de madeira, material de construção e ferragens
4673-7/00 - Comércio atacadista de material elétrico
4744-0/03 - Comércio varejista de materiais hidráulicos
4754-7/01 - Comércio varejista de móveis
4751-2/01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática
9511-8/00 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos
4729-6/99 - Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente
4646-0/02 - Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal
4646-0/01 - Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria

Todas as demais cláusulas contratuais que não colidirem com os termos desta alteração, permanecem em vigor.

São Paulo 08 de fevereiro de 2023.

[redacted]

3º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 169

3º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 93

JUCESP Certifico o registro sob o nº 1.019.878/23-0 em 10/02/2023 da empresa OLIVIA RIBEIRO DA SILVA NETA, NIRE nº 35140854931, protocolado sob o nº SPP2330115937. Autenticação: validar a autenticidade do registro em http://www.jucesp.sp.gov.br/ com o número do mesmo. GISELA SIMIEMA CESCHIN - Secretária Geral. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/02/2023 por GISELA SIMIEMA CESCHIN – Secretária Geral. Autenticação: 193662652. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br

JUCESP SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

TERMO DE ANÁLISE E DECISÃO.

Defiro a (s) solicitação (ões), sob o (s) protocolo (s) **SPP2330115937** de Alteração de Atividades/Objeto, Inclusão/Alteração de empresário e Consolidação da matriz da empresa **OLIVIA RIBEIRO DA SILVA NETA.**

Assina o presente termo de decisão, mediante certificado digital, o Julgador **Aline Barbosa de Lima.**

[redacted]

Este documento foi assinado digitalmente por Aline Barbosa de Lima e é parte integrante sob o protocolo Nº SPP2330115937.

JUCESP Certifico o registro sob o nº 1.019.878/23-0 em 10/02/2023 da empresa OLIVIA RIBEIRO DA SILVA NETA, NIRE nº 35140854931, protocolado sob o nº SPP2330115937 Autenticação: validar a autenticidade do registro em http://www.jucesp.sp.gov.br/ com o número do mesmo. GISELA SIMIEMA CESCHIN - Secretária Geral. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/02/2023 por GISELA SIMIEMA CESCHIN – Secretária Geral. Autenticação: 193662652. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

JUCESP SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

PROTOCOLO DE ASSINATURAS

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma VRE Digital.

O nome indicado para assinatura, bem como seu status em 08/02/2023 é:

Nome Completo	CPF	Data e hora	Certificado
Atos Contitutivos e alterações.pdf			
OLIVIA RIBEIRO DA SILVA NETA	06114507550	08/02/23 11:46	AC SERASA RFB v5 / PDF-1./

Este documento é referência das assinaturas eletrônicas realizada nas documentações do protocolo Nº SPP2330115937

JUCESP Certifico o registro sob o nº 1.019.878/23-0 em 10/02/2023 da empresa OLIVIA RIBEIRO DA SILVA NETA, NIRE nº 35140854931, protocolado sob o nº SPP2330115937. Autenticação: validar a autenticidade do registro em http://www.jucesp.sp.gov.br/ com o número do mesmo. GISELA SIMIEMA CESCHIN - Secretária Geral. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/02/2023 por GISELA SIMIEMA CESCHIN – Secretária Geral. Autenticação: 193662652. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 154

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 154

JUCESP

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

TERMO DE AUTENTICAÇÃO E REGISTRO

Autentico que o ato, assinado digitalmente, pertencente a empresa **OLIVIA RIBEIRO DA SILVA NETA de NIRE 35140854931**, protocolizado sob o número **SPP2330115937** em **10/02/2023**, encontra-se registrado na JUCESP sob o número **1019876230**.

Assina o registro a Secretária-Geral **Gisela Simiema Ceschin.**

A autenticidade do presente documento, bem como o arquivo na forma eletrônica, poderão ser verificados no sítio eletrônico: www.jucesp.sp.gov.br, mediante a indicação do número de autenticidade disponível na capa da certidão de inteiro teor.

Junta Comercial do Estado de São Paulo, 10/02/2023.

Gisela Simiema Ceschin, CPF: 31134372884

R. Gualcurus, 1394 | CEP 05033-060 | Lapa, São Paulo – SP
Fone: (11) 3468-3080

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 69

JUCESP

Certifico o registro sob o nº 1.019.876/23-0 em 10/02/2023 da empresa OLIVIA RIBEIRO DA SILVA NETA, NIRE nº 35140854931, protocolado sob o nº SPP2330115937, com validade. Verifique autenticidade do registro em http://www.jucesp.sp.gov.br/ com o número do mesmo. GISELA SIMIEMA CESCHIN - Secretária Geral. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/02/2023 por GISELA SIMIEMA CESCHIN – Secretária Geral. Autenticação. 193662652. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão expedida quando solicitada diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

Empresa: OLIVIA RIBEIRO DA SILVA NETA
Inscrição: 37.334.256/0001-45
Período: 01/01/2023 - 31/12/2023

Página: 0001
Número livro: 0001
Emissão: 05/01/2024
Hora: 10:17:21

FLS 96
FLS 1096

COEFICIENTES DE ANÁLISES EM 31/12/2023

Coeficiente	Fórmula	Valor	Resultado
Índice de Liquidez Geral	Ativo Circulante + Realizável Longo Prazo / Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante	[redacted]	
Índice de Liquidez Corrente	Ativo Circulante / Passivo Circulante		
Índice de Liquidez Seca	Ativo Circulante - Estoque / Passivo Circulante		
Índice de Solvência Geral	Ativo / Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante		
Índice de Capital de [redacted]iros	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante / Patrimônio Líquido		
Índice de Endividamento Geral	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante / Passivo Total		
Índice de Endividamento Corrente	Passivo Circulante / Patrimônio Líquido - Resultado de Exer. Futuros		
Índice de Dívida a Curto Prazo	Passivo Circulante / Passivo Não-Circulante		
Grau de Endividamento	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante / Ativo		
Margem Operacional	Lucro/Prejuízo Operacional / Receitas de Vendas		
Rentabilidade do Ativo	Lucro/Prejuízo do Exercício / Ativo		
Rentabilidade do [redacted]ônio Líquido	Lucro Líquido / Patrimônio Líquido		
Índice de Capital Próprio s/ Passivo Total	Patrimônio Líquido / Passivo Total		
Índice de Imobilização do Patrimônio Líquido	Ativo Não-Circulante / Patrimônio Líquido		
Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio	Resultado Operacional / Patrimônio Líquido Médio		
Prazo Médio de Recebimento	Duplicatas a Receber x 365 / Venda Líquida		

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls: 97

BALANÇO PATRIMONIAL

Sped Contábil

Entidade:	OLIVIA RIBEIRO DA SILVA NETA
Período da Escrituração:	01/01/2023 a 31/12/2023
CNPJ:	37.334.256/0001-45
Número de Ordem do Livro:	4
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Descrição	Nota	Saldo
ATIVO		
ATIVO CIRCULANTE		
DISPONÍVEL		
CAIXA		
CAIXA GERAL		
BANCOS CONTA MOVIMENTO		
NUMERARIOS EM TRANSITO		
CLIENTES		
DUPLICATAS A RECEBER		
CLIENTES		
ESTOQUE		
MERCADORIAS, PRODUTOS E INSUMOS		
MERCADORIAS PARA REVENDA		
ATIVO NÃO-CIRCULANTE		
IMOBILIZADO		
MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS		
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		
(-) (-) DEPRECIAÇÕES, AMORT. E EXAUS. ACUMUL		
(-) (-) DEPRECIAÇÕES DE MÁQUINAS, EQUIP. FER		
PASSIVO		
PASSIVO CIRCULANTE		
FORNECEDORES		
FORNECEDORES		
FORNECEDORES		
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER		
SIMPLES NACIONAL A RECOLHER		
OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA		
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL		
PRÓ-LABORE A PAGAR		
OBRIGAÇÕES SOCIAIS		
INSS A RECOLHER		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CAPITAL SOCIAL		
CAPITAL SUBSCRITO		
CAPITAL SOCIAL		
ADIANTAMENTO P/ FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		
LUCROS ACUMULADOS		
LUCRO DO EXERCÍCIO EM CURSO		
(-) (-) ANTECIPAÇÃO DE LUCROS		

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 0E.68.E8.E2.1A.32.04.DB.3C.25.53.C3.0D.35.DA.21.B3.1F.50.F8-0, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.8 do Visualizador

09/07/2024 **0077158767**

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

Fls. 89

Fls. 698

CERTIDÃO Nº: 2544404 **FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 08/07/2024, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: **********

OLIVIA RIBEIRO DA SILVA NETA, CNPJ: 37.334.256/0001-45, conforme indicação constante do pedido de certidão. **********

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 9 de julho de 2024.

PEDIDO Nº: *0077158767*

EMPRESA	CJN COMERCIO E SERVICOS DE ALIMENTOS LTDA
CNPJ	18.572.200/0001-84
NOME DO SÓCIO MAJORITÁRIO	CICERO JUNIOR NORILER
CPF DO SÓCIO MAJORITÁRIO	[redacted]
E-MAIL PRINCIPAL	cjnlicita@gmail.com
FONE PRINCIPAL	(65) 3023-1105
Proposta final	
SICAF	
Receita Federal	
FGTS	
Receita Estadual	
Receita Municipal	
Consolidada TCU/CNJ/CEIS/CNEP	
CNDT / CNPJ	
CNDT/CPF	
TCU/CPF	
CNJ/CPF	
CEIS/CPF	
Contrato Social	
Balanço Patrimonial	
Índices de Liquidez	
Falência e Concordata	
ACT - SV CONTÍNUOS	
PCC (50%) - Mat e Sv	
Declaração de Sust. Ambiental	



BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 100
BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 100

PROPOSTA DE PREÇO

1

Cuiabá, 25 de julho de 2024.

Referência: Edital do Pregão Eletrônico SRP Nº 90004/2024 – 7º BEC

Senhor Pregoeiro,

A Empresa CJN COMÉRCIO E SERVIÇOS DE ALIMENTOS LTDA, sediada à Rua Israel, 505, Sala 01, Santa Rosa – Cuiabá/MT, CEP 78.040-230, FONE (65) 9 9908-2927 (65) 3023-1105, inscrita no CNPJ/MF sob nº 18.572.200/0001-84, e-mail cjn@grupocjn.com.br, neste ato representada por CICERO JÚNIOR NORILER, abaixo assinada, vem oferecer os itens, nas condições abaixo relacionados:

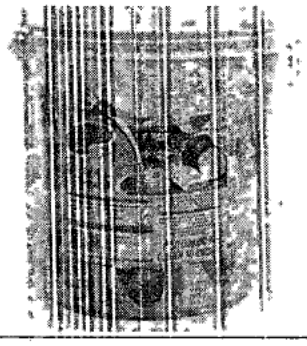
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	UND MEDIDA	QDE	VL UNIT	VL TOTAL
88	MARRON GLACÉ 	VAL	300 GR	300	[redacted]	
309	CASTANHA DO PARÁ 	PAIOL	250 GR	50		

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 101

Comércio & Empreendimentos

Razão Social: CJN COMÉRCIO E SERVIÇOS DE ALIMENTOS LTDA
CNPJ: 18.572.210/0001-84 Inscrição Estadual: 13.505.919-4 Inscrição Municipal: 130185

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 101

90	COCADA EM TABLETE 	DIDANE	POTE	200	[redacted]	(2)
TOTAL					[redacted]	

Valor total da proposta TREZE MIL SETECENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS.

1. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos materiais objeto desta licitação;

2. O prazo de entrega dos materiais será CONFORME EDITAL, contados do recebimento do pedido de fornecimento acompanhado da referida Nota de Empenho, em remessa única, conforme a necessidade do 7º BEC.

3. Local(is) de entrega do(s) material(is), horário(s) e dias: conforme previsto no Termo de Referência – Anexo I do Edital;

4. Os materiais serão fornecidos em acordo com as especificações constantes do Termo de Referência e referências respectivas.

5. O prazo de validade dos produtos na data de entrega não poderá ser inferior a 80% do prazo de validade total recomendado pelo fabricante.

6. Prazo de validade da proposta: 60 DIAS

7. Caso nos seja homologado o objeto da presente licitação nos comprometemos a receber e/ou retirar a nota de empenho ou instrumento congênere, bem como assinar o Termo de Contrato ou instrumento equivalente, no prazo determinado no Edital, e indico o Sr.(a) CICERO JÚNIOR NORILER, Carteira de identidade nº 1453634 SSP/MS, CPF nº 007.916.091-38, ADMINISTRADOR, como responsável legal desta empresa;

8. Dados bancários: BANCO DO BRASIL, AG: 8687-8, C/C: 73.207-4;

[redacted]

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO 78 Fls. 102
BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO 78 Fls. 102

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	18.572.200/0001-84	DUNS®:	903151273
Razão Social:	CJN COMERCIO E SERVICOS DE ALIMENTOS LTDA		
Nome Fantasia:	CJN COMERCIO E EMPREENDIMENTOS		
Situação do Fornecedor:	Credenciado	Data de Vencimento do Cadastro:	24/09/2024
Natureza Jurídica:	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA		
MEI:	Não		
Porte da Empresa:	Empresa de Pequeno		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	Nada Consta
Impedimento de Licitar:	Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas:	Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público":	Nada Consta

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	21/09/2024	Automática
FGTS	Validade:	22/09/2024	Automática
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	21/12/2024	Automática

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Validade:	22/08/2024 (*)
Receita Municipal	Validade:	13/10/2024

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2025

[redacted]

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls: 103

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls: 103

Finalizando, declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

3

[redacted]

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 104
BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 104

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 18/09/2024 11:50:08

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **CJN COMERCIO E SERVICOS DE ALIMENTOS LTDA**
CNPJ: **18.572.200/0001-84**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 105
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 105

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CJN COMERCIO E SERVICOS DE ALIMENTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 18.572.200/0001-84
Certidão nº: 64368183/2024
Expedição: 18/09/2024, às 11:50:35
Validade: 17/03/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CJN COMERCIO E SERVICOS DE ALIMENTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **18.572.200/0001-84, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 105
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 106

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CICERO JUNIOR NORILER
CPF: 007.916.091-38
Certidão nº: 64368241/2024
Expedição: 18/09/2024, às 11:50:58
Validade: 17/03/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CICERO JUNIOR NORILER**, inscrito(a) no CPF sob o nº [redacted], **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 106
BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 107

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **CICERO JUNIOR NORILER**

CPF/CNPJ: [redacted]

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

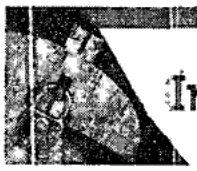
Certidão emitida às 11:51:19 do dia 18/09/2024, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5

Código de controle da certidão: S4IX180924115119

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 107
BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 108



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (18/09/2024 às 11:52) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº [redacted]

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 66EA.E915.E29D.9125 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

FILTROS APLICADOS:

Busca livre: 007.916.091-38

Cadastro: CEIS

LIMPAR

Data da consulta: 18/09/2024 11:57:17

Data da última atualização: 09/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 09/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 09/2024 (Diário Oficial da União - CEAF) , 09/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 09/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									

1º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO FLS. 103
1º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO FLS. 104

ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE
Fls. 109
Fls. 110

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS ESTADUAIS GERIDOS PELA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO E PELA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CND Nº 0052780061

Finalidade: **CERTIDÃO CONJUNTA DE PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E NÃO TRIBUTÁRIAS JUNTO À SEFAZ E À PGE DO ESTADO DE MATO GROSSO**
Data da emissão: **18/09/2024** Hora da emissão: **10:47:19**

Nome/denominação do sujeito passivo: **CJN COMERCIO E SERVICOS DE ALIMENTOS LTDA**
CNPJ: **18.572.200/0001-84**

CERTIFICAMOS que, até a data e hora em epígrafe, conforme parâmetros constantes no Anexo I da Portaria Conjunta nº 008/2018-PGE/SEFAZ, não consta, nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da CND, da Secretaria de Estado de Fazenda, e nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da Dívida Ativa do Estado, junto à Procuradoria-Geral do Estado, pendência, em nome do sujeito passivo acima indicado.
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso exigir e/ou inscrever em Dívida Ativa quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas.
OBS. A presente Certidão não alcança o cumprimento de obrigações cujo controle ainda não esteja informatizado ou integrado ao sistema da CND e/ou da Dívida Ativa.
A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via internet nos endereços www.sefaz.mt.gov.br ou www.pge.mt.gov.br.

Certidao válida até: **16/11/2024.**
Fornecimento gratuito

Número de Autenticação: **TM9BLU72T2K2T22M**

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 110
BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 111

DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL

(11)

A Empresa CJN COMÉRCIO E SERVIÇOS DE ALIMENTOS LTDA, sediada à Rua Israel, 505, Sala 01, Santa Rosa – Cuiabá/MT, CEP 78.040-230, FONE (65) 9 9908-2927 (65) 3023-1105, inscrita no CNPJ/MF sob nº 18.572.200/0001-84, e-mail cjn@grupocjn.com.br, neste ato representada por CICERO JÚNIOR NORILER, abaixo assinado, portador(a) da Carteira de Identidade nº 1453634 SSP/MS e CPF nº 007916091-38, para os fins de habilitação no Pregão Eletrônico SRP nº 04/2024 – 7ºBEC, DECLARA expressamente que:

Atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade sócio-ambiental, respeitando as normasde proteção do meio ambiente, em conformidade com a IN01/2010-SLTIe a Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Cuiabá, 25 de julho de 2024.

[redacted]

PP

EMPRESA	C[redacted]
CNPJ	48.043[redacted]
NOME DO SÓCIO MAJORITÁRIO	CHRISTIANO LIMA LOPES
CPF DO SÓCIO MAJORITÁRIO	005.417.392-20
E-MAIL PRINCIPAL	[redacted]
FONE PRINCIPAL	[redacted]
Proposta final	
SICAF	
Receita Federal	
FGTS	
Receita Estadual	
Receita Municipal	
Consolidada TCU/CNJ/CEIS/CNEP	
CNDT / CNPJ	
CNDT/CPF	
TCU/CPF	
CNJ/CPF	
CEIS/CPF	
Contrato Social	
Balanço Patrimonial	
Índices de Liquidez	
Falência e Concordata	
ACT - SV CONTINUOS	
PCC (50%) - Mat e Sv	
Declaração de Sust. Ambiental	

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 111

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 112

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO
PREGÃO ELETRÔNICO 04/2024
Processo Administrativo nº 64043.001315/2024-61
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 30/07/2024 às 09:30 hr (horário de Brasília)
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por item
ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.comprasgovernamentais.gov.br/comprasnet

Prezados Senhores, Apresentamos a V.S. nossa **proposta de Preços para aquisição de gêneros alimentícios conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos**
Declaro ainda que caso a nossa proposta seja aceita, comprometemo-nos:
a) Declaro ainda que caso os preços contidos na proposta escrita e aqueles que, porventura, vierem a ser ofertados por meio de lances verbais estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro, frete e outros necessários ao cumprimento integral do objeto do Edital e seus Anexos.
b) Declaro efetuar a completa execução dos serviços, contado a partir da data da assinatura do termo de Contrato ou da comunicação emitida pelo CONTRATANTE;
c) Declaro que concordamos em manter a validade desta proposta por um período de **90 (noventa) dias**, contado a partir da data final prevista para sua entrega.
d) Declaro que o mesmo que o contrato seja assinado, esta proposta constituirá um compromisso de nossa parte, observadas as condições do Edital.

Nome de Fantasia: **COMERCIAL C. L.**
Razão Social: **C. L. LOPES LTDA**
CNPJ: Nº **48.043.881/0001-54**
Endereço: **Av. Nações Unidas, 755**
Bairro: **Bosque** Cidade: **Rio Branco – Acre**
CEP: **69.900-478** E-mail: **christianofonseca@gmail.com/araujoconsultlicitacao@gmail.com**
Telefone: **(68) 99836-0840**
Banco: **BRASIL** Conta Bancária: **7553-8**
Nome e nº da agência bancária: **9071-0**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS OBJETOS	UND.	QTDE PREVISTA CONSUMO	QTDE P/ REGISTRO	MARCA/MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	Aquisição de gêneros alimentícios conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.						
	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS						
117	OVOS DE GALINHA, TIPO: BRANCO,TAMANHO MÉDIO, PRAZO DE VALIDADE :MÍNIMA DE 30 DIAS A PARTIR DA ENTREGA, INFORMADA NA EMBALAGEM PRIMÁRIA, CLASSE A. EMBALAGEM OU BANDEJA COM 30 UNIDADES.	Cartela c/30 Unidades	360	2.700	GRANJA CERRADO	[redacted]	

Declaro ainda que caso a nossa proposta seja aceita, comprometemo-nos:
a) Declaro ainda que caso os preços contidos na proposta escrita e aqueles que, porventura, vierem a ser ofertados por meio de lances verbais estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro, frete e outros necessários ao cumprimento integral do objeto do Edital e seus Anexos.
b) Declaro efetuar a completa execução dos serviços, contado a partir da data da assinatura do termo de Contrato ou da comunicação emitida pelo CONTRATANTE;
c) Declaro que concordamos em manter a validade desta proposta por um período de **90 (noventa) dias**, contado a partir da data final prevista para sua entrega.
d) Declaro que o mesmo que o contrato seja assinado, esta proposta constituirá um compromisso de nossa parte, observadas as condições do Edital.

Rio Branco – Acre, 25 de julho de 2024.

C L LOPES LTDA:4[redacted]

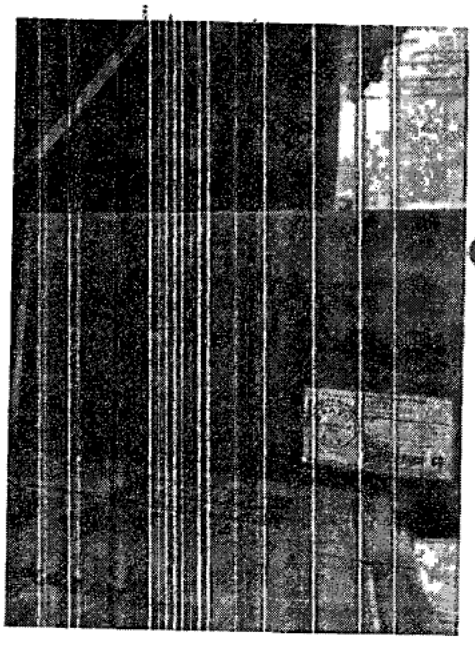
Assinado de forma digital por C L LOPES LTDA:48043881000154
2024.07.25 11:53:59

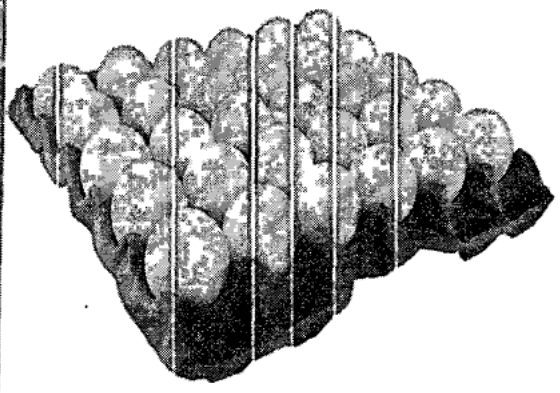
[redacted]

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 113
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 114

ITEM 117 - OVOS DE GALINHA, TIPO: BRANCO, TAMANHO MÉDIO, PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMA DE 30 DIAS APARTIR DA ENTREGA, INFORMADA NA EMBALAGEM PRIMÁRIA, CLASSE A. EMBALAGEM OU BANDEJA COM 30 UNIDADES.

MARCA: GRANJA CERRADO





7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 114
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 115

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**48.043.881/0001-54**
Razão Social:	**C. L. LOPES LTDA**
Nome Fantasia:	**COMERCIAL C.L**
Situação do Fornecedor:	**Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **31/07/2025**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**
MEI:	**Não**
Porte da Empresa:	**Micro Empresa**

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**16/10/2024**	**Automática**
FGTS	Validade:	**29/09/2024**	**Automática**
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**20/01/2025**	**Automática**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**16/10/2024**
Receita Municipal	Validade:	**06/10/2024**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **31/05/2025**

[redacted]

Termo de Abertura

Nome Empresarial:					
C. L. LOPES .TDA					
NIRE:	1220021743-7	CNPJ:	48.043.8E1/0001-54	NIRE Anterior:	
Nome Anterior:					
Município:	RIO BRANCO			UF:	ACRE
Inscrição			Inscrição Municipal:		
Data do ato constitutivo em Junta Comercial:			22/09/2022		

Finalidade:	DIARIO		
Número de ordem:	1	Quantidade de páginas:	13
Data	08/04/2024		

CPF	Nome	Função	CRC
528.354.212-20	CLARISSA SANTOS DA COSTA	Contador	1518
005.417.392-20	CHRISTIANO LIMA LOPES	Empresário	

Junta Comercial do Estado do Acre
Este Livro foi protocolado sob o nº 24/004.165-8 no dia 08/04/2024. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

LIVRO DIÁRIO
JANEIRO DE 2023

Empresa: 330 C. L. LOPES LTDA
Endereço: AV NACOES UNIDAS, 786 BOSQUE
Município: RIO BRANCO UF: AC CEP: 69900-478
C.N.P.J: 48.043.881/0001-54 NIRE: 12200217437

Escritório: C. S. DA COSTA - (CS CONSULTORIA E CONTABILIDADE EME
Endereço: Rua Boulevard Augusto Monteiro, 803 Tribunal Novo
Município: RIO BRANCO UF: AC CEP: 69908-260
C.N.P.J.: 17.336.633/0001-78 Telefone: (68) 3224-9597

LANCTO.	CONTA DÉBITO	CONTA CRÉDITO	HISTÓRICO	DATA	VALOR
	COMPLEMENTO DO HISTÓRICO				
2	1.1.01.01.0001 Caixa	6.1.01.01.0001	Resultado do Período	Saldo do balanço 01/01/2023	30.000,00
3	6.1.01.01.0001 Resultado do Período	2.3.01.01.0001	Capital Social Integralizado	Saldo do balanço 01/01/2023	100.000,00
4	1.2.03.01.0006 Instalações	6.1.01.01.0001	Resultado do Período	Saldo do balanço 01/01/2023	60.000,00
5	1.2.03.01.0005 Equipamentos de Informático	6.1.01.01.0001	Resultado do Período	Saldo do balanço 01/01/2023	10.000,00
6	1.1.01.01.0001 Caixa	3.1.01.01.0001	Vendas de Mercadorias a Vista	Venda a vista de mercadoria a loja 25/01/2023	971,79

E. M. DA S. BRAGA - Documento Fiscal nº 1, perído 01/2023, conforme Regra no de Saldos

TOTAL: 200.971,79

FusionTech Sistemas - Todos os direitos reservados

Junta Comercial do Estado do Acre
Este Livro foi protocolado sob o nº 24/004.165-8 no dia 08/04/2024. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

LIVRO DIÁRIO
SETEMBRO DE 2023

Folha: 0003

Empresa: 330 - C. LOPES LTDA
Endereço: AV NACOES UNIDAS, 786 BOSQUE
Município: RIO BRANCO UF: AC CEP: 69900-478
C.N.P.J: 48.043.881/0001-54 NIRE: 1220021743?

Escritório: C. S. DA COSTA - (CS CONSULTORIA E CONTABILIDADE EME
Endereço: Rua Boulevard Augusto Monteiro, 803 Tribunal Novo
Município: RIO BRANCO UF: AC CEP: 69908-260
C.N.P.J.: 17.336.633/0001-78 Telefone: (68) 3224-9597

LANCTO.	CONTA DÉBITO	CONTA CRÉDITO	HISTÓRICO	DATA	VALOR
	COMPLEMENTO DO HISTÓRICO				
1	1.1.01.01.0001 Caixa	3.1.01.02.0001	Ambiente Produto a Vista	Vendas a vista de fabricação próp 25/09/2023	398.522,00

TOTAL: 398.522,00

FusionTech Sistemas - Todos os direitos reservados

Junta Comercial do Estado do Acre
Este Livro foi protocolado sob o nº 24/004.165-8 no dia 08/04/2024. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

LIVRO DIÁRIO
OUTUBRO DE 2023

Folha: 0004

Empresa: 330 - C. L. LOPES LTDA
Endereço: AV NACOES UNIDAS, 786 BOSQUE

Escritório: C. S. DA COSTA - (CS [redacted]

[redacted]

49,80

[redacted] Comprar a vista 3.564,00

2.1.01.01.0006 ENFILES e Rebolhar [redacted] Emissão efetuada no mês 31/10/2023 143,84

TOTAL: 10.953,27

FusionTech Sistemas - Todos os direitos reservados

[redacted]
Este Livro foi protocolado sob o nº 24/004.165-8 no dia 08/04/2024. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

SINDICATO DA ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 115
Fls. 116

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 1316

LIVRO DIÁRIO
NOVEMBRO DE 2023

Folha: 0005

Empresa: 330 - C. L. LOPES LTDA
Endereço: AV NACOES UNIDAS, 788 BOSQUE
Município: RIO BRANCO UF: AC CEP: 69900-478
C.N.P.J: 48.043.861/0001-64

Escritório: C. S. DA COSTA - (CS CONSULTORIA E CONTABILIDADE EM
Endereço: Rua Boulevard Augusto Monteiro, 800 Triângulo Novo
Município: RIO BRANCO UF: AC CEP: 69906-260
Telefone: (68) 3224-9597

LANCTO.	CONTA DÉBITO			
[redacted]				700,00
	1 1.1.01.01.0001 Caixa			
	12 1.1.01.01.0001 Caixa	3.1.01.02.0001	Vendas de Produtos a Vista	
				30/11/2023

Escritório: C. S. DA COSTA - (CS CONSULTORIA E CONTABILIDADE EM
Endereço: Rua Boulevard Augusto Monteiro, 800 Triângulo Novo
Município: RIO BRANCO UF: AC CEP: 69906-260
Telefone: (68) 3224-9597

DATA		
	Compra a prazo	
01/12/2023		99,00
	Venda a prazo de balcao/pdv a prazo	
04/12/2023		2.592,00
	Compra a vista	
06/12/2023		728,00
	Venda a vista de balcao/pdv a vista	
		298,00
08/12/2023		10,00
	Venda a vista de balcao/pdv a vista	
	Provisão efetuada no mês	
31/12/2023		
	Lucros/prejuízos de lucros/prejuízos de	
31/12/2023		299.022,38
	TOTAL:	1.224.440,29

16	3.1.01.01.0001	Vendas de Produtos a Vista	5.1.01.01.0001	Resultado do Período
17	3.1.01.02.0001	Vendas de Produtos a Vista	5.1.01.01.0001	Resultado do Período
18	5.1.01.01.0001	Resultado do Período	3.1.02.01.0008	Simples (-)
19	5.1.01.01.0001	Resultado do Período	[redacted]	
[redacted]				
21	5.1.01.01.3001	Resultado do Período		
22	2.3.04.01.3001	[redacted]		Lucros Acumulados

Reconhecemos a exatidão do presente LIVRO DIÁRIO.

Ressalvando que a responsabilidade do profissional contabilista fica restrita apenas ao aspecto meramente técnico desde que reconhecidamente operou com elementos, dados e comprovantes fornecidos pela empresa que se responsabiliza pela sua exatidão e veracidade.

Declaramos sob as penas de Lei que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por

RIO BRANCO-AC, 31 de dezembro de 2023.

FusionTech Sistemas - Todos os direitos reservados

FusionTech Sistemas - Todos os direitos reservados

[redacted]

Junta Comercial do Estado do Acre
Este Livro foi protocolado sob o nº 24/004.155-8 no dia 08/04/2024. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

[redacted]

BALANÇO PATRIMONIAL
Período de 01 de Janeiro a 31 de dezembro de 2023

Folha: 0008

Empresa: 330 - C. L. LOPES LTDA
Endereço: AV NACOES UNIDAS, 788 BOSQUE
Município: RIO BRANCO UF: AC CEP: 69900-478
C.N.P.J: 48.043.861/0001-64 NIRE 122002 7437

Escritório: C. S. DA COSTA - (CS CONSULTORIA E CONTABILIDADE EM
Endereço: Rua Boulevard Augusto Monteiro, 800 Triângulo Novo
Município: RIO BRANCO UF: AC CEP: 69906-260
C.N.P.J.: 17.338.633/0001-78 Telefone: (68) 3224-9597

ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	429.143,98	D	CIRCULANTE	100.121,60	C
DISPONIBILIDADES	429.143,98	D	OBRIGAÇÕES À CURTO PRAZO	100.121,60	C
CAIXA GERAL	429.143,98	D	FORNECEDORES	100.121,60	C
Caixa	429.143,98	D	Fornecedores	100.121,60	C
NÃO CIRCULANTE	70.000,00	D	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	399.022,38	C
IMOBILIZADO	70.000,00	D	CAPITAL SOCIAL	100.000,00	C
IMOBILIZADO	70.000,00	D	CAPITAL SOCIAL REALIZADO	100.000,00	C
Equipamentos de Informática	10.000,00	D	Capital Social Integralizado	100.000,00	C
Instalações	60.000,00	D	RESULTADO DO PERÍODO	299.022,38	C
			LUCRO DO PERÍODO	299.022,38	C
			Lucro Líquido do Período	299.022,38	C
TOTAL DO ATIVO:	499.143,98	D	TOTAL DO PASSIVO:	499.143,98	C

Reconhecemos a exatidão do presente BALANÇO PATRIMONIAL, cujo ATIVO e PASSIVO estão uniformes na mesma importância de R$ 499.143,98 (QUATROCENTOS E NOVENTA E NOVE MIL, CENTO E QUARENTA E TRES REAIS E NOVENTA E OITO CENTAVOS).

Ressalvando que a responsabilidade do profissional contabilista fica restrita apenas ao aspecto meramente técnico desde que reconhecidamente operou com elementos, dados e comprovantes fornecidos pela empresa que se responsabiliza pela sua exatidão e veracidade.

Declaramos sob as penas de Lei que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por

RIO BRANCO-AC, 31 de dezembro de 2023.

CHRISTIANO LIMA LOPES
Sócio-Administrador
CPF: 005.417.392-20 / RG: 10116672

CLARISSA SANTOS DA COSTA
Contador
CRC: 001519
CPF: 528.354.212-20

FusionTech Sistemas - Todos os direitos reservados

FusionTech Sistemas - Todos os direitos reservados

Junta Comercial do Estado do Acre
Este Livro foi protocolado sob o nº 24/004.155-8 no dia 08/04/2024. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO

Período de 01 de Janeiro a 31 de dezembro de 2023

Folha: 0009

Empresa: 330 - C. L. LOPES LTDA
Endereço: AV NAÇÕES UNIDAS, 788 BOSQUE
Município: RIO BRANCO UF: AC CEP: 69900-478
C.N.P.J: 48.043.881/0001-54 NIRE: 12200217437

Escritório: C. S. DA COSTA - (CS CONSULTORIA E CONTABILIDADE EMI
Endereço: Rua Boulevard Augusto Monteiro, 800 Triângulo Novo
Município: RIO BRANCO UF: AC CEP: 69908-260
C.N.P.J.: 17.336.633/0001-78 Telefone: (68) 3224-9597

3	RECEITAS E DEDUÇÕES	408.483,53 C
3.1	RECEITAS OPERACIONAIS E DEDUÇÕES	408.483,53 C
3.1.01	RECEITA BRUTA OPERACIONAL	408.641,43 C
3.1.01.01	RECEITA C/ REVENDAS - MERCADORIAS	571,70 C
3.1.01.01.0001	Vendas de Mercadorias a Vista	571,70 C
3.1.01.02	RECEITA C/ PRODUÇÃO PRÓPRIA	407.968,73 C
3.1.01.02.0001	Vendas de Produtos a Vista	407.968,73 C
3.1.02	REDUÇÕES GERAIS (-)	157,90 C
3.1.02.01	DEDUÇÕES DE VENDAS (-	157,90 C
3.1.02.01.0006	Simples (-)	157,90 C
TOTAL DO GRUPO:		408.483,53 C
4	C U S T O S	109.461,15 C
4.1	CUSTO TOTAL	109.461,15 C
4.1.01	CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	109.461,15 C
4.1.01.02	COMPRAS	109.461,15 C
4.1.01.02.0001	Compras de Mercadorias a Vista	9.135,55 C
4.1.01.02.0002	Compras de Mercadorias a Prazo	100.121,60 C
TOTAL DO GRUPO:		109.461,15 D
RESULTADO DO PERÍODO:		
2.3.04.01.0001	Lucro Líquido do Período	299.022,38

FusãoTech Sistemas - Todos os direitos reservados

Junta Comercial do Estado do Acre
Este Livro foi protocolado sob o nº 24/004.165-8 no dia 08/04/2024. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS

Período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2023

Folha: 0010

Empresa: 330 - C. L. LOPES LTDA
Endereço: AV NAÇÕES UNIDAS, 716 BOSQUE
Município: RIO BRANCO UF: AC CEP: 69900-478
C.N.P.J: 48.043.881/0001-54 NIRE: 12200217457

Escritório: C. S. DA COSTA - (CS CONSULTORIA E CONTABILIDADE EMI
Endereço: Rua Boulevard Augusto Monteiro, 800 Triângulo Novo
Município: RIO BRANCO UF: AC CEP: 69908-260
C.N.P.J.: 17.336.633/0001-78 Telefone: (68) 3224-9597

RECURSOS

(+) SALDO ANTERIOR DE LUCROS ACUMULADOS
(+) AJUSTES CREDORES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
(+) REVERSÃO DE RESERVAS
(+) LUCROS DO EXERCÍCIO
(-) SALDO ANTERIOR DE PREJUÍZOS ACUMULADOS
(+) AJUSTES DEVEDORES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
(+) PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO

(=) SALDO A DISPOSIÇÃO

APLICAÇÕES

(-) PARCELA DE LUCROS ACUMULADOS INCORPORADO AO CAPITA
(-) TRANSFERÊNCIA PARA RESERVAS
(-) DIVIDENDOS/LUCROS DISTRIBUÍDOS PAGOS OU CREDITADOS

(=) SALDO DAS APLICAÇÕES

(=) SALDO DE LUCROS OU PREJUÍZOS

Reconhecemos a exatidão do presente DEMONS

Ressalvando que a responsabilidade do profissional contab
desde que reconhecidamente operou com elementos, da
responsabiliza pela sua e

Declaramos sob as penas de Lei que as informações aqui

RIO BRANCO-AC, 31 d

CHRISTIANO LIMA LOPES
Sócio-Administrador
CPF: 005.417.392-20 / RG: 10116672

CLARISSA SANTOS DA COSTA
Contador
CRC: 001519
CPF: 528.354.212-20

FusãoTech Sistemas - Todos os direitos reservados

Junta Comercial do Estado do Acre
Este Livro foi protocolado sob o nº 24/004.165-8 no dia 08/04/2024. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA - FINANCEIRA
ENCERRADO EM 31/12/2023

C. L. LOPES LTDA

CNPJ: 48.043.881/0001-54

1.1 **Índice de Liquidez Geral**

I.L.G. = Ativo Circulante + Realizável Longo Prazo

[redacted]

1.

1.

1.

Sócio-Administrador Contadora

Junta Comercial do Estado do Acre
Este Livro foi protocolado sob o nº 24/004.165-8 no dia 08/04/2024. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

CRCAC
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ACRE

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO ACRE
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO ACRE certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em dia com seus débitos perante o CRC.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....: CLARISSA SANTOS DA COSTA
REGISTRO.....: AC-001519/O-2
CATEGORIA.....: CONTADOR
CPF.....: ***.354.212-**

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCAC contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: ACRE, 08/04/2024 às 18:38:57.
Válido até: 07/07/2024.
Código de Controle: 5534.7553.1494.0125.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCAC.

Junta Comercial do Estado do Acre
Este Livro foi protocolado sob o nº 24/004.165-8 no dia 08/04/2024. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

Termo de Encerramento

Nome Empresarial:					
C. L. LOPES LTDA					
NIRE:	1220021743-7	CNPJ:	48.043.881/0001-54	NIRE Anterior:	
Nome Anterior:					
Município:	RIO BRANCO			UF:	ACRE
Inscrição		Inscrição Municipal:			
Data do ato constitutivo em Junta Comercial:		22/09/2022			

Finalidade:	DIARIO		
Número de ordem:	1	Data assinatura:	08/04/2024
Quantidade de páginas:	13		
Período de escrituração			
Início:	01/01/2023	Fim:	31/12/2023
Período de publicação			
Início:		Fim:	

CPF	Nome	Função	CRC
528.354.212-20	CLARISSA SANTOS DA COSTA	Contador	1519
005.417.392-20	CHRISTIANO LIMA LOPES	Empresário	

Junta Comercial do Estado do Acre
Este Livro foi processado sob o nº 24/004.165-8 no dia 08/04/2024. Os dados da autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

pág. Junta Comercial 13/13

Junta Comercial do Estado do Acre

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado do Acre
Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Acre
Junta Comercial do Estado do Acre

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - LIVRO DIGITAL

Declaro exatos os Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Digital com caracteristicas abaixo, por mim conferido e autenticado sob o nº 2002834 em 08/04/2024. Assinado digitalmente por Margarida Paiva da Conceição. Para validação da Autenticação dos Termos, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://integrar.ac.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e a chave de segurança abaixo:

Número do Protocolo	Chave de Segurança
24/004.165-8	Tn1j

Identificação da Empresa	
Nome Empresarial:	C. L. LOPES LTDA
Nire:	
CNPJ:	48.043.881/0001-54
Município:	RIO BRANCO

Identificação do Livro Digital	
Espécie:	Diario
Número de Ordem:	1
Período de Escrituração:	01/01/2023 - 31/12/2023
Número da Procuração:	

Assinante(s)			
CPF	Nome	CRC	Data Assinatura
528.354.212-20	CLARISSA SANTOS DA COSTA	1519	08/04/2024
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br			
005.417.392-20	CHRISTIANO LIMA LOPES		08/04/2024
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br			

SRN Documento assinado eletronicamente por Margarida Paiva da Conceição, Servidor(a) Público(a), em 08/04/2024, às 20:16.

Rio Branco, segunda-feira, 08 de abril de 2024

A autenticidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da Jucesc informando o número de protocolo 24/004.165-8.

TRAPALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 13
TRAPALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 13

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 119
BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 120

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CHRISTIANO LIMA LOPES
CPF: [redacted]
Certidão nº: 64372928/2024
Expedição: 18/09/2024, às 12:06:58
Validade: 17/03/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CHRISTIANO LIMA LOPES,** inscrito(a) no CPF sob o nº **005.417.392-20, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 102
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 181

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: C. L. LOPES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 48.043.881/0001-54
Certidão nº: 64372828/2024
Expedição: 18/09/2024, às 12:06:38
Validade: 17/03/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **C. L. LOPES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **48.043.881/0001-54, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 121
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 122

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **CHRISTIANO LIMA LOPES**

CPF/CNPJ: [redacted]

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 12:07:44 do dia 18/09/2024, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5

Código de controle da certidão: JHCE180924120744

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Fls. 129

Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (18/09/2024 às 12:08) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº [redacted]

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 66EA.ED04.B3B8.E132 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

FILTROS APLICADOS:

Busca livre: 005.417.392-20

Cadastro: CEIS

LIMPAR

Data da consulta: 18/09/2024 12:09:04

Data da última atualização: 09/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 09/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 09/2024 (Diário Oficial da União - CEAF) , 09/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 09/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 47

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 124
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 125

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 18/09/2024 12:05:58

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **C. L. LOPES LTDA**
CNPJ: [redacted]

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 125
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 126

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Serventia de Registro de Distribuição da Comarca de Rio Branco

CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO
FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL/EXTRAJUDICIAL

Em pesquisa realizada nos registros de distribuição de feitos do Sistema de Automação da Justiça (SAJ) anteriores a data de 08/07/2024, CERTIFICAMOS que:

NADA CONSTA nas Comarcas informatizadas do Estado do Acre contra **C. L. Lopes Ltda**, ou vinculado ao **CNPJ** [redacted].

Observações:

a) A presente certidão abrange somente os feitos de Falência e Recuperação Judicial/Extrajudicial.
b) Certidão expedida gratuitamente pela internet, com validade de 30 dias.
c) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página eletrônica do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (http://www.tjac.jus.br/), no item "Conferência de Certidão".

Rio Branco (AC), 9 de julho de 2024.

CERTIDÃO Nº: 0002328357
0002328357
PEDIDO Nº:

FOLHA: 1/1

EMPRESA	LICITÁ MAIS HOFFMANN LTDA
CNPJ	[redacted]7
NOME DO SÓCIO MAJORITÁRIO	[redacted]MANN DOS SANTOS
CPF DO SÓCIO MAJORITÁRIO	[redacted]
E-MAIL PRINCIPAL	[redacted]M
FONE PRINCIPAL	[redacted]
Proposta final	
SICAF	[redacted]
Receita Federal	
FGTS	
Receita Estadual	
Receita Municipal	
Consolidada TCU/CNJ/CEIS/CNEP	
CNDT / CNPJ	
CNDT/CPF	
TCU/CPF	
CNJ/CPF	
CEIS/CPF	
Contrato Social	
Balanço Patrimonial	
Índices de Liquidez	
Falência e Concordata	
ACT - SV CONTÍNUOS	
PCC (50%) - Mat e Sv	
Declaração de Sust. Ambienta	

8º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 126

8º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 127

AO
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO DO ACRE – 7 BEC/AC (UASG: 160001)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº.90004/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 64045.001316/2024-61
DATA E HORÁRIO: 19 de julho de 2024, às 09h30min (Horário de Brasília-DF).
OBJETO: Futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios.

PROPOSTA DE PREÇO

Ao (À)
Pregoeiro (a) e Equipe de Apoio

Prezados Senhores,

Apresentamos abaixo nossa **PROPOSTA DE PREÇOS** para aquisição acima descrita, pelo preço total fixo e irreajustável de [redacted] nos termos do Edital e seus Anexos, conforme quadro abaixo:

DADOS DA PROPONENTE

RAZÃO SOCIAL	NOME DE FANTASIA	
LICITA MAIS HOFFMANN LTDA	LICITA MAIS	
CNPJ	TELEFONE	
[redacted]	[redacted]	
ENDEREÇO	MUNICÍPIO/ESTADO	CEP
Rua Venceslau Brás, 146. Bairro São Pedro	Ji-Paraná/RO	[redacted]

BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE Nº
Ji-Cred - 097	0002	[redacted]

NOME REPRESENTANTE	NACIONALIDADE	PROFISSÃO
Kennea Ariana Pereira Teixeira Nunes	Brasileira	Analista de Licitação
RG	CPF	Telefone
1157388 SESDEC/RO	[redacted]	(69) 9 9981-7676

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO		
E-MAIL		TELEFONE
licitacao.start@gmail.com		(69) 9 9981-7676
ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA	CIDADE/UF	CEP
Rua Venceslau Brás, 158. Bairro São Pedro.	Ji-Paraná/RO	76.913-645
OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL?	Sim (x)	Não ( )

PE 90004/2024 7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO/ACRE (UASG: 160001)						
Item	**Descrição do item**	**Und**	**Qtd**	**Marca**	**Valor unitáio**	**Valor Total**
125	LEITE CONDENSADO, TIPO: TRADICIONAL, COMPOSIÇÃO: LEITE INTEGRAL, AÇÚCAR, LACTOSE, UNIDADE DE FORNECIMENTO: EMBALAGEM COM 395 GRAMAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS HOMOGÊNEO , ISENTO DE GRANULAÇÕES, COLORAÇÃO BRANCA, SIMILAR OU SUPERIOR A MARCA PIRACANJUBA.	Emb	8100	RÁDIO	[redacted]	
TOTAL: Quarenta e cinco mil, trezentos e sessenta reais						

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

LOCAL E PRAZO DE ENTREGA: O prazo de entrega dos bens é de **15 (quinze) dias**, contados da data do recebimento da Nota de empenho/Ordem de Fornecimento pelo fornecedor; em remessa única.

Os itens deverão ser entregues nos seguintes endereços:

- **7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO**
  Avenida Nações Unidas, 2.100 - Bairro Estação Experimental (7° BEC)
  CEP 69.918-080 – Rio Branco / AC.

Dias	Horários
Segunda-feira à Quinta-feira	**07:30 às 11:30 e das 13:00 às 16:30**
Sexta-feira	**07:30 às 11:30**

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Ji-Paraná/RO, 25 de julho de 2024.

50.202.063/0001-07

LICITA MAIS HOFFMANN LTDA

Rua Venceslau Brás, 146 – São Pedro
CEP: 76.913-645 - JI-PARANÁ - RO

Kennea Nunes

Kennea Ariana Pereira Teixeira Nunes
CPF: 018.479.162-60 | RG: 1157388/RO

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 130

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 131

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	50.202.063/0001-07
Razão Social:	LICITA MAIS HOFFMANN LTDA
Nome Fantasia:	LICITA MAIS
Situação do Fornecedor:	Credenciado — Data de Vencimento do Cadastro: 01/05/2025
Natureza Jurídica:	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
MEI:	Não
Porte da Empresa:	Micro Empresa

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	Nada Consta
Impedimento de Licitar:	Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas:	Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público":	Nada Consta

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	25/02/2025	Automática
FGTS	Validade:	29/09/2024	Automática
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	01/03/2025	Automática

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Validade:	13/11/2024
Receita Municipal	Validade:	08/09/2024 (*)

VI - Qualificação Econômico-Financeira

	Validade:	31/05/2025

[redacted]

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 18/09/2024 12:25:56

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **LICITA MAIS HOFFMANN LTDA**
CNPJ: **50.202.063/0001-07**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais..Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 137
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 138

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 132
Fls. 133

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ

PM JI-PARANÁ

AV. 02 DE ABRIL, 1701 - URUPÁ - JI-PARANÁ

CNPJ: 04.092.672/0001-25

CERTIDÃO NEGATIVA

DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

Código de Cadastro
14533?413

Contribuinte
LICITA MAIS HOFFMANN LTDA

CPF/CNPJ
50.202.063/0001-07

Logradouro
RUA CRUZEIRO DO SUL

Número
2278

Complemento
BRCAO alvenaria;SETOR 501;

Bairro
CAFEZINHO

CEP
76913130

Cidade
JI-PARANÁ

UF
RO

CERTIFICO, para os devidos fins, a pedido via internet, que revendo os assentamentos existentes nesta Seção, deles verifiquei constar que o contribuinte acima descrito, encontra-se quite com o Erário Municipal, até a presente data, relativamente ao Tributos Municipais. ATENÇÃO : Fica ressalvado o direito da Fazenda Municipal exigir a qualquer tempo, créditos tributários que venham a ser apurados.

Atestamos a autenticidade da certidão consultada.

Emitida às 07:59:47 do dia 13/09/2024

Válida até 13/10/2024

Código de Controle da Certidão/Número F4B5D24F981A3E9C

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

FILTROS APLICADOS:

Busca livre: 032.798.062-16

Cadastro: CEIS

LIMPAR

Data da consulta: 18/09/2024 12:28:03

Data da última atualização: 09/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 09/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 09/2024 (Diário Oficial da União - CEAF) , 09/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 09/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 787

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 63

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO 7ª
Fls. 134

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO 7ª
Fls. 135

ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Certidão Negativa

Ações judiciais de Falências e Recuperações Judiciais (1º grau)

O Poder Judiciário do Estado de Rondônia **CERTIFICA** que, revendo os seus registros nos Sistemas SAP e PJE, quanto à distribuição de ações referentes a **ações judiciais de falências e recuperações judiciais (1º grau)** no âmbito do 1º Grau de Jurisdição, até presente data, contra **LICITA MAIS HOFFMANN LTDA**, CNPJ nº 50202063000107, **NADA CONSTA**.

Válida por **90** dia(s).

Observações:

a) A informação dos dados pessoais constantes neste documento é de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;

b) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no website do TJRO, Menu Principal 'Validação de Certidão' - (https://www.tjro.jus.br/certidao-unificada/), informando o **NÚMERO DE CONTROLE: 2024-JU11-DFEF-GMDM-7UXF;**

c) A autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 3 (três) meses após a sua emissão.

Observações:
Critérios:PARTICIPAÇÃO ATIVO, PASSIVO, SOMENTE PROCESSOS ATIVOS, NAO HAVENDO EXCLUSÃO LÓGICA CLASSES: 103,128,129.

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 135
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 136

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: LICITA MAIS HOFFMANN LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: [redacted]
[redacted] 2024
Expedição: 18/09/2024, às 12:26:20
Validade: 17/03/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **LICITA MAIS HOFFMANN LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **50.202.063/0001-07, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 136
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 137

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

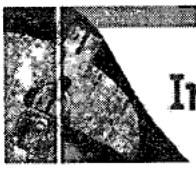
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: LUANA HOFFMANN DOS SANTOS
CPF: [redacted]16
Certidão nº: 64378438/2024
Expedição: 18/09/2024, às 12:26:44
Validade: 17/03/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **LUANA HOFFMANN DOS SANTOS**, inscrito(a) no CPF sob o nº **032.798.062-16, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 137



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 136

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (18/09/2024 às 12:27) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF n[redacted].

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 66EA.F174.C2DD.6268 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 138
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 139

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **LUANA HOFFMANN DOS SANTOS**

CPF/CNPJ: [redacted]

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 12:27:14 do dia 18/09/2024, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5

Código de controle da certidão: AKLL180924122714

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 139

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 140

LICITA MAIS HOFFMANN LTDA

CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA

A abaixo assinado, **LUANA HOFFMANN DOS SANTOS,** brasileira, casada sob Regime Separação de Bens, nascida em 20 de dezembro de 1996, natural de Ji-Paraná Estado de Rondônia, empresária, portadora da Carteira Nacional de Habilitação sob número: 06710887080, emitida pelo Departamento Nacional de Trânsito, emitida em 24/06/2021, com validade em 21/06/2031, devidamente inscrita no CPF sob o nº. 032.798.062-16, residente e domiciliada na Rua Imburana, nº. 2012, Bairro Nova Brasília, CEP: 76908-638, Município de Ji-Paraná – Estado de Rondônia.

Resolve por este instrumento particular de contrato social, constituir uma sociedade empresaria limitada, que será regida, mediante as seguintes clausulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Nome Empresarial: A sociedade Empresaria Limitada girará sob o nome empresarial de "**LICITA MAIS HOFFMANN LTDA**".

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Sede: A Sociedade Empresária Limitada terá sua sede no seguinte endereço: **Rua Venceslau Bras, nº 146, Setor 501, Quadra 0072A, Lote 00011, Bairro São Pedro, CEP 76.913-645**. (Art. 997 II, CC/2002), Ji-Paraná-Estado de Rondônia.

CLÁUSULA TERCEIRA - Do Objeto Social: A Sociedade Empresária Limitada terá por objeto o exercício da seguinte atividade econômica: COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITARIOS;COMERCIO VAREJISTA DE BICICLETAS E TRICICLOS,PECAS E ACESSORIOS;COMERCIO VAREJISTA DE LIVROS;COMERCIO A VAREJO DE PECAS E ACESSORIOS NOVOS PARA VEICULOS AUTOMOTORES;COMERCIO VAREJISTA DE JORNAIS E REVISTAS;COMERCIO VAREJISTA DE LATICINIOS E FRIOS;COMERCIO VAREJISTA DE DOCES, BALAS, BOMBONS E SEMELHANTES;COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EM GERAL OU ESPECIALIZADO EM PRODUTOS ALIMENTICIOS;COMERCIO VAREJISTA DE TINTAS E MATERIAIS PARA PINTURA;COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELETRICO;COMERCIO VAREJISTA DE VIDROS;COMERCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS;COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO;COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE ELETRODOMESTICOS E EQUIPAMENTOS DE AUDIO E VIDEO;COMERCIO VAREJISTA DE TECIDOS;COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE ARMARINHO;COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE CAMA, MESA E BANHO;COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA;COMERCIO VAREJISTA DE DISCOS, CDS, DVDS E FITAS;COMERCIO VAREJISTA DE BRINQUEDOS E ARTIGOS RECREATIVOS;COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS ESPORTIVOS; COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE CACA, PESCA E CAMPING; COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS, SEM MANIPULACAO DE FORMULAS;COMERCIO VAREJISTA DE COSMETICOS, PRODUTOS DE PERFUMARIA E DE HIGIENE

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 140
BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 141

PESSOAL;COMERCIO VAREJISTA DE CALCADOS;COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE VIAGEM;COMERCIO VAREJISTA DE SUVENIRES, BIJUTERIAS E ARTESANATOS;COMERCIO VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO;COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS FOTOGRAFICOS E PARA FILMAGEM;COMERCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS;TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANCAS,INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL SERVICOS DE MALOTE NAO REALIZADOS PELO CORREIO NACIONAL;SERVICOS DE ENTREGA RAPIDA;COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA;RECARGA DE CARTUCHOS PARA EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA;COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVACAO DOMICILIAR; COMERCIO ATACADISTA DE BOLSAS, MALAS E ARTIGOS DE VIAGEM; COMERCIO ATACADISTA DE CALCADOS;COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL;COMERCIO ATACADISTA DE COSMETICOS E PRODUTOS DE PERFUMARIA;COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO HUMANO;COMERCIO ATACADISTA DE FILMES, CDS, DVDS, FITAS E DISCOS;COMERCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE CAMA, MESA E BANHO;COMERCIO ATACADISTA DE TECIDOS;COMERCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS ELETRICOS DE USO PESSOAL E DOMESTICO;COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EM GERAL;COMERCIO ATACADISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS;COMERCIO ATACADISTA DE VIDROS, ESPELHOS E VITRAIS;COMERCIO ATACADISTA ESPECIALIZADO EM OUTROS PRODUTOS ALIMENTICIOS; COMERCIO ATACADISTA DE CHOCOLATES,CONFEITOS, BALAS, BOMBONS E SEMELHANTES;COMERCIO ATACADISTA DE LEITE LATICINIOS;COMERCIO ATACADISTA DE LIVROS, JORNAIS E OUTRAS PUBLICACOES;COMERCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE ESCRITORIO E DE PAPELARIA;COMERCIO ATACADISTA DE SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA;COMERCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA;COMERCIO ATACADISTA DE JOIAS, RELOGIOS E BIJUTERIAS, INCLUSIVE PEDRAS PRECIOSAS E SEMIPRECIOSAS LAPIDADAS;COMERCIO VAREJISTA DE OUTROS ARTIGOS DE USO PESSOAL E DOMESTICO; COMERCIO ATACADISTA DE OUTROS EQUIPAMENTOS E ARTIGOS DE USO PESSOAL E DOMESTICO.

CLÁUSULA QUARTA - Do Início Das Atividades E Prazo De Duração: A Sociedade Empresária Limitada iniciará suas atividades na data do arquivamento deste ato na Junta Comercial do Estado de Rondônia e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA - Do Capital Social: O capital social da sociedade será de R$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), divididos em 50.000 (Cinquenta mil) quotas, no valor nominal de R$1,00 (um real) cada uma, que serão subscritas e integralizadas neste ato, em moeda corrente e legal do país, pelos sócios a seguir:

SÓCIOS	Q.QUOTAS	V. CADA	TOTAL (R$)	(%)
LUANA HOFFMANN DOS SANTOS	[redacted]	[redacted]	[redacted]	[redacted]
[redacted]	[redacted]	[redacted]	[redacted]	[redacted]

Fls. 141
Fls. 142

CLÁUSULA SEXTA – A responsabilidade da Sócia Administradora é restrita importância do capital integralizado.

CLÁUSULA SÉTIMA: Da Administração: A Sociedade Empresaria Limitda será gerida e administrada pelo Titular **LUANA HOFFMANN DOS SANTOS** com os poderes e atribuições de Titular Administrador, autorizado o uso do nome empresarial, **isoladamente**, vedado, entretanto em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro TITULAR.

Parágrafo único: É vedado a sócia a prestação de fiança, penhor, caução, gravar com hipoteca, garantir ou avalizar transações comerciais e financeiras dos quotistas ou de terceiros perante instituições financeiras, Pessoas Jurídicas ou Físicas, na condução dos negócios da sociedade, restando vedado quaisquer atividades estranhas a mesma.

CLAUSULA OITAVA - O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano civil, ocasião em que será levantado o balanço patrimonial. No entanto, fica facultada a possibilidade da sociedade proceder ao levantamento de balanços intercalares com a periodicidade que lhe for conveniente, sempre que assim for desejo dos sócios representando a maioria do capital social, podendo distribuir ou antecipar a distribuição dos lucros e perdas.

CLAUSULA NONA – FALECIMENTO, EXCLUSÃO OU RETIRADA DE QUOTISTA: A sociedade não dissolverá pela morte, a empresa continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, a data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

CLÁUSULA DECIMA - Declaração De Desimpedimento De Administrador: O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Do Pró-Labore: O Titular poderá fixar uma retirada mensal, a título de pró-labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Do Enquadramento de Microempresa: A empresa declara sob penas da Lei, que se enquadra na condição de MICROEMPRESA, nos termos da Lei complementar nº 123, de 14/12/2006.

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 142
BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 143

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Do Foro: Fica eleito o Foro da Comarca de Ji-Paraná - RO, para qualquer ação fundada neste contrato, renunciando-se a qualquer outro por muito especial que seja. E por estarem em perfeito acordo, em tudo que neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se a cumprir o presente ato constitutivo, e assinam o presente instrumento em uma única via que será destinada ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais. Ji-Paraná-RO.

Ji-Paraná - RO, 04 de abril de 2023.

[redacted]

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 142
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 144

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa LICITA MAIS HOFFMANN LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
03279806216	LUANA HOFFMANN DOS SANTOS

CERTIFICO O REGISTRO EM 04/04/2023 13:21 SOB Nº 11201171928.
PROTOCOLO: 230173756 DE 31/03/2023.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12304539273. CNPJ DA SEDE: 50202063000107.
NIRE: 11201171928. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 04/04/2023.
LICITA MAIS HOFFMANN LTDA

JUCER

LEILSON COSTA DE SOUZA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.ro.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 144
BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 145

ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Certidão Negativa

Ações judiciais de Falências e Recuperações Judiciais (1º grau)

O Poder Judiciário do Estado de Rondônia **CERTIFICA** que, revendo os seus registros nos Sistemas SAP e PJE, quanto a distribuição de ações referentes a **ações judiciais de falências e recuperações judiciais (1º grau)**, no âmbito do 1º Grau de Jurisdição, até a presente data, contra **LICITA MAIS HOFFMANN LTDA**, CNPJ nº [redacted] **NADA CONSTA**.

Válida por **90** dia(s).

Observações:

a) A informação dos dados pessoais constantes neste documento é de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;

b) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no website do TJRO, Menu Principal 'Validação de Certidão' - (https://www.tjro.jus.br/certidao-unificada/), informando o **NÚMERO DE CONTROLE: 2024-EZ16-EDFC-9QR2-T3D2**;

c) A autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 3 (três) meses após a sua emissão.

Observações:
Critérios:PARTICIPAÇÃO ATIVO, PASSIVO, SOMENTE PROCESSOS ATIVOS, NÃO HAVENDO EXCLUSÃO LÓGICA CLASSES: 108,128,129

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

ANEXO III

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º 142/2024 – 7º BEC

O 7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO – 7º BEC, Organização Militar do Exército Brasileiro, com sede na Avenida Nações Unidas, nº 2.100, Bairro 7º BEC, CEP: 69.918-093, Rio Branco/AC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.552.636/0001-95, neste ato representado pelo Comandante do 7º BEC, o Sr. Tenente Coronel ABELARDO SILVA DE FARIA FILHO – Ordenador de Despesas do 7ºBEC, nomeado pela Portaria Cmt Ex nº 743, de 07 de junho de 2023, publicada no D.O.U. nº 109, de 06 de junho de 2023, portador da identidade nº º XXXXXXXXXX Min Def, inscrito no CPF/MF nº XXX.XXX.XXX-XX, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 04/2024 – 7º BEC, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de gêneros alimentícios, especificado(s) no(s) item(ns) 1 do Termo de Referência, anexo I do edital de Licitação nº 04/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 114

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls.

2.2.

Item do TR	BOTELHO CONSULTORIA E LICITACOES LTDA, CNPJ: 48.981.509/0001-99, E-MAIL: gabrielbotelhotmcr@gmail.com, (68) 8104-6828							
X	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade
04	Gordura Vegetal, Tipo Margarina, Composição Com Sal, Com No Mínimo 80% Lipídeos. Embalagem De 1 Kg, , Apresentação Embalagem Plástica, Contendo Especificações, Embalagens E Observações E Legislação. Deverá Conter Registro No Ministério Da Agricultura. Embalagem De 1 Kg, Com Dados Do Fabricante, Identificação Do Produto, Marca Do Fabricante, Data De Fabricação E Data De Validade (Superior A 90 Dias), Peso Líquido E De Acordo Com As Normas E/Ou Resoluções Vigentes Da Anvisa/Ministério Da Agricultura. Marcas de Referência: Predileta / Primor.	Conforme proposta cadastrada no sistema	Conforme proposta cadastrada no sistema	Conforme apêndice "A" do termo de referência	Conforme apêndice "A" do termo de referência	Conforme apêndice "A" do termo de referência	[redacted]	Conforme termo de referência
11	LEGUME IN NATURA, TIPO BATATA INGLESA, ESPÉCIE ROSADA, BRANCA, 1ª	Conforme proposta	Conforme proposta	Conforme apêndice "A" do termo de referência	Conforme apêndice "A" do termo de referência	Conforme apêndice "A" do termo de referência		Conforme termo de referência

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls.

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 148

	QUALIDADE, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS	cadastrada no sistema	cadastrada no sistema	do termo de referência	do termo de referência	do termo de referência		
52	AZEITE DE OLIVA, TIPO: EXTRA VIRGEM PURO, UNIDADE DE FORNECIMENTO: LATA COM 500 ML.	Conforme proposta cadastrada no sistema	Conforme proposta cadastrada no sistema	Conforme apêndice "A" do termo de referência	Conforme apêndice "A" do termo de referência	Conforme apêndice "A" do termo de referência	[redacted]	Conforme termo de referência
53	BATATA FRITA EMBALADA, TIPO PALHA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS EXTRA FINA,CROCANTE, COR AMARELA, APRESENTAÇÃO EMBALAGEM FECHADA A VÁCUO COM 1 KG	Conforme proposta cadastrada no sistema	Conforme proposta cadastrada no sistema	Conforme apêndice "A" do termo de referência	Conforme apêndice "A" do termo de referência	Conforme apêndice "A" do termo de referência		Conforme termo de referência
122	DOCE DE LEITE, INGREDIENTES LEITE/AÇÚCAR, TIPO EM PASTA, EM EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 GRAMAS	Conforme proposta cadastrada no sistema	Conforme proposta cadastrada no sistema	Conforme apêndice "A" do termo de referência	Conforme apêndice "A" do termo de referência	Conforme apêndice "A" do termo de referência		Conforme termo de referência
144	CHÁ PARA ALIMENTAÇÃO, SABOR MORANGO, USO ALIMENTÍCIO, EMBALAGEM	Conforme proposta	Conforme proposta	Conforme apêndice "A"	Conforme apêndice "A"	Conforme apêndice "A"		Conforme termo de referência

	COM 10 UNIDADES EM SACHÊS INDIVIDUAIS. MARCAS DE REFERÊNCIA: LEÃO.	cadastrada no sistema	cadastrada no sistema	do termo de referência	do termo de referência	do termo de referência		
242	REQUEIJÃO. INGREDIENTES: Creme de leite, massa coalhada para requeijão, leite desnatado e ácido lácteo, cloreto de sódio, polifosfato, estabilizante, alcalinizante e sorbato de potássio, conservante. NÃO CONTÉM GLÚTEN. Embalagem com 200 gramas.	Conforme proposta cadastrada no sistema	Conforme proposta cadastrada no sistema	Conforme apêndice "A" do termo de referência	Conforme apêndice "A" do termo de referência	Conforme apêndice "A" do termo de referência	[redacted]	Conforme termo de referência
261	Chá Mate Solúvel. Preparo instantâneo. Rendimento: 10 litros. Ingredientes: Açúcar, extrato de mate, vitamina C (ácido ascórbico), acidulante ácido cítrico, regulador de acidez citrato de sódio, antiumectante dióxido de silício e aromatizante. Não contém glúten. Sabor: Pêssego, Limão e Frutas vermelhas.	Conforme proposta cadastrada no sistema	Conforme proposta cadastrada no sistema	Conforme apêndice "A" do termo de referência	Conforme apêndice "A" do termo de referência	Conforme apêndice "A" do termo de referência		Conforme termo de referência
296	REQUEIJÃO, TIPO: CATUPIRY PARA COZINHAR, UNIDADE DE FORNECIMENTO: BISNAGA COM 1,8 KG, INGREDIENTES QUEIJO CREMOSO, TIPO CATUPIRY	Conforme proposta cadastrada no sistema	Conforme proposta cadastrada no sistema	Conforme apêndice "A" do termo de referência	Conforme apêndice "A" do termo de referência	Conforme apêndice "A" do termo de referência		Conforme termo de referência

órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

3.9. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

3.10. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

3.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

2.3. A listagem do cadastro de reserva (se houver) referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o 7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO.

3.2. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

3.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

3.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

3.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

3.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

3.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

3.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

3.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

3.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

3.8. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO FIS. 0170
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO FIS.

4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e

4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – 7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO – UASG 160091

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 150

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

7.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

7.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

7.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

7.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

7.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

7.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

7.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

7.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 7.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO FIS. 11
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO FIS. 11

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

10.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes. Data e hora conforme assinatura eletrônica.

gov.br Documento assinado digitalmente
ABELARDO SILVA DE FARIA FILHO
Data: 24/09/2024 12:33:34-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

ABELARDO SILVA DE FARIA FILHO – Ten Cel
Ordenador de Despesas do 7° BEC

BOTELHO CONSULTORIA E LICITACOES LTDA

GABRIEL BOTELHO DA SILVA – CPF: XXX.XXX.XXX-XX
Representante legal da contratada

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

9. DAS PENALIDADES

9.1: O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023).

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 152

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 15

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

ANEXO III

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º 143/2024 – 7º BEC

O 7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO – 7º BEC, Organização Militar do Exército Brasileiro, com sede na Avenida Nações Unidas, nº 2.100, Bairro 7º BEC, CEP: 69.918-093, Rio Branco/AC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.552.636/0001-95, neste ato representado pelo Comandante do 7º BEC, o Sr. Tenente Coronel ABELARDO SILVA DE FARIA FILHO – Ordenador de Despesas do 7ºBEC, nomeado pela Portaria Cmt Ex nº 743, de 07 de junho de 2023, publicada no D.O.U. nº 109, de 06 de junho de 2023, portador da identidade nº º XXXXXXXXXX Min Def, inscrito no CPF/MF nº XXX.XXX.XXX-XX, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 04/2024 – 7º BEC, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de gêneros alimentícios, especificado(s) no(s) item(ns) 1 do Termo de Referência, anexo I do edital de Licitação nº 04/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 153

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO

2.2.

Item do TR	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade
X	**CARNE & CIA LTDA, CNPJ: 48.718.206/0001-88, E-MAIL: Lenonacre@gmail.com, (68) 9243-3719**							
08	Carne In Natura, Tipo Contrafilé, Bovina, Com Sif (Ministério Da Agricultura), Embalagem Hermética, Por Kg, Congelada, Com Descrição De Validade, Lote E Fabricação, Registro No Ministério Da Agricultura E Informações Do Abatedouro. Com Descrição De Informações Nutricionais E Modo De Refrigeração. Prazo De Validade Superior A 90 Dias, Apresentação Embalagem Plástica, Contendo Especificações, Embalagens E Observações E Legislação. Deverá Conter Registro No Ministério Da Agricultura. Com Dados Do Fabricante, Identificação Do Produto, Marca Do Fabricante, Data De Fabricação E Data De Validade (Superior A 90 Dias), Peso Líquido E De Acordo	Conforme proposta cadastrada no sistema	Conforme proposta cadastrada no sistema	Conforme apêndice "A" do termo de referência	Conforme apêndice "A" do termo de referência	Conforme apêndice "A" do termo de referência	[redacted]	Conforme termo de referência

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls.

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 754

	Com As Normas E/Ou Resoluções Vigentes Da Anvisa/Ministério Da Agricultura							
09	Carne In Natura, Tipo Miolo Ou Coração Alcatra, Bovina, Com Sif (Ministério Da Agricultura), Embalagem Hermética, Por Kg, Congelada, Com Descrição De Validade, Lote E Fabricação, Registro No Ministério Da Agricultura E Informações Do Abatedouro. Com Descrição De Informações Nutricionais E Modo De Refrigeração. Prazo De Validade Superior A 90 Dias, Apresentação Embalagem Plástica, Contendo Especificações, Embalagens E Observações E Legislação. Deverá Conter Registro No Ministério Da Agricultura. Com Dados Do Fabricante, Identificação Do Produto, Marca Do Fabricante, Data De Fabricação E Data De Validade (Superior A 90 Dias), Peso Líquido E De Acordo Com As Normas E/Ou Resoluções Vigentes Da Anvisa/Ministério Da Agricultura. Marcas de Referência: Friboi / Frigo Nosso	Conforme proposta cadastrada no sistema	Conforme proposta cadastrada no sistema	Conforme apêndice "A" do termo de referência	Conforme apêndice "A" do termo de referência	Conforme apêndice "A" do termo de referência	[redacted]	Conforme termo de referência

203	CARNE DE FRANGO. Coxinha da asa de frango (DRUMET), embalagem hermética, não temperada, sem conservante, congelada. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção.	Conforme proposta cadastrada no sistema	Conforme proposta cadastrada no sistema	Conforme apêndice "A" do termo de referência	Conforme apêndice "A" do termo de referência	Conforme apêndice "A" do termo de referência	[redacted]	Conforme termo de referência
288	Carne In Natura, Tipo Patinho, Bovina, Com Sif (Ministério Da Agricultura), Embalagem Hermética, Por Kg, Congelada, Com Descrição De Validade, Lote E Fabricação, Registro No Ministério Da Agricultura E Informações Do Abatedouro. Com Descrição De Informações Nutricionais E Modo De Refrigeração. Prazo De Validade Superior A 90 Dias, Apresentação Embalagem Plástica, Contendo Especificações, Embalagens E Observações E Legislação. Deverá Conter Registro No Ministério Da Agricultura. Com Dados Do Fabricante, Identificação Do Produto, Marca Do Fabricante,	Conforme proposta cadastrada no sistema	Conforme proposta cadastrada no sistema	Conforme apêndice "A" do termo de referência	Conforme apêndice "A" do termo de referência	Conforme apêndice "A" do termo de referência	[redacted]	Conforme termo de referência

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 753

	Data De Fabricação E Data De Validade (Superior A 90 Dias), Peso Líquido E De Acordo Com As Normas E/Ou Resoluções Vigentes Da Anvisa/Ministério Da Agricultura. Marcas de Referência: Friboi / Frigo Nosso							
294	Carne Processada, Tipo Hambúrguer Congelado, Bovina, Sabor: Picanha, Tipo Preparação: Condimentos Naturais, Sem Pimenta , Estado De Conservação: Congelado(A), Congelada, Com Descrição De Validade, Lote E Fabricação, Registro No Ministério Da Agricultura E Informações Do Abatedouro. Com Descrição De Informações Nutricionais E Modo De Refrigeração. Prazo De Validade Superior A 90 Dias, Embalagem Contendo Especificações, Observações E Legislação. Deverá Conter Registro No Ministério Da Agricultura. Com Dados Do Fabricante, Identificação Do Produto, Marca Do Fabricante, Data De Fabricação E Data De Validade (Superior A 90 Dias), Peso Líquido E De Acordo Com As Normas E/Ou Resoluções	Conforme proposta cadastrada no sistema	Conforme proposta cadastrada no sistema	Conforme apêndice "A" do termo de referência	Conforme apêndice "A" do termo de referência	Conforme apêndice "A" do termo de referência	[redacted]	Conforme termo de referência

295	Carne Processada Variedade: Hamburguer , Tipo: Bovino , Sabor: Temperado , Estado De Conservação: Congelado(A). Embalagem 56g.	Conforme proposta cadastrada no sistema	Conforme proposta cadastrada no sistema	Conforme apêndice "A" do termo de referência	Conforme apêndice "A" do termo de referência	Conforme apêndice "A" do termo de referência	[redacted]	Conforme termo de referência
317	LINGUIÇA, TIPO TOSCANA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CONGELADA, APLICAÇÃO EM CHURRASCO.	Conforme proposta cadastrada no sistema	Conforme proposta cadastrada no sistema	Conforme apêndice "A" do termo de referência	Conforme apêndice "A" do termo de referência	Conforme apêndice "A" do termo de referência	[redacted]	Conforme termo de referência

órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

3.9. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

3.10. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

3.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

2.3. A listagem do cadastro de reserva (se houver) referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o 7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO.

3.2. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

3.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

3.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

3.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

3.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

3.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

3.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

3.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

3.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

3.8. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – 7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO – UASG 160001

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls 0536

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls

4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e

4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 137

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

7.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

7.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

7.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

7.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

7.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

7.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

7.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

7.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 7.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls: 158

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

10.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes. Data e hora conforme assinatura eletrônica.

gov.br Documento assinado digitalmente
ABELARDO SILVA DE FARIA FILHO
Data: 27/09/2024 12:27:12-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

ABELARDO SILVA DE FARIA FILHO – Ten Cel
Ordenador de Despesas do 7° BEC

JOHN LENON ARAUJO GOMES – CPF: XXX.XXX.XXX-XX
Representante legal da contratada

gov.br Documento assinado digitalmente
JOHN LENON ARAUJO GOMES
Data: 27/09/2024 11:37:22-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023).

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 159

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls.

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

ANEXO III

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º 144/2024 – 7º BEC

O 7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO – 7º BEC, Organização Militar do Exército Brasileiro, com sede na Avenida Nações Unidas, nº 2.100, Bairro 7º BEC, CEP: 69.918-093, Rio Branco/AC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.552.636/0001-95, neste ato representado pelo Comandante do 7º BEC, o Sr. Tenente Coronel ABELARDO SILVA DE FARIA FILHO – Ordenador de Despesas do 7ºBEC, nomeado pela Portaria Cmt Ex nº 743, de 07 de junho de 2023, publicada no D.O.U. nº 109, de 06 de junho de 2023, portador da identidade nº º XXXXXXXXX Min Def, inscrito no CPF/MF nº XXX.XXX.XXX-XX, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 04/2024 – 7º BEC, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de gêneros alimentícios, especificado(s) no(s) item(ns) 1 do Termo de Referência, anexo I do edital de Licitação nº 04/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

P. A. COSTA FERNANDES, CNPJ: 24.102.935/0001-47, E-MAIL: pitagoras.fernandes@live.com, (68) 2102-6040

Item do TR	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade
X	VERDURA IN NATURA TIPO PEPINO, ESPÉCIE COMUM, 1ª QUALIDADE, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS	Conforme proposta cadastrada no sistema	Conforme proposta cadastrada no sistema	Conforme apêndice "A" do termo de referência	Conforme apêndice "A" do termo de referência	Conforme apêndice "A" do termo de referência	[redacted]	Conforme termo de referência
28								

2.2.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – 7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO – UASG 160001

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 110

1º BATALHÃO DE ENGEN. CONSTRUTIVO Fls.

órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

3.9. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

3.10. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

3.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

2.3. A listagem do cadastro de reserva (se houver) referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o 7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO.

3.2. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

3.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

3.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

3.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

3.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

3.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

3.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

3.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

3.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

3.8. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 11
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls.

4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e

4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls 12
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

7.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

7.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

7.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

7.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

7.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

7.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

7.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

7.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 7.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais [illegible]

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls: 10

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls:

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

10.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes. Data e hora conforme assinatura eletrônica.

gov.br Documento assinado digitalmente
ABELARDO SILVA DE FARIA FILHO
Data: 27/09/2024 12:27:13-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

ABELARDO SILVA DE FARIA FILHO – Ten Cel
Ordenador de Despesas do 7° BEC

P. A. COSTA FERNANDES:24102935000147

Assinado de forma digital por P. A. COSTA FERNANDES:24102935000147
Dados: 2024.09.27 08:57:05 -05'00'

PITAGORAS AUGUSTO COSTA FERNANDES – CPF: XXX.XXX.XXX-XX
Representante legal da contratada

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023).

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 14

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls.

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

ANEXO III

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º 145/2024 – 7º BEC

O 7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO – 7º BEC, Organização Militar do Exército Brasileiro, com sede na Avenida Nações Unidas, nº 2.100, Bairro 7º BEC, CEP: 69.918-093, Rio Branco/AC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.552.636/0001-95, neste ato representado pelo Comandante do 7º BEC, o Sr. Tenente Coronel ABELARDO SILVA DE FARIA FILHO – Ordenador de Despesas do 7ºBEC, nomeado pela Portaria Cmt Ex nº 743, de 07 de junho de 2023, publicada no D.O.U. nº 109, de 06 de junho de 2023, portador da identidade nº º XXXXXXXXXX Min Def, inscrito no CPF/MF nº XXX.XXX.XXX-XX, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 04/2024 – 7º BEC, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de gêneros alimentícios, especificado(s) no(s) item(ns) 1 do Termo de Referência, anexo I do edital de Licitação nº 04/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 145

2.2.

Item do TR	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade
COMSABOR COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ: 18.472.579/0001-50, E-MAIL: comsabor_pr@hotmail.com, (46) 3225-1991								
X								
36	AZEITONA, TIPO VERDE, APRESENTAÇÃO SEM CAROÇO, TAMANHO GRANDE, BALDE DE NO MÍNIMO 1,8KG CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM RECHEIO	Conforme proposta cadastrada no sistema	Conforme proposta cadastrada no sistema	Conforme apêndice "A" do termo de referência	Conforme apêndice "A" do termo de referência	Conforme apêndice "A" do termo de referência	[redacted]	Conforme termo de referência
141	CHÁ PARA ALIMENTAÇÃO, SABOR MAÇÃ, USO ALIMENTÍCIO, EMBALAGEM COM 10 UNIDADES EM SACHÊS INDIVIDUAIS. MARCAS DE REFERÊNCIA: LEÃO	Conforme proposta cadastrada no sistema	Conforme proposta cadastrada no sistema	Conforme apêndice "A" do termo de referência	Conforme apêndice "A" do termo de referência	Conforme apêndice "A" do termo de referência		Conforme termo de referência
143	CHÁ VERDE PARA ALIMENTAÇÃO, USO ALIMENTÍCIO, EMBALAGEM COM 10 UNIDADES EM SACHÊS INDIVIDUAIS. MARCAS DE REFERÊNCIA: LEÃO	Conforme proposta cadastrada no sistema	Conforme proposta cadastrada no sistema	Conforme apêndice "A" do termo de referência	Conforme apêndice "A" do termo de referência	Conforme apêndice "A" do termo de referência		Conforme termo de referência
214	COLORÍFICO. Corante alimentício natural, a base de urucum, sem sabor, sem aditivos, Apresentação: Pó vermelho em embalagem de 1kg	Conforme proposta cadastrada no sistema	Conforme proposta cadastrada no sistema	Conforme apêndice "A" do termo de referência	Conforme apêndice "A" do termo de referência	Conforme apêndice "A" do termo de referência		Conforme termo de referência

órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

3.9. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

3.10. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

3.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

2.3. A listagem do cadastro de reserva (se houver) referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o 7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO.

3.2. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

3.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

3.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

3.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

3.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

3.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

3.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

3.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

3.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

3.8. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – 7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO – UASG 160001

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 14

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls.

4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e

4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 108

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 11

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

7.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

7.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

7.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

7.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

7.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

7.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

7.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

7.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 7.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 119

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

10.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes. Data e hora conforme assinatura eletrônica.

gov.br Documento assinado digitalmente
ABELARDO SILVA DE FARIA FILHO
Data: 24/09/2024 12:41:37-0300
verifique em https://verificador.iti.gov.br

ABELARDO SILVA DE FARIA FILHO – Ten Cel
Ordenador de Despesas do 7° BEC

FRANCIANE PAGNONCELLI FARIAS:02951992963

Assinado de forma digital por FRANCIANE PAGNONCELLI FARIAS:02951992963
Dados: 2024.09.23 18:04:57 -03'00'

FRANCIANE PAGNONCELLI FARIAS – CPF: XXX.XXX.XXX-XX
Representante legal da contratada

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023).

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 11

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls.

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

ANEXO III

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º 146/2024 – 7º BEC

O 7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO – 7º BEC, Organização Militar do Exército Brasileiro, com sede na Avenida Nações Unidas, nº 2.100, Bairro 7º BEC, CEP: 69.918-093, Rio Branco/AC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.552.636/0001-95, neste ato representado pelo Comandante do 7º BEC, o Sr. Tenente Coronel ABELARDO SILVA DE FARIA FILHO – Ordenador de Despesas do 7ºBEC, nomeado pela Portaria Cmt Ex nº 743, de 07 de junho de 2023, publicada no D.O.U. nº 109, de 06 de junho de 2023, portador da identidade nº º XXXXXXXXXX Min Def, inscrito no CPF/MF nº XXX.XXX.XXX-XX, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 04/2024 – 7º BEC, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de gêneros alimentícios, especificado(s) no(s) item(ns) 1 do Termo de Referência, anexo I do edital de Licitação nº 04/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

2.2.

Item do TR	M. R. DIAS PAIAO LTDA, CNPJ: 29.331.151/0001-04, E-MAIL: ph.ferreira@yahoo.com, (69) 3224-5751								
X	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade
48	MOLHO DE TOMATE COM OS SEGUINTES INGREDIENTE: TOMATE, CEBOLA, AÇÚCAR, AMIDO MODIFICADO, SAL, SALSA, ALHO, EXTRATO DE LEVEDURA, MANJERICÃO, ORÉGANO, SÁLVIA E REALÇADOR DE SABOR GLUTAMATO MONOSSÓDICO. SIMILAR OU SUPERIOR A HEINZ	Conforme proposta cadastrada no sistema	Conforme proposta cadastrada no sistema	Conforme apêndice "A" do termo de referência	Conforme apêndice "A" do termo de referência	Conforme apêndice "A" do termo de referência	[redacted]	Conforme termo de referência

órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

3.9. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

3.10. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

3.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

2.3. A listagem do cadastro de reserva (se houver) referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o 7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO.

3.2. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

3.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

3.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

3.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

3.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

3.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

3.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

3.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

3.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

3.8. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls 11
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls

4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e

4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 113

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

7.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

7.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

7.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

7.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

7.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

7.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

7.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

7.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 7.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 14

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

10.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes. Data e hora conforme assinatura eletrônica.

gov.br Documento assinado digitalmente
ABELARDO SILVA DE FARIA FILHO
Data: 24/09/2024 12:23:34-0300
verifique em https://validar.iti.gov.br

ABELARDO SILVA DE FARIA FILHO – Ten Cel
Ordenador de Despesas do 7° BEC

M R DIAS PAIAO LTDA:29331151000104

Assinado de forma digital por M R DIAS PAIAO LTDA:29331151000104
Dados: 2024.09.23 16:43:10 -04'00'

MARIA RAQUEL DIAS PAIAO – CPF: XXX.XXX.XXX-XX
Representante legal da contratada

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023).

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 175

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls.

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

ANEXO III

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º 147/2024 – 7º BEC

O 7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO – 7º BEC, Organização Militar do Exército Brasileiro, com sede na Avenida Nações Unidas, nº 2.100, Bairro 7º BEC, CEP: 69.918-093, Rio Branco/AC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.552.636/0001-95, neste ato representado pelo Comandante do 7º BEC, o Sr. Tenente Coronel ABELARDO SILVA DE FARIA FILHO – Ordenador de Despesas do 7ºBEC, nomeado pela Portaria Cmt Ex nº 743, de 07 de junho de 2023, publicada no D.O.U. nº 109, de 06 de junho de 2023, portador da identidade nº º XXXXXXXXX Min Def, inscrito no CPF/MF nº XXX.XXX.XXX-XX, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 04/2024 – 7º BEC, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de gêneros alimentícios, especificado(s) no(s) item(ns) 1 do Termo de Referência, anexo I do edital de Licitação nº 04/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

2.2.

Item do TR	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade
X	OLIVIA RIBEIRO DA SILVA NETA, CNPJ: 37.334.256/0001-45, E-MAIL: CHEFCNCBR@GMAIL.COM, (11) 5198-4280							
51	AZEITE DE DENDÊ; UNIDADE DE FORNECIMENTO: EMBALAGEM COM 500 ML	Conforme proposta cadastrada no sistema	Conforme proposta cadastrada no sistema	Conforme apêndice "A" do termo de referência	Conforme apêndice "A" do termo de referência	Conforme apêndice "A" do termo de referência	[redacted]	Conforme termo de referência

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – 7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO – UASG 160001

órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

3.9. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

3.10. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

3.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

2.3. A listagem do cadastro de reserva (se houver) referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o 7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO.

3.2. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

3.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

3.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

3.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

3.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

3.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

3.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

3.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

3.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

3.8. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls 171

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO

4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e

4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls 11
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

7.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

7.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

7.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

7.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

7.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

7.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

7.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

7.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 7.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO FISC 117

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO FISC

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

10.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes. Data e hora conforme assinatura eletrônica.

gov.br Documento assinado digitalmente
ABELARDO SILVA DE FARIA FILHO
Data: 24/09/2024 12:33:34-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

ABELARDO SILVA DE FARIA FILHO – Ten Cel
Ordenador de Despesas do 7° BEC

OLIVIA RIBEIRO DA SILVA NETA:37334256000145
Assinado de forma digital por OLIVIA RIBEIRO DA SILVA NETA:37334256000145
Dados: 2024.09.24 10:38:47 -03'00'

OLIVIA RIBEIRO DA SILVA NETA – CPF: XXX.XXX.XXX-XX
Representante legal da contratada

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023).

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 120

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls.

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

ANEXO III

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º 148/2024 – 7º BEC

O 7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO – 7º BEC, Organização Militar do Exército Brasileiro, com sede na Avenida Nações Unidas, nº 2.100, Bairro 7º BEC, CEP: 69.918-093, Rio Branco/AC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.552.636/0001-95, neste ato representado pelo Comandante do 7º BEC, o Sr. Tenente Coronel ABELARDO SILVA DE FARIA FILHO – Ordenador de Despesas do 7ºBEC, nomeado pela Portaria Cmt Ex nº 743, de 07 de junho de 2023, publicada no D.O.U. nº 109, de 06 de junho de 2023, portador da identidade nº º XXXXXXXXXX Min Def, inscrito no CPF/MF nº XXX.XXX.XXX-XX, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 04/2024 – 7º BEC, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de gêneros alimentícios, especificado(s) no(s) item(ns) 1 do Termo de Referência, anexo I do edital de Licitação nº 04/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

CICERO JUNIOR NORILER:00791609138 Assinado de forma digital por CICERO JUNIOR NORILER:00791609138 Dados: 2024.09.23 13:34:21 -04'00'

2.2.

Item do TR	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade
X	DOCE MASSA, SABOR MARROM GLACÊ, PRAZO DE VALIDADE 12 MESES, APLICAÇÃO PARA SOBREMESA, EMBALAGEM COM 600 GRAMAS	Conforme proposta cadastrada no sistema	Conforme proposta cadastrada no sistema	Conforme apêndice "A" do termo de referência	Conforme apêndice "A" do termo de referência	Conforme apêndice "A" do termo de referência	[redacted]	Conforme termo de referência
88	DOCE EM TABLETE, TIPO COCADA BRANCA, PESO UNIDADE 20 GRAMAS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA INDIVIDUAL, EMBALAGEM SECUNDÁRIA POTE COM 50 UNIDADES, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS, MOLHADA NO LEITE CONDENSADO. PESO LÍQUIDO 1,01KG	Conforme proposta cadastrada no sistema	Conforme proposta cadastrada no sistema	Conforme apêndice "A" do termo de referência	Conforme apêndice "A" do termo de referência	Conforme apêndice "A" do termo de referência		Conforme termo de referência
90	OLEAGINOSA. CASTANHA DO PARÁ. Oleaginosa Tipo: Castanha Do Pará , Adicional: Sem Casca. Apresentação: Natural , Embalagem 250g.	Conforme proposta cadastrada no sistema	Conforme proposta cadastrada no sistema	Conforme apêndice "A" do termo de referência	Conforme apêndice "A" do termo de referência	Conforme apêndice "A" do termo de referência		Conforme termo de referência
309								

CIN COMERCIO E SERVICOS DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ: 18.572.200/0001-84, E-MAIL: ginlicita@gmail.com, (65) 3023-1105

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – 7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO – UASG 160001

órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

3.9. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

3.10. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

3.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

[redacted]

2.3. A listagem do cadastro de reserva (se houver) referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o 7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO.

3.2. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

3.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

3.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

3.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

3.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

3.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

3.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

3.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

3.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

3.8. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de regis[redacted]enciador e

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 78

4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

[redacted]

4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e

4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

[redacted]

digital

138

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

7.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

7.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

7.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

7.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

7.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

7.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

7.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

7.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 7.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo ger[redacted]

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

[redacted]

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

10.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes. Data e hora conforme assinatura eletrônica.

Documento assinado digitalmente
gov.br ABELARDO SILVA DE FARIA FILHO
Data: 24/09/2024 12:33:34-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

ABELARDO SILVA DE FARIA FILHO – Ten Cel
Ordenador de Despesas do 7° BEC

[redacted]

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de [redacted] nº 11.462, de 2023).

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

ANEXO III

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º 149/2024 – 7º BEC

O 7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO – 7º BEC, Organização Militar do Exército Brasileiro, com sede na Avenida Nações Unidas, nº 2.100, Bairro 7º BEC, CEP: 69.918-093, Rio Branco/AC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.552.636/0001-95, neste ato representado pelo Comandante do 7º BEC, o Sr. Tenente Coronel ABELARDO SILVA DE FARIA FILHO – Ordenador de Despesas do 7ºBEC, nomeado pela Portaria Cmt Ex nº 743, de 07 de junho de 2023, publicada no D.O.U. nº 109, de 06 de junho de 2023, portador da identidade nº º XXXXXXXXXX Min Def, inscrito no CPF/MF nº XXX.XXX.XXX-XX, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 04/2024 – 7º BEC, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de gêneros alimentícios, especificado(s) no(s) item(ns) 1 do Termo de Referência, anexo I do edital de Licitação nº 04/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 187

2.2.

Item do TR	CJN COMERCIO E SERVICOS DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ: 18.572.200/0001-84, E-MAIL: cjnlicita@gmail.com, (65) 3023-1105							
X	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade
117	OVOS DE GALINHA, TIPO: BRANCO, TAMANHO MÉDIO, PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMA DE 30 DIAS A PARTIR DA ENTREGA, INFORMADA NA EMBALAGEM PRIMÁRIA, CLASSE A. EMBALAGEM OU BANDEJA COM 30 UNIDADES.	Conforme proposta cadastrada no sistema	Conforme proposta cadastrada no sistema	Conforme apêndice "A" do termo de referência	Conforme apêndice "A" do termo de referência	Conforme apêndice "A" do termo de referência	[redacted]	Conforme termo de referência

órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

3.9. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

3.10. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

3.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

2.3. A listagem do cadastro de reserva (se houver) referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o 7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO.

3.2. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

3.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

3.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

3.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

3.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

3.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

3.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

3.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

3.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

3.8. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls: 129

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls:

4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e

4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 14 69

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

7.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

7.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

7.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

7.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

7.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

7.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

7.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

7.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 7.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 190

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

10.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes. Data e hora conforme assinatura eletrônica.

Documento assinado digitalmente
gov.br ABELARDO SILVA DE FARIA FILHO
Data: 01/10/2024 10:52:19-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

ABELARDO SILVA DE FARIA FILHO – Ten Cel
Ordenador de Despesas do 7° BEC

Documento assinado digitalmente
gov.br CHRISTIANO LIMA LOPES
Data: 01/10/2024 10:50:10-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

CHRISTIANO LIMA LOPES – CPF: XXX.XXX.XXX-XX
Representante legal da contratada

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023).

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 19

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

ANEXO III

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º 150/2024 – 7º BEC

O 7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO – 7º BEC, Organização Militar do Exército Brasileiro, com sede na Avenida Nações Unidas, nº 2.100, Bairro 7º BEC, CEP: 69.918-093, Rio Branco/AC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.552.636/0001-95, neste ato representado pelo Comandante do 7º BEC, o Sr. Tenente Coronel ABELARDO SILVA DE FARIA FILHO – Ordenador de Despesas do 7ºBEC, nomeado pela Portaria Cmt Ex nº 743, de 07 de junho de 2023, publicada no D.O.U. nº 109, de 06 de junho de 2023, portador da identidade nº º XXXXXXXXX Min Def, inscrito no CPF/MF nº XXX.XXX.XXX-XX, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 04/2024 – 7º BEC, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de gêneros alimentícios, especificado(s) no(s) item(ns) 1 do Termo de Referência, anexo I do edital de Licitação nº 04/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 190

2.2.

Item do TR	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade
	LICITA MAIS HOFFMANN LTDA, CNPJ: 50.202.063/0001-07, E-MAIL: LICITACAO.START@GMAIL.COM, (69) 3422-7040							
X	LEITE CONDENSADO, TIPO: TRADICIONAL, COMPOSIÇÃO: LEITE INTEGRAL, AÇÚCAR, LACTOSE, UNIDADE DE FORNECIMENTO: EMBALAGEM COM 395 GRAMAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS HOMOGÊNEO, ISENTO DE GRANULAÇÕES, COLORAÇÃO BRANCA, SIMILAR OU SUPERIOR A MARCA PIRACANUUBA	Conforme proposta cadastrada no sistema	Conforme proposta cadastrada no sistema	Conforme apêndice "A" do termo de referência	Conforme apêndice "A" do termo de referência	Conforme apêndice "A" do termo de referência	[redacted]	Conforme termo de referência
125								

órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

3.9. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

3.10. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

3.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

2.3. A listagem do cadastro de reserva (se houver) referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o 7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO.

3.2. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

3.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

3.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

3.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

3.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

3.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

3.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

3.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

3.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

3.8. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 10

4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e

4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – 7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO – UASG 160001

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 134

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

7.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

7.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

7.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

7.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

7.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

7.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

7.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

7.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 7.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 794

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

10.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes. Data e hora conforme assinatura eletrônica.

Documento assinado digitalmente
gov.br ABELARDO SILVA DE FARIA FILHO
Data: 24/09/2024 12:53:34-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

ABELARDO SILVA DE FARIA FILHO – Ten Cel
Ordenador de Despesas do 7° BEC

LUA[redacted]

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023).

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 1195

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

ANEXO III

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º 151/2024 – 7º BEC

O 7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO – 7º BEC, Organização Militar do Exército Brasileiro, com sede na Avenida Nações Unidas, nº 2.100, Bairro 7º BEC, CEP: 69.918-093, Rio Branco/AC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.552.636/0001-95, neste ato representado pelo Comandante do 7º BEC, o Sr. Tenente Coronel ABELARDO SILVA DE FARIA FILHO – Ordenador de Despesas do 7ºBEC, nomeado pela Portaria Cmt Ex nº 743, de 07 de junho de 2023, publicada no D.O.U. nº 109, de 06 de junho de 2023, portador da identidade nº º XXXXXXXXXX Min Def, inscrito no CPF/MF nº XXX.XXX.XXX-XX, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO.DE PREÇOS nº 04/2024 – 7º BEC, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de gêneros alimentícios, especificado(s) no(s) item(ns) 1 do Termo de Referência, anexo I do edital de Licitação nº 04/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações dó objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA
FLS. 196

[redacted]

2.2.

Item do TR	BONI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ: 28.719.518/0001-07, E-MAIL: DISTRIBUIDORABONI901@OUTLOOK.COM.BR, (54) 9901-3682							
	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade
X	CAFÉ EM GRÃOS, tradicional. Grãos torrados, sem aditivos, embalado a vácuo, especial para o uso em máquinas de café expresso.	Conforme proposta cadastrada no sistema	Conforme proposta cadastrada no sistema	Conforme apêndice "A" do termo de referência	Conforme apêndice "A" do termo de referência	Conforme apêndice "A" do termo de referência	[redacted]	Conforme termo de referência
202								

[redacted]

órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

3.9. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

3.10. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

3.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

[redacted]

2.3. A listagem do cadastro de reserva (se houver) referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o 7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO.

3.2. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

3.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

3.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

3.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

3.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

3.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

3.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

3.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

3.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

3.8. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e

[redacted]

4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e

4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 159

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

7.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

7.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

7.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

7.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

7.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

7.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

7.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

7.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 7.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 1789

CHARLE... BONI:03... 021890... 8

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

10.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes. Data e hora conforme assinatura eletrônica.

[redacted]

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023).

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 800

CHARLE
BONI:03
1021890
08

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – 7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO – UASG 160001

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Aos vinte e nova dias do mês de julho do ano de 2024, procedo ao encerramento deste volume nº 04 do processo nº 64045.001316/2024-61 contendo 200 (duzentas) folhas, abrindo-se em seguida o volume nº 05.

